

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO DE ESTUDANTES
VINCULADOS AO PROEJA NO IF BAIANO - *CAMPUS*
GUANAMBI**

SILVANA VANESSA MARTINS DA SILVA BONFIM

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO DE ESTUDANTES VINCULADOS
AO PROEJA NO IF BAIANO - CAMPUS GUANAMBI**

SILVANA VANESSA MARTINS DA SILVA BONFIM

Sob a Orientação da Professora

Dr^a Celia Regina Otranto

e Co-orientação da Professora

Maria da Conceição Calmon Arruda

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Maio de 2012**

374

B713p

T

Bonfim, Silvana Vanessa Martins da Silva,
1983-

A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF Baiano - Campus Guanambi / Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim - 2012.

112 f.: il.

Orientador: Celia Regina Otranto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 77-85.

1. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Brasil) - Teses. 2. Evasão escolar - Teses. 3. Ensino profissional - Teses. 4. Ensino supletivo - Teses. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (Campus Guanambi) - Pesquisa - Teses. I. Otranto, Celia Regina, 1947-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

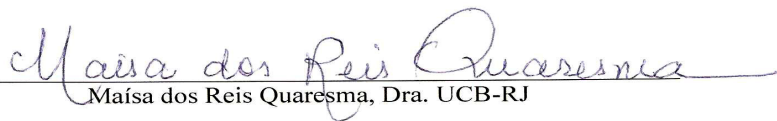
Silvana Vanessa Martins da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/05/2012.



Celia Regina Otranto, Dra. UFRRJ



Maísa dos Reis Quaresma, Dra. UCB-RJ



Nadia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

À minha família, ao meu esposo e a todos que contribuíram para a concretização deste sonho.

A todos que acreditam e lutam por uma educação que considere as especificidades dos jovens e adultos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, autor da vida, pela oportunidade que me concedeu no momento certo a realização de tornar-me mestre.

Ao meu esposo, grande amor da minha vida e presente divino, pelo olhar silencioso, pelas palavras carinhosas, pelo incentivo demonstrado e por me ensinar a ter coragem e paciência, não desistindo de recomeçar sempre. Desculpe-me pelas ausências, nos momentos em que me encontrava focada na escrita e no desenvolvimento da pesquisa.

À minha família pelo apoio e por ter me ensinado a enfrentar os desafios da vida.

Às professoras Celia Regina Otranto e Maria da Conceição Calmon Arruda por toda orientação concedida, pela paciência e por me favorecer um novo olhar para a pesquisa. Obrigada por cada sugestão, recomendação e críticas, vocês contribuíram de forma significativa para meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Aos professores do PPGEA por proporcionar-me um olhar reflexivo e pelos ensinamentos durante as semanas de formação.

Ao professor Gabriel de Araújo Santos, por ter lutado pela implantação do PPGEA, programa ímpar e especial que oportuniza-nos trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Aos colegas da turma 2010.1, minha eterna gratidão pelas palavras de incentivo, nunca vou me esquecer dos momentos nos quais compartilhávamos nossas angústias, desafios e conquistas.

A toda a equipe administrativa do PPGEA, pela competência e presteza em auxiliarme.

Ao Instituto Federal Baiano - *Campus* Guanambi, pelo investimento e por acreditar na relevância da capacitação dos servidores.

Aos colegas de trabalho, em especial a Crislene Leal da Silva Vieira pelas dicas, orientações e revisão da dissertação.

Aos discentes, ex-alunos, especialmente das turmas 2009, 2010 e 2011, e professores do PROEJA do *Campus* Guanambi, razão da realização desta pesquisa. Obrigada pela colaboração de cada um.

RESUMO

BONFIM, Silvana Vanessa Martins da Silva. **A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF Baiano - Campus Guanambi.** 2012. 112f. Dissertação, (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

A presente pesquisa, caracterizada como estudo de caso, teve como desígnio analisar a problemática da evasão no processo de implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto Federal Baiano - *Campus* Guanambi. A proposta do Decreto 5.840/06 que regulamenta o PROEJA é oportunizar às pessoas que não tiveram acesso ao sistema educacional na idade considerada “regular” a conclusão da educação básica vinculada à formação profissional, bem como a formação integral dos indivíduos. Entretanto, observou-se que muitos dos indivíduos que ingressavam no curso Técnico em Informática (PROEJA) do *Campus* Guanambi não conseguiam concluir o ensino médio, evadindo-se no decorrer do curso. Neste contexto indagou-se: qual o perfil dos discentes atendidos pelo PROEJA? Quais as dificuldades que eles enfrentam para estudar? A escolha do curso Técnico em Informática partiu da necessidade dos jovens e adultos? Os professores foram preparados para lidar com esse público? Quais os motivos que desencadearam a evasão escolar? Para responder tais questionamentos realizou-se uma investigação de cunho qualitativo, na qual se utilizou pesquisa documental, questionários semiestruturados aos docentes que ministraram aulas no primeiro semestre de 2011 nas turmas do PROEJA e aos discentes das turmas 2009, 2010 e 2011 e entrevistas com os evadidos no interstício destes anos. Os dados obtidos na pesquisa demonstraram que grande parte dos discentes do PROEJA do *Campus* Guanambi possui o ensino médio e que o curso Técnico em Informática foi escolhido pela própria instituição. Notou-se também que a maioria dos docentes teve experiências com os estudantes da EJA somente nas turmas do PROEJA do *Campus* e que a instituição não tem ofertado cursos de capacitação nesta modalidade de ensino. Dentre os motivos que suscitaram a evasão escolar percebeu-se que os principais foram: dificuldades nas disciplinas da área técnica, inviabilidade em conciliar trabalho e escola, falta de incentivo dos professores, problemas com o transporte e cansaço. Diante dessa realidade, percebeu-se a necessidade do *Campus* rever a oferta do curso Técnico em Informática, a partir de um estudo de demanda junto ao público alvo. Constatou-se a necessidade da capacitação docente para que os profissionais envolvidos nesse processo possam perceber as especificidades dos jovens e adultos e adequar suas práticas educativas. A organização dos tempos e espaços para os cursos PROEJA também é algo que necessita ser repensado pelo fato de muitos discentes terem que conciliar trabalho e escola e pela instituição situar-se distante do perímetro urbano, ocasionando constantemente, problemas relacionados ao transporte.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Evasão Escolar.

ABSTRACT

BONFIM, Silvana Vanessa Martins da Silva. **The problem of evasion linked to students in PROEJA classes at IF Baiano - Campus Guanambi.** 2012. 112p. Dissertation, master's degree in Agricultural Education. Agronomy Institute, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

The present research, characterized as a case study, had as design to analyze the problematic of the evasion in the process of implantation of the National Program of Integration of the Professional Education with the Basic Education in the modality of Young and Adult Education (PROEJA) in the Instituto Federal Baiano *Campus* Guanambi. The proposal of Decree n° 5.840/06, that regulates the PROEJA, is to create opportunities to the people that not had access to the educational system in the age considered “adequate” the basic education tied with the professional formation conclusion, as well as the individuals' integral formation. However, it was observed that many of the individuals that entered the *Campus* Guanambi's Technical Course in Computer Science (PROEJA) did not obtain to conclude high school, running away itself in elapsing of the course. In this context it was inquired: which the student profile attended for the PROEJA? Which the difficulties that they face to study? The choice of the Technical Course in Computer Science came from young and adult necessity? The teachers have been prepared to deal with this public? Which the reasons that had unleash school evasion? To answer these questions, a research of qualitative matrix was become fulfilled using documentary research, semistructuralized questionnaires applied to the teachers who gave lessons in the first semester of 2011 in the groups of the PROEJA and to the students of the groups 2009, 2010 and 2011 and interviews with the run away ones in these years. The research's data proved that great part of the PROEJA's students have high school and that the Technical Course in Computer Science was chosen by the Institution itself. It also noticed that the majority of the teachers had experience with EJA students in the *Campus* PROEJA's groups only and that the institution has not offered courses of qualification in this education mode. Among the reasons that had led the school evasion it was perceived that the main ones were difficulties in technical area subjects, unfeasibility in conciliating work and school activities, lack of incentive of the teachers, problems with the transport and fatigue. In this context, it was perceived necessity of the *Campus* to review offers of the Technical Course in Computer Science, for this it is crucial a study of demand next to the target-public. It was identified that the teaching qualification makes necessary, so that the involved professionals in this process can realize the young and adult specificities and adequate their practical education. The spaces and times organization for courses PROEJA also is something that needs to be rethought because many students have to conciliate work and school and the institution places distant of the urban perimeter, causing problems related to the transport constantly.

Key words: Young and Adult Education, Professional Education, School Evasion

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Ação Básica Cristã
CEB	Conselho de Educação Básica
CEEP	Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira
CGAE	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
CGE	Coordenação Geral de Ensino
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CONFITEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONSU	Conselho Superior
CRE	Coordenação de Registros Escolares
DB	Documento Base
DE	Dedicação Exclusiva
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos
EFAAJT	Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira
EB	Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMARC's	Escolas Médias de Agropecuária Regional
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FNEP	Fundo Nacional de Ensino Primário
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Valorização do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação Anísio Teixeira Lei de
LDB	Diretrizes e Base
MEC	Ministério da Educação
NAGP	Núcleo de Apoio e Gestão de Pessoas
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PC	Plano de Curso
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLANFOR	Plano Nacional do Trabalhador Rural
PNAD	Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RE	Residência Estudantil
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional para Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Vista aérea do <i>Campus</i> Guanambi.....	39
Figura 02 - Localização do município de Guanambi/BA na microrregião da Serra Geral. A) Sede municipal B) IF Baiano <i>Campus</i> Guanambi.....	40
Figura 03 - Localização da reitora e dos <i>campi</i> do IF Baiano.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Causas da evasão nos cursos vinculados ao PROEJA levantadas pelo MEC/SETEC em 21 instituições da rede federal que apresentavam evasão/desistência superior a 30% no período de 2006/2007	34
Gráfico 02 - Quantitativo de matrículas e evasão desde a implantação do curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA no IF Baiano <i>Campus</i> Guanambi.....	37
Gráfico 03 - Número de discentes Matriculados na EJA no município de Guanambi/BA no período de 2007-2011	41
Gráfico 04 - Procedência dos discentes do PROEJA do IF Baiano <i>Campus</i> Guanambi.....	61
Gráfico 05 - Situação ocupacional dos discentes trabalhadores	62
Gráfico 06 - Escolaridade dos discentes do PROEJA do <i>Campus</i> Guanambi	63
Gráfico 07 - Tempo que os discentes matriculados no PROEJA do IF Baiano <i>Campus</i> Guanambi pararam de estudar	64
Gráfico 08 - Reprovação dos discentes do PROEJA do <i>Campus</i> Guanambi ao longo da trajetória escolar	65
Gráfico 09 - Faixa etária dos discentes evadidos do curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA do IF Baiano <i>Campus</i> Guanambi no interstício de 2009 a 2011.....	70
Gráfico 10 - Faixa etária dos discentes evadidos que não possuíam Educação Básica.....	70

LISTA DE TABELA

Tabela 01 - Quantitativo de matrículas, reprovação e evasão no curso Técnico em Informática do <i>Campus</i> Guanambi no interstício de 2009 a 2011	69
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Empregados de 10 anos ou mais de idade por categoria do emprego entre os anos 2001 a 2009 no Brasil.....	9
Quadro 02 - Cursos ofertados pelo IF Baiano <i>Campus</i> Guanambi no II semestre de 2011 ...	44
Quadro 03 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Educação para Jovens e Adultos.....	49
Quadro 04 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação na modalidade de Educação para Jovens e Adultos	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Objetivo Geral	2
Objetivos Específicos	2
Percurso Metodológico.....	3
População e procedimentos para a coleta de dados.....	3
Análise dos dados	5
1 CAPÍTULO I EDUCAÇÃO E TRABALHO: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	7
1.1 Qualificação Profissional na Sociedade Capitalista	7
1.2 Qualificação e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	13
2 CAPÍTULO II (DES) CAMINHOS DA EJA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	17
2.1 História e Cenários da Educação de Jovens e Adultos.....	17
2.1.1 Revisitando a educação de jovens e adultos no período do Brasil Colônia aos dias atuais	18
2.2 Da EJA ao PROEJA: Elucidações e Possibilidades	26
2.3 Decreto 5.840/06: intenções e incoerências legais	29
2.4 A Institucionalização do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	31
2.4.1 A implantação do PROEJA no IF Baiano <i>Campus</i> Guanambi	35
3 CAPÍTULO III O DIÁLOGO ENTRE AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E OS RESULTADOS DA PESQUISA	39
3.1 Situando o Universo da Pesquisa e o Município Onde foi Desenvolvida.....	39
3.2 O Prescrito e o Executado na Proposta de Implantação do Curso Técnico em Informática Vinculado ao PROEJA	45
3.3 Os Docentes do PROEJA do <i>Campus</i> Guanambi: Formação e Percepção	51
3.4 A Clientela do PROEJA: Perfil e Percepção dos Discentes Atendidos	58
3.4.1 Conhecendo a Trajetória Escolar do Público do PROEJA.....	63
3.4.2 Motivos de ingresso e expectativas dos alunos em relação ao PROEJA	65
3.5 As Causas da Evasão: Interpretações das Informações Obtidas.....	68
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

5	REFERÊNCIAS	77
6	ANEXOS	86
	Anexo A - Ofício Circular N° 21/2011	87
	Anexo B - Questionário aplicado no Processo Seletivo do PROEJA do IF Baiano - <i>Campus Guanambi</i>	89
	Anexo C - Roteiro de Entrevista aplicado no Processo Seletivo do PROEJA do IF Baiano - <i>Campus Guanambi</i>	92
	Anexo D - Edital do Programa de Assistência e Inclusão Social.....	94
	Anexo E - Requerimento para Solicitação do Auxílio Estudantil do PAISE	100
	Anexo F – Questionário para Avaliação Socioeconômico do Estudante.....	101
7	APÊNDICES	104
	Apêndice A - Questionário aplicado aos Alunos do PROEJA do IF Baiano - <i>Campus Guanambi</i>	105
	Apêndice B - Questionário aplicado aos Professores do PROEJA do IF Baiano - <i>Campus Guanambi</i>	110
	Apêndice C - Roteiro de Entrevista para os discentes evadidos do PROEJA do IF Baiano - <i>Campus Guanambi</i>	112

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mercado de trabalho vem elevando seus critérios de seleção e demandando uma força de trabalho com um patamar superior de escolaridade e de qualificação profissional. Esta demanda está associada a inovações organizacionais e técnicas que vêm sendo implementadas nas empresas, assim como a alterações no padrão produtivo.

Outra característica do cenário contemporâneo é a diminuição de postos de trabalhos e a elevação do desemprego. Este cenário faz com que os indivíduos para não serem excluídos do mercado de trabalho, nem se tornarem vítimas do desemprego, procurem se qualificar, e um dos meios para essa qualificação é a procura pelo saber sistematizado, visto que a sociedade capitalista tem exigido do trabalhador uma constante capacitação.

O desemprego afeta principalmente jovens e adultos das classes populares. Pochmann (2004, p. 384) ressalta que a reestruturação produtiva acabou excluindo os mais pobres dos empregos nos segmentos educacionais mais elevados, ampliando consideravelmente “o processo discriminatório no interior do mercado de trabalho, sobretudo entre distintas faixas etárias (jovens e adultos), raças e gênero”.

A elevação nos requisitos de qualificação, advindos do mercado de trabalho capitalista, levaram as pessoas a conceber a educação como instrumento de ascensão social e econômica, pelo fato dos empregos com melhores salários exigirem trabalhadores com maior instrução e qualificação.

Nesse sentido, os indivíduos, especificamente das classes populares, sentem necessidade de prepararem-se para o mercado de trabalho, procurando retornar aos bancos escolares para elevar o nível de escolaridade e qualificar-se profissionalmente.

Na perspectiva de atender às novas demandas produtivas, visto que o simples ato de escolarizar não atendia as exigências do mundo do trabalho, as políticas destinadas à população jovem e adulta que não concluiu a educação básica passaram a vincular educação geral e qualificação profissional, objetivando proporcionar formação integral aos indivíduos.

Atendendo aos objetivos dessa política, em 2006, o Decreto 5.840/06 instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no âmbito das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A implementação da modalidade EJA tem sido um desafio para a maioria destas instituições, visto a dificuldade em garantir a permanência dos discentes, pois muitos retornam à unidade escolar a fim de concluir a educação básica e se qualificar, vislumbrando atender às exigências do mercado trabalhista. Entretanto, boa parte não consegue lograr êxito em permanecer estudando, abandonando a escola e seu objetivo de se tornar um profissional qualificado.

Pereira (2011, p. 18) comenta que “a necessidade de elevação dos índices de permanência na escola pelo público da EJA tem se constituído num grande desafio para educadores, gestores, pesquisadores e formuladores das políticas públicas”.

Neste contexto, este estudo teve como finalidade analisar a problemática da evasão no processo de implantação do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Guanambi, com vistas a reduzir a

evasão discente nesta modalidade. Considera-se como evasão escolar a desistência/abandono do aluno durante o curso, cuja duração é de três anos.

As inquietações das quais emergiram a necessidade deste estudo foram as angústias apresentadas pelos docentes do PROEJA nas reuniões pedagógicas, as queixas dos alunos em relação à organização curricular do curso e as dificuldades que apresentaram em conciliar trabalho e escola. Estas queixas foram relatadas em conversas informais com os alunos do PROEJA nos corredores da instituição e na Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE) na qual atuo como Assistente de Alunos.

Espera-se que a efetivação desta pesquisa possa subsidiar o *Campus* Guanambi a conhecer melhor os discentes do PROEJA, visto que há dezesseis anos a Instituição vem trabalhando com a educação profissional e somente há quatro anos foi implantado o ensino na modalidade EJA, sendo a Educação Profissional para Jovens e Adultos algo ainda novo no *Campus*.

Além disso, constituirá em possibilidades de reflexão da escolha do curso de EJA, bem como da prática pedagógica, a fim de tornar o processo educativo menos distante do cotidiano dos jovens e adultos, contribuindo para a diminuição da evasão e para a formação de cidadãos.

As questões que nortearam o estudo foram as seguintes: A escolha do curso Técnico em Informática na modalidade EJA partiu da necessidade do público jovem e adulto? O curso abre novas possibilidades de acesso ao trabalho no município de Guanambi e região? Os professores foram preparados para lidar com essa clientela? Qual o perfil dos alunos? Quais as dificuldades que eles enfrentam para estudar? O que levou muitos alunos a abandonar o curso?

Objetivo Geral

Analisar a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal Baiano - *Campus* Guanambi, buscando subsídios para reduzir a evasão discente nesta modalidade.

Objetivos Específicos

- Verificar o prescrito e o executado na proposta de implantação do curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA no *Campus* Guanambi;
- Identificar o perfil e a percepção dos docentes em relação ao PROEJA;
- Traçar o perfil sociodemográfico dos discentes;
- Identificar os motivos que influenciaram a evasão escolar;
- Apresentar proposta para a redução da evasão discente.

Considerando a condução dos questionamentos e dos objetivos propostos, a pesquisa foi estruturada com uma introdução, três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo buscou-se discutir a relação entre educação e trabalho, enfocando a necessidade da qualificação profissional determinada pela sociedade capitalista, as modificações na relação do trabalho e a educação profissional ofertada pela rede federal de EPT.

No segundo foi narrada, de forma breve, a trajetória da EJA na história da educação brasileira, destacando os ramos e avanços em prol desta modalidade de ensino. Em seguida realizou-se discussão sobre as propostas do Decreto 5.840/06, ressaltando as incoerências legais existentes, a institucionalização do PROEJA nas instituições federais e a implantação do referido programa no *Campus* Guanambi.

No terceiro capítulo procurou-se situar o universo da pesquisa e o município no qual está inserida. Logo após realizou-se descrição e discussão dos resultados, buscando estabelecer um diálogo entre os dados obtidos com os autores que retratam as temáticas: trabalho, educação profissional e educação de jovens e adultos.

Nas considerações finais, refletiu-se sobre a integração entre educação profissional, educação básica e EJA, apresentando sugestões que possam contribuir para a permanência e êxito do público do PROEJA na instituição pesquisada.

Percurso Metodológico

Considerando as características da pesquisa e o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, optou-se pela abordagem qualitativa que segundo Oliveira (2007, p. 60) “caracteriza-se como um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas e fenômenos da realidade, visando buscar informações fidedignas para se explicar o significado e as características de cada contexto em que situa o objeto a ser analisado”.

Embora as análises tenham sido conduzidas por essa abordagem, foram utilizados dados quantitativos, através dos resultados obtidos junto aos questionários aplicados. Para a mesma autora (2007, p. 60) em pesquisas qualitativas, utilizam-se dados estatísticos “quando visam dar maior precisão aos dados coletados que são analisados com base na realidade, nos objetivos, hipóteses e nos fundamentos teóricos preestabelecidos na construção do *projeto de pesquisa*”.

Dentro desta abordagem foi utilizado o estudo de caso, que para Gil (2008, p. 58) “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante outros tipos de delineamentos considerados”. Para Ludke e André (1986, p. 18 - 19):

Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”. Um princípio básico deste tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas [...].

Destaca-se ainda nesta abordagem o caráter descritivo que para Oliveira (2007, p. 68) permite “uma análise do problema de pesquisa em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades entre outros aspectos”.

População e procedimentos para a coleta de dados

Para a realização da pesquisa foram utilizados instrumentos como pesquisa documental, questionários e entrevistas. A população desta investigação foi formada

pelos alunos que frequentavam o curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA do IF Baiano - *Campus* Guanambi no ano de 2011, os discentes evadidos no interstício dos anos 2009 a 2011 e os professores que estavam lecionando para as turmas do PROEJA no primeiro semestre de 2011.

A pesquisa de campo iniciou-se em julho de dois mil e dez, quando foi realizado, junto a Coordenação de Registros Escolares (CRE), um levantamento sobre o quantitativo de alunos que haviam abandonado o curso Técnico em Informática. Em outubro do mesmo ano foi realizado um estudo do plano de curso, onde em conversa com alguns professores, estes relataram a necessidade de redimensionar a proposta pedagógica do curso, tendo esta sofrido algumas alterações que foram implementadas em 2011.

Dentre estas modificações, podem-se destacar as mudanças na matriz curricular, cujo objetivo foi focar o desenvolvimento de habilidades na área operacional da informática, visto que a matriz anterior encontrava-se bastante ampla, enfocando superficialmente várias áreas, dificultando o aprendizado do aluno em um campo específico do saber.

Além do plano de curso, foram utilizados outros documentos como o Decreto 5.840/06, o Documento Base (DB) do PROEJA - Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição, sites governamentais, além de leis e decretos voltados à EJA. Segundo Ludke e André (1986, p. 39) “os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador”.

No que concerne à amostra, não houve uma definição de percentual, sendo aplicado questionários a todos os alunos e professores do PROEJA (ver apêndices A e B), totalizando 47 (quarenta e sete) para os discentes matriculados e 17 (dezesete) para os docentes.

Vale ressaltar que o questionário aplicado aos discentes diferenciou-se daquele direcionado aos docentes, pois cada um buscou alcançar objetivos próprios. Enquanto as questões aplicadas aos educandos tiveram como meta identificar o perfil sociodemográfico, as dificuldades e as percepções em relação ao PROEJA, as aplicadas aos educadores objetivaram conhecer a formação e a visão destes em relação à oferta da EJA vinculada a EP. Para Oliveira (2007, p. 83):

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Em regra geral, os questionários têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais.

Na visão da autora (2007, p. 39) “é interessante que o pesquisador(a) possa “conquistar” o indivíduo que está respondendo ao questionário para que ele tenha a consciência de que está colaborando para o avanço do conhecimento”.

A aplicação dos questionários para os alunos matriculados foi realizada em abril de 2011, com a colaboração de 03 (três) docentes. Dos 47 (quarenta e sete) educandos que frequentavam o PROEJA, 43 (quarenta e três) responderam ao questionário, sendo (24) vinte e quatro respondidos pelos discentes do primeiro ano (Turma 2011), 08 (oito) pelos do segundo (Turma 2010) e 11 (doze) pelos do terceiro (Turma 2009).

Quanto aos docentes, foi aplicado questionário semiestruturado, também no mês de abril. Dos dezessete professores, apenas um não respondeu o questionário. Os

contatos para solicitação de colaboração dos docentes foram realizados *a priori* durante a participação da pesquisadora no Conselho de Classe das turmas vinculadas ao PROEJA, em março de 2011.

Sendo assim, os questionários foram aplicados no próprio ambiente escolar, onde os participantes autorizaram a utilização dos dados informados e a pesquisadora comprometeu-se com o anonimato, conforme expresso no início dos questionários.

Houve uma excelente participação dos professores e dos alunos, pois se notou que ambos vislumbravam possibilidades de intervenções no PROEJA, no sentido de amenizar o índice de evasão, bem como tornar mais eficaz o processo ensino-aprendizagem.

A última etapa consistiu na realização de entrevista com os alunos evadidos. A opção pela entrevista deu-se pelo fato desta propiciar um diálogo com os ex-alunos, a fim de compreender as dificuldades que impediram sua permanência no curso Técnico em Informática.

Para Ludke e André (1986, p. 34) “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Oliveira (2007, p. 86) ressalta que “a entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador(a) e entrevistado(a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando”.

As entrevistas com os alunos evadidos ocorreram nos meses de maio a outubro de 2011. Para conseguir as informações, como endereço e telefone, dos 73¹ (setenta e três) discentes evadidos no período de 2009 a 2011 foi realizada, pela pesquisadora, consulta na ficha individual do aluno disponível na CRE.

Em seguida visitou-se as residências e/ou o local de trabalho de vários ex-alunos para entrevistá-los. Em alguns casos as entrevistas foram concedidas por telefone devido o(a) evadido(a) morar distante e/ou não encontrar-se mais trabalhando no local indicado na ficha disponível na CRE.

Entretanto, houve várias situações em que a pesquisadora não conseguiu manter contato, devido o número do telefone disponível na ficha do aluno encontrar-se fora de área ou desligado ou ser o número do local onde o indivíduo trabalhava e não mais encontrar-se vinculado a empresa. Foram realizadas várias tentativas, em turnos alternados, todavia em muitos casos não se conseguiu êxito, sendo realizado um total de 22 (vinte e duas) entrevistas, sendo 07 (sete) por telefone e 15 (quinze) pessoalmente.

Análise dos dados

Após a coleta dos dados foi realizada uma análise de todas as respostas dos participantes, no intuito de organizar os resultados obtidos, catalogá-los e vinculá-los ao aporte teórico da pesquisa. Para Ludke e André (1986, p. 48):

A fase mais formal de análise tem lugar quando a coleta de dados está praticamente encerrada. Nesse momento o pesquisador já deve ter uma ideia mais ou menos clara das possíveis direções teóricas do estudo e parte então para “trabalhar” o material acumulado, buscando destacar os principais achados da pesquisa.

Em seguida realizou-se uma descrição dos dados, utilizando, quando necessário,

¹ Dados fornecidos pela CRE em maio de 2011.

gráficos para enfatizar o percentual dos resultados. Para facilitar a organização do texto, dividiu-se a análise em quatro seções. Primeiramente analisou-se o processo de implantação do curso, ressaltando o prescrito e o executado no plano de curso. No segundo momento houve a descrição dos resultados alcançados a partir do questionário aplicado aos docentes do PROEJA, cujo objetivo crucial foi identificar a percepção destes em relação à oferta da EJA vinculada a EP.

Em seguida realizou-se descrição dos dados obtidos junto aos alunos que estavam frequentando o curso, a fim de traçar o perfil sociodemográfico, compreender os motivos que possam suscitar a evasão, as percepções em relação ao PROEJA e as expectativas após a conclusão do curso.

Por último houve a descrição dos dados resultantes das informações das entrevistas realizadas com os alunos evadidos, objetivando compreender os motivos que influenciaram a evasão escolar.

No decorrer da descrição buscou-se fazer uma triangulação entre os dados resultantes da pesquisa documental, dos questionários aplicados aos alunos e professores e da entrevista aos evadidos, com autores que retratam as temáticas EP, EJA e Trabalho.

A fim de preservar o anonimato dos participantes, estes tiveram seus nomes substituídos por códigos. Os discentes que frequentavam o PROEJA e que responderam ao questionário foram identificados numa sequência aleatória como “D 01” até “D 43”. Os docentes foram denominados “DOCENTE 01” até “DOCENTE 16”. Para os alunos evadidos utilizou-se o código “E 01” ao “E 22”.

1 CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO E TRABALHO: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Este capítulo apresenta reflexões sobre o trabalho no mundo capitalista e a necessidade do homem qualificar-se mediante a elevação dos requisitos profissionais advindos da reestruturação na organização produtiva, retratando as dificuldades que os jovens e adultos encontram para incluir no mercado trabalhista. Aborda a educação profissional prestada pela Rede Federal de EPT, considerando sua relevância na formação e qualificação de profissionais.

Em se falando de jovens e adultos, faz-se necessário caracterizá-los dentro do contexto educacional. Nesse sentido Oliveira (1999) afirma que o adulto não se constitui no estudante universitário e o jovem não é aquele indivíduo com uma trajetória escolar regular, mencionando que ambos vivenciaram a exclusão escolar, sendo o adulto aquele indivíduo que buscou a escola tardiamente para se alfabetizar ou cursar o ensino supletivo, geralmente proveniente da classe popular, enquanto que o jovem constitui-se no sujeito que vivencia o mesmo contexto do adulto, todavia com elevadas chances de concluir o ensino fundamental e/ou a educação básica pelo fato de ter adentrado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas.

Estes indivíduos, devido às dificuldades socioeconômicas, tiveram a trajetória escolar interrompida pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho informal para auxiliar na economia familiar, ou foram reprovados em alguma série por não dispor de tempo suficiente para dedicar aos estudos, pelo fato de terem que conciliar trabalho e escola. Retratando esta realidade, Brandão (1991, p. 132) comenta que os ricos frequentam a escola para um dia trabalharem, enquanto que os filhos da classe pobre constituem-se em “trabalhadores precoces que dividem o tempo “do estudo” com o do trabalho braçal, de que muitos dificilmente se libertarão um dia”.

Nesse sentido, os jovens e adultos das classes populares, que, especificamente, constituem o público da EJA, apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sentindo a necessidade de retornarem aos bancos escolares para se capacitarem, visto a elevação dos requisitos de qualificações sobrevividos da reestruturação produtiva. Percebem a escola, neste contexto, como um meio de ascensão social, pelo fato das pessoas com maior nível de escolaridade e maior grau de qualificação profissional serem consideradas aptas a ocuparem os melhores empregos.

1.1 Qualificação Profissional na Sociedade Capitalista

O final do século XX foi marcado por transformações no campo político, econômico e social desencadeando modificações na organização do trabalho. Júlio (2003, p. 115) destacou que esta mudança foi “consequência de um amplo processo de reestruturação produtiva na indústria como resultado das transformações econômicas e políticas que levaram a mundialização do capital”.

O capitalismo influenciou, decisivamente, o cotidiano dos indivíduos modificando os aspectos social, econômico, cultural e político, implicando, conseqüentemente, na relação entre o homem e o trabalho, alterando as formas de empregabilidade e da qualificação profissional. Neste contexto, o mundo do trabalho tornou-se complexo e heterogêneo pelo fato do capitalismo ter concebido novas formas

de execução do trabalho, onde o simples aprender a fazer já não atende as demandas do mundo globalizado.

Estas modificações interferiram, conseqüentemente, no sistema de ensino, pelo fato das novas organizações produtivas demandarem não apenas a mão de obra (o fazer) do operário, exigindo qualificações profissionais que ultrapassem o simples aprender a fazer, pelo fato do modo de produção capitalista exigir não só competências formais, mas um trabalhador criativo, que saiba se relacionar com a equipe de trabalho, valorizando também os conhecimentos tácitos² do trabalhador.

Sobre a exigência destas novas qualificações, Arruda *et al* (2000, p. 17) ressaltam que “o novo modelo econômico interpõe um novo perfil profissional que requer, além de maior qualificação profissional, maior envolvimento emocional e social do trabalhador”. Os autores ainda retratam que “o trabalhador adestrado, característico do modelo fordista, deixa de atender aos requisitos do novo padrão produtivo”. Nesse sentido, é necessário que a educação leve em consideração os aspectos intelectual, social e emocional do indivíduo, habilitando-o para os novos padrões produtivos.

A reestruturação produtiva advinda do modo de produção capitalista desencadeou a fragmentação e a flexibilidade do trabalho, bem como gerou o desemprego e o subemprego às pessoas que vivem da venda da força de trabalho.

Segundo Pochmann (1998 *apud* Mattos 2005, p. 03), desde 1985, o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (DIEESE) classifica o desemprego brasileiro em quatro categorias distintas:

Desemprego de Inserção que advém da dificuldade de obter o primeiro emprego;

Desemprego Recorrente o qual é caracterizado por ausência de emprego estável, presente apenas nas formas de trabalho precarizado;

Desemprego de Reestruturação Empresarial, que se caracteriza em decorrência de novas gestões de produção e de pessoas;

Desemprego de Exclusão que está relacionado aos baixos índices de escolaridade.

Ao analisar estas categorias, pode-se observar que tanto as pessoas escolarizadas quanto as que possuem “pouca instrução”, são vítimas do desemprego. Estas últimas são mais penalizadas pelo fato do baixo índice de escolaridade dificultar sua inserção ou agir como elemento de exclusão do mercado de trabalho.

A terceira categoria apontada por Pochmann (1998) - Desemprego de Reestruturação Empresarial - tem afetado grande parte dos indivíduos. As novas gestões de produção tem priorizado a utilização de máquinas, substituindo a mão de obra humana. Com isso, o trabalho outrora realizado por vários trabalhadores, passa a ser executado por uma só máquina, caracterizando, assim, a crise do desemprego estrutural. Pereira (2011) resalta que este tipo de desemprego é causado pela revolução tecnológica, na sua tendência crescente de substituir o trabalho manual pelo das máquinas.

O novo padrão de produção, além de favorecer o desemprego estrutural, tem intensificado a flexibilização e a precarização do trabalho, levando os indivíduos, especificamente os das classes menos favorecidas, a conviverem com a insegurança e a instabilidade do trabalho, como apontam Kato e Ponchiroll (2002, p.89):

² Jones & Wood (1984 *apud* Arruda, *et al*, 2000, p. 16) definem o conhecimento tácito como o conhecimento anterior, fruto da experiência e da intuição do trabalhador.

A maioria dos trabalhadores atuais deve mudar profundamente seu modo de trabalhar em função da introdução do progresso técnico na produção. Hoje constitui privilégio de uma minoria desfrutar de um emprego estável com tempo integral, o ano inteiro e durante a vida ativa. A maioria dos ativos destina-se a ocupações irregulares, temporárias, precárias, de tempo parcial ou falsamente independentes.

A precariedade e a flexibilidade contribuem, conseqüentemente, com a elevação dos índices do trabalho informal. Montenegro (2008) recorda que as altas taxas de desemprego verificadas na década de 1990 aumentaram o setor informal, ressaltando que os trabalhadores expulsos do setor formal, ao não terem perspectiva de conseguir um emprego com carteira assinada, acabam migrando para o setor informal.

Para enfatizar esta situação de emprego informal, Carvalho (2003, p. 48) menciona que segundo dados do IBGE, em 1997 havia no Brasil “cerca de 25,6 milhões de trabalhadores que possuíam registro formal de um universo estimado em 69,3 milhões de empregados assalariados”, enfatizando que, naquele período, “aproximadamente 44 milhões de trabalhadores se encontravam no mercado de trabalho sem qualquer mecanismo de regulação”.

Dados disponíveis pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), como mostra o quadro a seguir, evidenciam que houve uma mudança significativa no total de trabalhadores com carteira assinada no ano de 2009. Observa-se, conforme o quadro, que em relação ao ano de 2001, houve um aumento de 10.001 trabalhadores com carteira assinada.

Entretanto, por mais que o índice de trabalhadores formais tenha aumentado, há ainda, como mostra os dados, um expressivo quantitativo de trabalhadores sem carteira assinada, evidenciando que o contingente de pessoas no mercado informal continua sendo uma realidade brasileira, pelo fato dos indivíduos se submeterem a empregos sem nenhum registro de regulação.

Quadro 01 - Empregados de 10 anos ou mais de idade por categoria do emprego entre os anos 2001 a 2009 no Brasil

<i>Ano</i>	<i>Emprego com Carteira de Trabalho Assinada</i>	<i>Emprego sem Carteira de Trabalho Assinada</i>	<i>Militares e funcionários públicos estatutários</i>	<i>Sem declaração</i>
2001	22.363	14.015	4.916	6
2002	23.135	14.645	5.046	4
2003	23.919	14.321	5.293	3
2004	25.558	15.427	5.563	0
2005	26.875	15.430	5.480	-
2006	28.042	15.737	5.867	1
2007	29.768	15.580	6.141	-
2008	31.881	15.884	6.421	-
2009	32.364	15.311	6.638	-

Fonte: IBGE/ PNAD 2009.

Outra característica da informalidade do trabalho são os empregos temporários, havendo, constantemente, uma grande reserva de indivíduos desempregados. Neste sentido Montenegro (2008, p. 10) afirma:

Não é difícil identificar grandes contingentes de “trabalhadores supérfluos” ao pensar a realidade brasileira, afinal basta considerar os indicadores sociais mais básicos referentes à saúde, escolaridade e moradia para perceber que grande parte da população está condenada a orbitar às margens do sistema capitalista. Daí o porquê da questão do desemprego assumir contornos tão trágicos em nossa sociedade, pois nossos desempregados muitas vezes não possuem o mínimo de qualificação, ou condições para adquiri-la, para ingressar no cada vez mais concorrido mercado de trabalho para assim garantir condições razoavelmente dignas de sobrevivência.

Esta reserva de “trabalhadores supérfluos” é fruto dos novos padrões produtivos e vem tornando o mundo do trabalho competitivo, favorecendo a desvalorização da mão de obra. Costa (2002, p. 100) explica que desde o “momento que o trabalhador assalariado passou a viver da venda de sua força de trabalho convertida em mercadoria, tornou-se dependente do mercado para sua sobrevivência”. Nesse sentido, os trabalhadores ora se encontram inseridos no mercado, ora se constituem como trabalhadores “em reserva” devido às variações e a instabilidade na demanda da força de trabalho.

Marx (1982) comenta que a concorrência incita os operários empregados a trabalharem de forma excessiva, fazendo com que estes se submetam às exigências do capital, contribuindo para o aumento do exército de reserva, pois o trabalho que deveria ser realizado por várias pessoas, acaba sendo executado por um único indivíduo, proporcionando ao capitalista particular o acúmulo de riquezas.

Percebe-se, assim, que a existência de reserva de trabalhadores beneficia a classe que compra a força de trabalho, pelo fato desta possuir um quantitativo menor de trabalhadores em relação à demanda da produção, enriquecendo-se através da excessiva força de trabalho dos que se encontram empregados.

Outro aspecto engendrado pelo capitalismo é o fortalecimento da supremacia dos países desenvolvidos em relação àqueles que se enquadram na categoria de países em desenvolvimento. Essa supremacia pode ser observada em vários aspectos como educação, saúde, trabalho, além do investimento em máquinas que acabaram substituindo a mão de obra do operário, intensificando a exclusão social da classe menos favorecida.

Krawczyk (2009, p. 34) ressalta que “estamos num momento histórico internacional no qual as transformações de ordem social, econômica e cultural agravam os conflitos e exacerbam os processos de exclusão”. Com isso os países em desenvolvimento ficam submetidos ao ideário dos países desenvolvidos e quem sofre mais com esta situação são as pessoas das classes populares.

Diante dessa situação, para não ficarem excluídos do mundo do trabalho e para dominarem o avanço científico e tecnológico concebido pelo capitalismo, os trabalhadores das classes populares, sentem necessidade de qualificar sua mão de obra, pois se sentem culpados por não terem se dedicado aos estudos. Arruda *et al* (2000, p. 16) ressaltam que “o trabalhador, além de conviver com a precarização do trabalho, com o desemprego, tem de responder à exigência de maior qualificação”.

Quanto ao sentimento de culpa pela falta de dedicação aos estudos, percebe-se que este é fruto da ideologia capitalista, pois, na realidade, estas pessoas não estudaram ou tiveram sua trajetória escolar interrompida, devido à falta de políticas públicas efetivas que garantissem seu ingresso e permanência na instituição escolar. À luz dessas ideias, Souza (2004, p. 03) destaca:

Essa ideologia sugere uma leitura das mudanças recentes no mundo do

trabalho e no cotidiano da sociedade capitalista, cuja implicação mais perversa é a propagação da ideia de que estas transformações são uma mera consequência do avanço científico e tecnológico, especialmente na microeletrônica e na informática. Essa forma de conceber o avanço científico e tecnológico tem o mérito de mitificar o processo cada vez mais intenso de inserção da ciência e da tecnologia nos processos de trabalho e de produção, atribuindo-lhes um caráter natural. Por consequência, afirmam-se inexoráveis as repercussões desse processo, sejam elas positivas ou negativas, como se não restasse à humanidade nada além de conformar-se diante dos desdobramentos dos fatos.

A assertiva acima é reforçada por Alves (2003, p. 71) ao retratar que a necessidade de aquisição de novas habilidades geradas pelo capitalismo, não passa de “uma operação ideológica sutil de atribuir ao indivíduo, e apenas a ele, o possível fracasso na sua inserção profissional (demonstrando o poderoso recurso da psicologia do neoliberalismo de “culpabilizar” as vítimas)”. Percebe-se assim, que ao se valorizar a qualificação profissional o sistema transfere para o indivíduo a responsabilidade por sua inclusão ou não no mundo do trabalho.

Neste contexto a educação tornou-se instrumento de poder e de ascensão social, daí a ampliação da educação básica, objetivando a elevação da escolaridade da população. Entretanto, não houve uma equiparação entre esta ampliação com a qualidade do ensino, a fim de garantir a permanência dos discentes, procurando amenizar a evasão escolar, bem como garantir um processo ensino aprendizagem eficiente, como aduz Arruda (2009, p.05):

O sistema de ensino foi ampliado sem que recursos humanos e materiais adequados fossem previstos, e sem que fossem introduzidas modificações na formação do professor de forma a prepará-lo para trabalhar com uma clientela predominantemente pobre e desprovida de socialização educacional anterior. Como consequência deste despreparo o baixo rendimento escolar das crianças é justificado por fatores afetivos e socioeconômicos, em um movimento que transfere para os alunos a culpa pelo seu insucesso e isenta a escola de qualquer responsabilidade.

Grande número de pessoas estuda em escolas precárias, seja na infraestrutura e/ou na disposição de pessoal, enquanto que os filhos das classes privilegiadas estudam nas melhores instituições, pelo fato de pagarem uma boa escola particular ou até mesmo frequentarem as melhores instituições públicas, visto que estas exigem exame de seleção para ingresso, selecionando assim os melhores alunos e excluindo os que não tiveram uma escola de qualidade.

Além disso, nem todos que se matriculam nas instituições de ensino permanecem efetivamente estudando, pois em virtude das dificuldades socioeconômicas, muitos jovens abandonam a escola antes de concluir a educação básica, especificamente o ensino médio. Daí o alto índice, no Brasil, de pessoas em idade escolar fora da escola, conforme ressalta Krawczyk (2009, p. 09):

Nos primeiros anos da década de 1990, houve um aumento significativo no número de matrículas para o ensino médio: 34,5%, entre 1991 e 1994. Entre os anos 1996 e 1997, as matrículas passaram de 5.739.077 para 8.369.369, um aumento de 41,7%. Porém, o abandono e a reprovação persistem nessa etapa da educação básica. Em 2007, a taxa de abandono foi de 13,3% e a de reprovação 12,7%.

Não se verificou, nos últimos dez anos, diminuição significativa dessas taxas, nem tendência de queda.

Para superar esta situação é necessária a implantação de ações afirmativas que assegurem a permanência dos alunos na instituição escolar, a fim de que possam concluir, com êxito, a educação básica e dar continuidade aos estudos. Em relação à garantia da permanência, Pereira e Teixeira (2008, p. 03) mencionam que esta “implica mudanças qualitativas no interior da própria escola, ainda que necessárias iniciativas externas de cunho social, no intuito de promover condições que favoreçam as crianças e aos jovens provenientes das classes populares a continuação de seus estudos”.

A própria instituição de ensino favorece a evasão pelo fato de não considerar a diversidade dos discentes, tratando-os de forma homogênea. Muitas vezes, o professor aplica a mesma metodologia utilizada para uma classe de adolescentes em uma turma de EJA, omitindo, assim, o cotidiano e as experiências dos jovens e adultos. Com isso, os mesmos se veem em um ambiente abstrato à sua realidade e acabam abandonando a escola, como assinala Oliveira (1999, p.60):

Os jovens e adultos constitui-se excluídos da escola [...]. Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem, envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de “não-crianças”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Em relação à EJA, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) - 9.394/96, no artigo 37 retrata a oferta do ensino às pessoas que a ele não tiveram acesso na idade própria, contemplando assim a população jovem e adulta.

Não obstante a determinação legal, esta modalidade de ensino ainda é vítima de muitos desafios que precisam ser superados. O fato da instituição escolar não considerar as peculiaridades dos discentes da EJA, constitui uma variável relevante a ser analisada para que essa superação possa realmente ocorrer.

Um aspecto fundamental prescrito pela Lei 11.741/2008³ foi o destaque dado à articulação da EJA com a educação profissional, que deu nova redação ao Artigo 37 § 3º da Lei 9.394/96, determinando que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional”, e ao Artigo 39, indicando que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996, arts. 37 e 39).

A alteração advinda da Lei 11.741/2008 constitui-se instrumento importante, pelo fato de proporcionar às pessoas, principalmente aos jovens e adultos, a oportunidade de se capacitarem através de cursos técnicos, tendo em vista a exigência de qualificação imposta pela reestruturação na organização do trabalho. Nesta perspectiva Carvalho (2003, p. 67) descreve:

[...] um dos dilemas enfrentados pelo século XXI é o da sociedade centrada no crescimento sem emprego. As tentativas de explicar e de

³ Altera dispositivos da Lei nº. 9.394, de 20/12/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm Data de Acesso: 23/02/2010.

resolver esse dilema apontam consensualmente para a qualidade da formação profissional, uma vez que o pressuposto é de que os empregos que agora são criados tendem a exigir um aumento de qualificações.

Estas exigências estão vinculadas, intrinsecamente, ao modo de produção capitalista que requer um trabalhador polivalente, criativo e inovador para atuar no mercado de trabalho. A esse respeito, Alves (2003, p. 61) nos adverte que “qualquer análise dos processos societários que ocorrem em nossa época, deve ser precedida de uma apreensão *dialética* da natureza da fase histórica de desenvolvimento do capitalismo mundial”, enfocando que as exigências de qualificação estão relacionadas às novas organizações do trabalho em atendimento ao modo de produção capitalista.

Com isso, percebe-se que a educação profissional tem sido na maioria das vezes, instrumento de produção de força de trabalho para a sociedade capitalista. Neste sentido, Mészáros (2008) comenta que além de a educação fornecer o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, ela também aliena o indivíduo transmitindo um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.

Percebe-se assim que, além da educação fornecer a força de trabalho conforme os requisitos impostos pelo capitalismo, concomitantemente, ela transmite os valores e ideologias das classes que estão no poder, objetivando a manutenção dos dominantes, fortalecendo, conseqüentemente, a divisão de classes no interior da sociedade.

1.2 Qualificação e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Em se falando de educação profissional e qualificação de trabalhadores, não podemos deixar de tecer alguns comentários acerca da educação prestada pela Rede Federal de EPT, que em setembro de 2009 fez cem anos de oferta da educação profissional, habilitando trabalhadores para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Nesse contexto será abordado de forma sintetizada a trajetória do ensino profissionalizante no Brasil, mencionando alguns de seus reais objetivos e pressupostos na qualificação da classe trabalhadora.

O ano de 1909 foi o marco inaugural do ensino técnico profissional. O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 instituiu a criação de 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes e Artífices, localizadas uma em cada Estado, com exceção do Rio de Janeiro, que teve a sua situada na cidade de Campos. O Rio Grande do Sul e o Distrito Federal não sediaram estas escolas por possuir “instituições com organização e propósitos semelhantes aos que se determinava para as novas escolas” (CUNHA, 2000, p. 95).

Segundo Cunha (2000) estas escolas possuíam um objetivo muito mais político que técnico, tendo como finalidade a manutenção do poder do governo e da classe dominante, mencionando que até a escolha da localização foi de cunho político. Neste sentido o autor ainda destaca:

[...] As escolas de aprendizes artífices constituíram uma *presença* do governo federal nos estados, oferecendo cargos aos indicados pelos políticos locais e vagas para alunos a serem preenchidas com os encaminhamentos por eles. A contrapartida não seria difícil de imaginar: o apoio político ao bloco dominante no plano federal. (CUNHA, 2000, p.95)

Esta realidade assinalada por Cunha evidencia que a instituição de ensino técnico, no Brasil, desde seus primórdios é alicerçada em interesses políticos, objetivando a manutenção dos dominantes no poder.

Em 1937 foi criado o Ensino Liceal, por Passos Manuel, com base no princípio de que os estudos secundários deveriam dar ao cidadão uma ampla cultura geral. O período compreendido entre os anos 1942 a 1946 foi marcado pelas Leis Orgânicas do Ensino, dentre elas destacaram-se as que estruturavam o ensino técnico profissionalizante: Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei: 4.073 de 1942), Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141 de 1943) e Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613 de 1946).

“Esses três decretos-lei organizaram o ensino técnico profissional nas três áreas da economia, de forma que ele contivesse dois ciclos - um fundamental, geralmente de 4 anos, e outro técnico, de 3 a 4 anos”(ROMANELLI, 1978, p.155).

Ainda segundo a autora (1978) o ensino industrial diferenciava-se dos demais, pois além do industrial básico de quatro anos, existia o curso de mestria de dois anos, no mesmo ciclo e, no segundo ciclo, além dos cursos técnicos, havia curso de um ano para formação de professores, como também cursos de curta duração de artesanato, destinado a oferecer treinamento rápido, e de aprendizagem, destinados à qualificação de aprendizes industriais.

Destaca-se também neste período a criação do Serviço Nacional para Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, cujo objetivo era qualificar mão de obra em atendimento a expansão industrial e econômica do país.

Em 1959 surgiu as Escolas Técnicas, que em 1978 passaram a denominar-se CEFETs, por meio da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. As Escolas Agrotécnicas tiveram origem nas décadas de 1950 a 1960. Neste período o espaço rural brasileiro passava por grandes modificações, principalmente pela “Revolução Verde” que introduziu novos padrões tecnológicos no campo.

Estas instituições passaram por várias modificações, ao longo da sua existência, através de leis e decretos alterando significativamente sua estrutura administrativa e pedagógica, como será abordado a seguir.

Um decreto que impactou as instituições da rede federal de EPT foi o 2.208/97, pelo fato de extinguir a oferta do ensino integrado. A partir desse decreto, as instituições deveriam oferecer somente o ensino médio sem a base técnica anteriormente integrada, fortalecendo assim a fragmentação do ensino, por meio de cursos técnicos, oferecidos em tempos curtos, com o objetivo de uma formação aligeirada.

Esse decreto surgiu para atender à necessidade de reconfigurar as escolas técnicas, com a premissa de oferecer cursos técnicos para os jovens das classes populares, visto que estes não conseguiam ingressar nestas escolas pelo fato de disputarem as vagas com alunos abastados, provenientes da rede particular (CASTRO, 2005).

Neste sentido, o autor (2005) afirma que a perspectiva era formar técnicos para suprir a indústria, visto que estas escolas não estavam alcançando seu objetivo de formar técnicos que viessem atuar como técnicos, pelo fato de estarem absorvendo alunos das classes mais favorecida, atraídos pela qualidade do ensino acadêmico, com a perspectiva de cursar o ensino superior e não de atuar como técnico.

Percebe-se, assim, a evidente preocupação em fornecer recursos humanos para atender o mercado de trabalho em detrimento da formação integral do indivíduo, como explicam Frigotto *et al* (2005a, p. 25) “o Decreto n. 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a portaria n. 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação

integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

Em 2004, houve um salto relevante quanto à reintegração do ensino médio com o técnico. A aprovação do Decreto 5.154/2004 revogou o Decreto 2.208/97 e o ensino médio retornou a ser oferecido de forma integrada. A revogação do Decreto 2.208/97 foi fruto de muitas lutas, como afirma Frigotto *et al* (2005a, p. 22):

[...] A gênese das controvérsias que cercam a revogação do Decreto n. 2.208/97 e a publicação do Decreto n. 5.154/2004 está nas lutas sociais dos anos 1980, pela redemocratização do país e pela “remoção do entulho autoritário”. Temos como marco, de modo particular, a mobilização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em defesa de um sistema público e gratuito de educação que deveria tomar forma no capítulo sobre a educação na Constituinte e em uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O Decreto 5.154/04 foi publicado no período em que o Brasil encontrava-se sob a presidência de um governo do partido dos trabalhadores, que sempre em seus discursos defendeu a classe popular e trabalhadora. Todavia, este decreto modificou a redação do Decreto 2.208/97 no tocante a reintegração do ensino médio, porém não fez alterações concernentes à concepção das diretrizes curriculares e carga horária distintas para o ensino médio e para o ensino técnico. Com isso, a proposta de integração não foi realizada em sua totalidade, como afirma Kuenzer (2009, p. 259):

[...] Contudo, essa vinculação não se constitui em efetiva integração entre educação básica e profissional, não ultrapassando o nível formal, uma vez que, como já apontaram Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.1903-1904), o CNE, ao ratificar as diretrizes para o ensino médio e para a educação profissional anteriores ao Decreto 5.154/04, referendou a independência entre formação média e profissional, que podem ser ministradas como partes autônomas, embora integrantes do mesmo curso.

Em virtude dessa independência de diretrizes entre formação média e profissional há ainda, nas instituições de EPT, ranços do Decreto 2.208/97. Esses resquícios podem ser observados na organização curricular, havendo um distanciamento entre as disciplinas que integram a parte comum e as disciplinas da área técnica, pelo fato dos componentes curriculares, serem separados e agregados por turnos: no turno matutino os discentes têm aulas das disciplinas da base comum e no turno vespertino das disciplinas técnicas, ou vice-versa.

Esse distanciamento entre as áreas interfere também na organização das salas dos professores, perpetuando a “separação” entre eles, tendo uma sala para os professores da área técnica e outra para os professores da base comum. Contudo, por mais que o Decreto 5.154/04 tenha deixado essas lacunas, a instituição (professores, gestores e técnicos) precisa efetivar ações que superem esses hiatos, a fim de possibilitar uma formação integral e politécnica.

Outro Decreto que impactou estas instituições foi o 5.840/06 que instituiu a oferta da educação profissional para a modalidade EJA. Observando a trajetória da educação profissional na rede de EPT nota-se que só a partir de 2006 a oferta da EJA foi estabelecida nestas instituições.

Contudo, Machado e Oliveira (2010, p. 09) mencionam que “em 2008 havia apenas 0,2% de matrículas de EJA na rede federal, enquanto que na rede estadual

possuía 34,3% e na municipal 54,4%”. Percebe-se a necessidade de ampliar a oferta de cursos técnicos para o público da EJA nestas instituições, tendo em vista as diretrizes do Decreto 5.840/06.

Em 2008, através da Lei 11.892/08, a maioria das instituições de EPT passou a integrar os Institutos Federais (IFs). Em relação ao reordenamento⁴ destas instituições, vale destacar que dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e vinte e cinco escolas vinculadas a universidades não aderiram aos IFs. Estas fazem parte da rede federal, juntamente com a Universidade Tecnológica do Paraná e os 38 Institutos Federais criados pela Lei 11.892/08. Sobre a criação dos institutos, Otranto (2011, p. 01- 02) comenta:

A partir desta Lei, os Institutos Federais (IFs) se tornaram referência na rede e todas as demais instituições criadas a partir delas passaram a seguir o seu modelo de organização. No entanto, anteriormente à implantação dos IFs foi adotada uma política de expansão da rede federal de educação profissional, que se iniciou em 2003 e manteve sua continuidade nos dois governos de Lula da Silva, prioritariamente no segundo mandato, que pode ser vista como uma pavimentação do caminho para a implantação da atual reforma.

Dentre as atribuições delegadas aos IFs, a Lei 11.892/08 faz referência à oferta da EJA, retratando também a importância de cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores, como pode ser notado nos Incisos I e II do Artigo 7º:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o **público da educação de jovens e adultos (grifo nosso)**;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2008)

Nesse sentido, além do Decreto 5.840/06 estabelecer a oferta da EJA nas instituições federais, a própria Lei que criou os Institutos determinou a obrigatoriedade desta oferta. O capítulo a seguir abordará a trajetória da EJA no cenário educacional brasileiro e a relevância desta modalidade de ensino aos cidadãos que foram cerceados do direito de concluir a educação básica na idade considerada “regular”, enfocando as políticas de cunho profissional direcionadas ao público jovem e adulto.

⁴ Disponível em:

http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=27. Data de Acesso: 12/02/2012.

2 CAPÍTULO II

(DES) CAMINHOS DA EJA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A EJA, muitas vezes, tem sido vista como sinônimo dos termos educação popular, educação não-formal e educação comunitária. Sobre este entendimento Gadotti (2006, p. 30) menciona que estes termos não se constituem sinônimos, pois cada um possui suas singularidades, destacando que “a educação não-formal está principalmente vinculada a organizações não governamentais, partidos políticos, igrejas”, entre outros, sendo muitas vezes organizada em oposição à educação de adultos oficial, ou seja, a educação organizada e efetivada pelo Estado.

Schafranski (2007, p. 25) define educação não-formal como “qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, realiza-se fora dos quadros do sistema formal de ensino”, enfocando que as categorias espaço e tempo não são definidas como na educação formal, respeitando as especificidades dos envolvidos para a elaboração e absorção dos conhecimentos.

Já a educação popular, segundo Brandão (1984 *apud* Gadotti, 2006, p. 30) “constitui-se como processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico [...]”. Gadotti (2006, p. 30) aduz que “a educação popular se opõe a educação de adultos impulsionada pela educação estatal, ocupando os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério”.

Em relação à educação comunitária Silva (2009, p. 06) menciona que esta emerge da escola e “se configura como um movimento de mudança, interna e externa, da mesma, envolvendo seu currículo, práticas e relações, pretendendo uma educação significativa construída a partir da realidade na interface com a comunidade”, sendo também um movimento de mudança do entorno da escola, pelo fato de articular o sujeito e a sociedade.

2.1 História e Cenários da Educação de Jovens e Adultos

Historicizar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil constitui-se uma tarefa complexa, pela amplitude que esta possui no cenário histórico e político brasileiro e, sobretudo, por ser marcada pela presença e valorização do conhecimento dos espaços não formais de ensino, destacando a influência dos saberes da família, do trabalho, da igreja e do contexto social. Corroborando com este pensamento Haddad e Di Pierro (2000, p. 14) afirmam que “qualquer tentativa de historiar um universo tão plural de práticas formativas implicaria sério risco de fracasso, pois a EJA estende-se por quase todos os domínios da vida social”.

Fávero (2009, p. 56) ressalta que “a história da educação de jovens e adultos não faz parte dos manuais da história da educação brasileira”, nem consta nos livros de nossa história da educação, ressaltando que a terminologia EJA é recente, vindo “ser utilizada somente nos meados dos anos 1980, quando os problemas relativos aos jovens começaram a ser estudados e as Ciências Sociais passaram a redescobrir a categoria juventude”.

Di Pierro *et al* (2001, p. 58) ressaltam que “a educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito”, pelo fato de envolver conhecimentos advindos de diversos

processos formativos estabelecidos em outros espaços não formais.

Objetivando fortalecer as discussões em torno da EJA, este capítulo discorrerá, de forma breve, o processo histórico desta modalidade de ensino no contexto da Educação Profissional no Brasil, destacando a educação voltada para as classes populares desde o Brasil Colônia até os dias atuais.

2.1.1 Revisitando a educação de jovens e adultos no período do Brasil Colônia aos dias atuais

No período colonial a educação de jovens e adultos foi realizada pelos ensinamentos dos jesuítas. Estes, primeiramente, ensinaram aos povos indígenas, estendendo sua ação, posteriormente, aos negros que chegaram ao Brasil para trabalharem como escravos nas grandes fazendas. Os jesuítas tinham a missão de catequizar os indivíduos, disseminando os ideais da igreja católica, bem como transmitir saberes inerentes à economia feudal.

Freire (1993, p. 32) destaca que, neste período, “a preocupação pela educação surgiu como o meio capaz de tornar a população dócil e submissa, atendendo a política colonizadora portuguesa”. A autora (1993, p. 33) retrata que os ensinamentos transmitidos pelos jesuítas docilizaram “a população nativa (gentios) e os filhos dos colonos através da domesticação, da repressão cultural e religiosa”.

Além disso, Freire (1993) ratifica que o ensino jesuítico enclausuraram os nativos em princípios católicos, inibindo-os de uma verdadeira leitura do mundo, favorecendo a disseminação da ideologia dos que se encontravam no poder, reproduzindo, assim, a sociedade perversa dos contrastes e discrepâncias.

Durante o Império a educação foi voltada para atender a elite, excluindo assim negros, indígenas e um grande número de mulheres. No período imperial foi promulgada a Constituição Brasileira de 1824, onde prescrevia a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos.

Entretanto, na prática, isso não ocorreu, ficando a educação limitada a instrução da elite. Haddad e Di Pierro (2000, p. 109) mencionam que as preocupações liberais expressas na legislação desse período acabaram não se concretizando por estarem condicionadas a estrutura social vigente. Com isso, “ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta”.

Freire (1993, p. 63) afirma que o período imperial foi marcado por uma estrutura social que privilegiava a instrução dos indivíduos das classes privilegiadas, em detrimento da educação para a população menos favorecida, pelo fato de priorizar a instrução superior para a elite, “com o fim de perpetuar seus interesses e cujo diploma referendava a posição social, política e econômica, a quem o possuía [...]. Garantiam-se, através da educação, as relações sociais de produção e, portanto, o modo de produção escravista e o analfabetismo”.

Na Primeira República a EJA continuou marginalizada, pelo fato de continuar investindo na educação da elite. Além disso, os adultos considerados analfabetos não tinham o direito de votar. Enquanto que no final do Império o índice era de 82% de analfabetos, segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 110) “o censo de 1920, realizado trinta anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta”.

Percebe-se que, neste interstício, houve apenas um aumento de 10% em relação à pesquisa realizada no final do Império, evidenciando a falta de prioridade dada a escolarização da classe popular durante os períodos colonial, imperial e republicano. Medeiros (2005, p. 02) ressalta que “nestes períodos ocorreram ações educativas

esparsas, e pouco significativas, voltadas aos jovens e adultos”.

A EJA começou a estabelecer seu lugar na história da educação brasileira a partir da década de 1920, quando a sociedade passava por um processo de crescimento industrial e concentração da população nos centros urbanos. Como descrevem Haddad e Di Piero (2000, p. 110):

A partir da década de 1920, o movimento de educadores e da população em prol da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade começou a estabelecer condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Os renovadores da educação passaram a exigir que o Estado se responsabilizasse definitivamente pela oferta desses serviços. Além do mais, os precários índices de escolarização que nosso país mantinha, quando comparados aos de outros países da América Latina ou do resto no mundo, começavam a fazer da educação escolar uma preocupação permanente da população e das autoridades brasileira [...].

Por mais que a EJA tenha obtido destaque na década de 1920, ela só veio a consolidar-se como um problema de política nacional ao final da década de 1940, sendo reconhecida no Plano Nacional de Educação previsto na Constituição de 1934, passando, em 1942, a receber recursos financeiros através do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação Anísio Teixeira (INEP).

Em 1947, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) desempenhou um papel significativo na luta pela criação de uma infraestrutura para a EJA nos estados e municípios, objetivando melhorar a educação popular no Brasil no cenário das estatísticas mundiais. Paiva (2003, p. 206) ressalta que:

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender os apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão de obra alfabetizada e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo.

Fávero (2009, p. 57) destaca que o objetivo da educação de adultos nessa época era “a ampliação das bases eleitorais e a insistência na diminuição das taxas de analfabetismo, bastante altas neste período”. O autor (2009, p. 59) relata que essa campanha chegou a ser acusada de “fábricas de eleitores”.

Além da CEAA, o Ministério da Educação (MEC) organizou nesta década, duas outras campanhas em prol da EJA: a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA).

A CNER, iniciada em 1952, teve como objetivo crucial o ensino rural. Inicialmente suas ações foram desenvolvidas junto a CEAA, tornando-se independente. A ênfase da CNER era a organização comunitária, no intuito de fortalecer a solução de problemas coletivos pela comunidade rural. A respeito desta campanha, Paiva (2003, p. 225) menciona:

Pretendia a CNER contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural nele despertando o espírito comunitário, a ideia do valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se

acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo em detrimento do meio rural onde tenderiam a enraizar-se a estagnação das técnicas de trabalho, a disseminação de endemias, a consolidação do analfabetismo, a subalimentação e o incentivo às superstições e crendices.

Já a CNEA, criada em janeiro de 1958, segundo Paiva (2003) emergiu no contexto em que educadores e economistas ligados ao governo Juscelino Kubitschek estavam descartando a ideia que o crescimento econômico possibilitaria o crescimento educacional, propondo o desenvolvimento educacional como condição para o desenvolvimento econômico. Esta campanha pretendia erradicar o analfabetismo no Brasil, através da educação de crianças e adultos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social do país.

Neste mesmo período, aconteceu no Rio de Janeiro o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, elencando conquistas significativas para esta modalidade. Fávero (2009, p. 61) menciona que “na abertura deste 2º Congresso, o Presidente da República deixou muito claro o “importante papel da educação dos adultos na solução dos problemas criados pelo desenvolvimento econômico””. O autor (2009) retrata que apesar da importância deste Congresso, o governo federal perdeu a liderança nessa área, surgindo na década de 1960 movimentos em prol da EJA por iniciativas de governos municipais e de organizações civis.

O que levou o governo a perder sua liderança, segundo Fávero (2009, p. 67), foi o entendimento de que “a miséria da população era a responsável pelo analfabetismo e pelo atraso nas condições de vida em geral e não a vice-versa, como se afirmava inclusive em documentos oficiais”. O fato foi destacado durante a apresentação do relatório sobre o problema da educação da população residente nos “mocambos” de Pernambuco, explanada por Paulo Freire, durante o 2º Congresso Nacional de Jovens e Adultos.

Analisando as campanhas de alfabetização CEAA, CNER e CNEA percebeu-se que estas estiveram vinculadas a contextos históricos e interesses políticos, pelo fato dos reais objetivos estarem vinculados à ampliação do número de eleitores, diminuição do índice de analfabetos, que era visto como uma “chaga” para o país e, conseqüentemente, como solução para os problemas de ordem econômica no qual o país estava vivenciando. Percebeu-se assim que a libertação e a emancipação dos indivíduos não foram consideradas nessas campanhas.

Na década de 1960, a história da EJA foi marcada pelos movimentos populares e pelas ideias de Paulo Freire, que redimensionaram o enfoque da educação popular, ao propor, para a alfabetização de jovens e adultos, a valorização de suas experiências, através de uma educação “problematizadora” e “conscientizadora” com vistas à libertação e a emancipação humana, como aduz o autor:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos, não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2005, p. 77).

Dentre os movimentos surgidos nos anos de 1960, por iniciativa de governos

municipais e de organizações civis, Fávero (2009) destaca o Movimento de Cultura Popular em Recife; a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, em Natal; o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes; o Movimento de Educação de Base, criado pela igreja católica com o apoio do governo federal; e a Campanha de Educação Popular, na Paraíba. A proposta de alfabetização de Paulo Freire foi experimentada em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963.

Estes programas segundo Medeiros (2005, p. 03) “foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares”. Sobre a proposta de alfabetização adotada por Paulo Freire, Fávero (2009, p. 62) comenta:

[...] Esse método, sobretudo por seu caráter inovador e sua dimensão política, foi rapidamente adotado por diferentes grupos que trabalhavam com cultura e educação popular, tendo sido assumido pelo próprio Ministério da Educação que propôs alfabetizar cinco milhões de pessoas em dois anos, desde o início de 1964, por meio do Plano Nacional de Alfabetização.

Os movimentos que marcaram a década de 1960 e as fecundas propostas de alfabetização apresentadas por Freire foram “suspensos” durante o período autoritário militar que se iniciou em 1964. Após a extinção desses movimentos, expandiu-se a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC). Segundo Fávero (2009, p. 73) “a Cruzada funcionou, até o início de 1970, como o programa oficial de alfabetização e educação de adultos, em explícito apoio político e ideológico aos governos militares”. O autor (2009, p. 70) ainda ressalta que “movimentos sociais, apoiados pelas igrejas católica e protestante funcionaram como guarda-chuvas”, durante este período, em reação aos governos militares.

Em 1967, o governo militar, Castelo Branco, lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo era a alfabetização de jovens e adultos, como meio de integrá-los, considerando que o simples ato de ler, escrever e contar permitiria melhorias na qualidade de vida, omitindo as contradições sociais nas quais viviam a classe popular. Este movimento se estendeu até 1985.

Pimentel (2010, p. 128) destaca que o MOBRAL foi instituído como programa oficial pelo governo militar, para substituir os Movimentos de Cultura Popular, “caracterizando-se pelos princípios opostos aos defendidos pela educação emancipatória”.

Em 1985 foi criada a Fundação Educar, que buscou reconceituar a forma como o Estado deveria assumir a responsabilidade com a EJA. Fávero (2009, p.78) menciona que, com esta fundação, iniciou-se “um processo de invocar a responsabilidade dos sistemas educacionais para que assumissem a inserção orgânica da EJA nas redes públicas”. O maior feito para a EJA residiu na consagração do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independente da idade. A Fundação Educar foi extinta em 1990 por Fernando Collor, voltando a EJA a perder seu espaço no sistema educativo.

No final do século XX, apesar da EJA ter conquistado espaço relevante na constituição brasileira, através da Constituição de 1988, que garantiu a educação básica obrigatória e gratuita às pessoas que não tiveram acesso na idade considerada regular, os interesses políticos restringiram a efetivação desta conquista. Nesse contexto Haddad (2007, p. 08) afirma:

Apesar do reconhecimento de que toda a sociedade brasileira tem o

mesmo direito a uma escolarização fundamental, os fatos históricos posteriores ao da votação da nova Constituição limitaram a concretização desse direito no contexto das reformas neoliberais implementadas nos anos seguintes, inicialmente no governo do presidente Fernando Collor de Mello e posteriormente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Haddad (2007) ressalta, ainda, que dois instrumentos legais limitaram o pleno exercício da EJA. O primeiro foi o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (FUNDEF) por ter desestimulado o setor público a expandir o Ensino Fundamental para jovens e adultos, impedindo que as matrículas da EJA, neste nível, fossem computadas para efeito dos cálculos dos fundos, focando o investimento público na educação fundamental de crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos.

O segundo instrumento apontado por Haddad (2007, p. 09) foi a aprovação da LDB (9.394/96) que “apesar de reconhecer o direito à EJA, acabou por deixar de lado uma série de iniciativas importantes à realização plena desse direito”, tais como: escolas próximas do trabalho e da residência; criação de condições próprias para a recepção de teleducação em empresas com mais de cem funcionários; apoio de programas de alimentação, saúde, material escolar e transporte; implementação de formas e modalidades diversas que contemplem os estudantes das diferentes regiões do país, dentre outras necessárias a atender as peculiaridades da EJA.

No tocante a garantia de recursos para o financiamento da EJA, esta se concretizou somente a partir de 2007, através da Lei 11.494/07 que regulamentou o FUNDEB⁵, na qual prescreve no Artigo 10, Incisos XVI e XVII a distribuição dos recursos também para esta modalidade de ensino.

Retornando a ressaltar os programas em prol da EJA, vale destacar os desenvolvidos na década de 1990, que segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 124) não foram “coordenados pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvidos em regime de parceria, envolvendo diferentes instâncias governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa”. Dentre eles, destacou-se o Programa Alfabetização Solidária (PAS), com a missão de alfabetizar a população juvenil, que segundo Alvarenga (2010, p. 146) assim como outros desencadeados nas décadas de 1960 a 1990, “tinha em comum a produção ideológica da alfabetização como o principal dispositivo capaz de ativar a cidadania”. Acreditava-se que o simples ato de alfabetizar iria contribuir para a inclusão social.

Também o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), seguiu a mesma linha, tendo como alvo principal, conforme Haddad e Di Pierro (2000, p.125), “a alfabetização inicial de trabalhadores rurais assentados que se encontravam na condição de analfabetismo absoluto”.

Outro programa foi o Plano Nacional do Trabalhador Rural (PLANFOR), coordenado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, cujo objetivo era a qualificação profissional da população ativa. No entanto, tanto o PAS quanto o PLANFOR não obtiveram êxito, conforme apontam Haddad e Di Pierro (2000) ao mencionarem que apenas um quinto da população atendida pelo PAS adquiriu a capacidade de ler e escrever. Além disso, os autores ressaltam que o PAS partia de um conceito operacional de alfabetismo muito estreito e que o PLANFOR não obteve êxito devido o baixo nível de escolaridade dos cursistas.

⁵ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Analisando estes programas, pode-se observar que as políticas voltadas para os jovens e adultos sempre estiveram vinculadas aos interesses políticos, limitando sua plena execução. Como foi visto na trajetória da EJA, os principais objetivos das campanhas de alfabetização e qualificação estavam mais focados: a) na disseminação dos princípios religiosos; b) no aumento do número de eleitores; c) na escolarização e qualificação para suprir o processo de industrialização do país; d) na difusão das ideologias dominantes, para manter-se no poder, através de uma educação cujo principal enfoque era o domínio da leitura, escrita e realização de contas matemáticas, omitindo o papel libertador e conscientizador do processo educativo, como retratado por Freire (2005).

A ênfase no domínio da aquisição da leitura e da escrita objetivava também diminuir o índice de analfabetos brasileiros, que eram considerados como “um mal”, “uma chaga” para o país, inculcando na população menos favorecida que o analfabetismo era o responsável pela miséria da população.

Nesse sentido é imprescindível a consolidação de políticas efetivas que atendam às reais necessidades da população jovem e adulta, bem como a garantia constitucional do respeito às especificidades do público da EJA.

Outro aspecto que merece destaque é a falta de ações consistentes, pois, por mais que haja alguns direitos estabelecidos por lei, a EJA é marcada pelo descaso e por políticas compensatórias. Ratificando esta assertiva, Reis (2009, p. 124) destaca que “a escolarização de jovens e adultos, no Brasil, é muito mais produto da mobilização individual que de iniciativa do sistema educacional”, ressaltando a existência de uma série de barreiras à efetivação da EJA, como a inadequação da infraestrutura, currículos, conteúdos, métodos e materiais didáticos.

Pimentel (2010, p.136) corrobora com a afirmativa de Reis ao elencar alguns fatores que contribuem para identificar o descaso para com a EJA, tais como: falta de qualidade no ensino; precariedade dos materiais didáticos; currículo abstrato a diversidade cultural; “ações isoladas e a frágil institucionalidade: o sistema de educação regular não assume, como seus, os problemas da EJA”.

Neste sentido, considerando o descaso do poder público pela EJA, em 1997 foi realizada a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA V) em Hamburgo. Essa Conferência contou com a participação de educadores, pesquisadores, instituições governamentais, não governamentais e movimentos sociais, cujo objetivo foi articular, congregar e propor experiências de EJA, buscando mostrar ao poder público a sua importância (PIMENTEL, 2010).

No início do ano 2000, a EJA obteve um destaque considerável. Em julho do mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, prescrevendo no Art. 2º a seguinte redação:

A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional. (BRASIL, CNE/CEB, 2000).

A Resolução CNE/CEB Nº 01, de 05 de julho de 2000, além de abranger os processos formativos da EJA como modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio, garante no Parágrafo Único do Art. 5º a valorização da identidade própria dos jovens e adultos.

A partir de 2003, com o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a EJA recebeu considerável destaque no cenário educacional. Foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, sendo desenvolvidos vários programas voltados à população jovem e adulta, dentre os quais se destacam, primeiramente, o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Todos pela Alfabetização - cujo objetivo era alfabetizar jovens e adultos da classe popular que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade “adequada”.

Considerando que o simples ato de escolarizar não atendia as exigências do mundo do trabalho, iniciou-se a oferta de programas que vinculam escolarização com qualificação profissional. Acerca dessa integração Pimentel (2010) comenta que as discussões da EJA vinculada ao trabalho apontam para sua articulação com a reestruturação dos meios de produção, advindas das modificações no sistema de produção capitalista.

Atendendo esta integração, em 2005, foi criado o Programa Escola de Fábrica, que segundo Frigotto *et al* (2005b, p.1101) foi “definido como um programa de inclusão social, voltado para beneficiar estudantes excluídos do mercado de trabalho, e que pretende estimular empresas privadas a praticar a responsabilidade social”.

Outro programa que teve como objetivos a elevação do nível de escolaridade e a qualificação profissional foi o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), voltado aos jovens de 18 a 24 anos, que concluíram a quarta série, mas não terminaram o ensino fundamental e sem vínculo formal de trabalho. Sobre o PROJOVEM Frigotto *et al* (2005b, p. 1102) ressaltam:

A finalidade do PROJOVEM é proporcionar formação ao jovem, por meio de uma associação entre a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Argumenta-se que o Programa pretende contribuir especificamente para a reinserção do jovem na escola; a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação [...]. Aos alunos matriculados é concedida uma bolsa no valor de R\$100,00.

Em relação ao Programa Escola de Fábrica e ao PROJOVEM Frigotto *et al* (2005b, p. 1106) alegam que “o que os caracteriza é a falta de integração com outras políticas, tais como a inserção profissional e a melhoria de renda das famílias. O que somente poderia ocorrer por meio de um projeto de desenvolvimento econômico e social e de distribuição de renda”.

Em 2006 criou-se o PROEJA⁶. Em julho de 2011 foi criado o Programa Nacional Mulheres Mil⁷, coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), cujo objetivo norteia-se em possibilitar as mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano ter uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita a elevação da escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por

⁶ Este programa será tratado com maiores detalhes nas páginas 48 a 52.

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602>. Data de Acesso: 07/02/2012.

meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

Em outubro de 2011 iniciou-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁸ com o objetivo principal de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica para a população brasileira.

Ainda segundo dados do MEC a principal novidade do PRONATEC é a criação da Bolsa-Formação, que permitirá a oferta de vagas em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), também conhecidos como cursos de qualificação, oferecidos gratuitamente a trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem como o SENAC e o SENAI.

Analisando as políticas voltadas a EJA após o governo Lula, percebe-se que houve avanços significativos no tocante à oferta da qualificação profissional aliada a educação básica àqueles que não puderam concluí-la na idade “regular”. Entretanto, como lembram Frigotto *et al* (2005b) a participação de empresas privadas no financiamento da EJA foi notável no Programa Escola de Fábrica.

Observou-se também que houve desconexões entre as intenções e as práticas concretas, pois ao anunciar a integração da educação básica com a qualificação profissional (Decreto 5.154/04), instituiu o Programa Escola de Fábrica que segundo Frigotto *et al* (2005b, p. 1106) “salvo outros rumos que o possa tomar, coloca-se sob a tutela da lógica empresarial a formação dos jovens excluídos do mercado de trabalho e que não tiveram acesso à educação regular”, priorizando a qualificação em detrimento da formação para a cidadania.

Pimentel (2010, p. 141) alerta que é preciso “resgatar o trabalho como princípio educativo”, enfocando “a possibilidade de se trabalhar a vinculação da educação com os processos de trabalho e as novas relações e (auto) gestão do trabalho, tendo como objetivo final não exclusivamente o lucro, mas sim o ser humano”.

Outro aspecto observado foi que os programas preparam os jovens para ingressar no mercado de trabalho, entretanto, não há garantia de emprego para os participantes. Neste contexto Frigotto (2009) comenta a importância da vinculação das políticas públicas de formação profissional às políticas de emprego e renda.

Através desta breve análise da trajetória dos programas voltados a EJA, no Brasil, notou-se que houve muitos rancos e avanços, todavia é evidente o caráter transitório, havendo em cada contexto histórico políticas de governo, como discorre Galindo (2010, p. 36), “mesmo com os avanços expressos em lei, não há compromisso político e as ações voltadas para essa modalidade de ensino não são consistentes”.

Nesta conjuntura, é relevante que estes programas tenham como meta crucial a formação integral do indivíduo objetivando a conscientização e a preparação para a vida, proporcionando uma educação libertadora onde o indivíduo possa se sentir valorizado e preparado para lidar com os desafios que o cerca, não priorizando a habilitação técnica para o mercado capitalista.

⁸ Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/pronatec.html> Data de Acesso: 07/02/2012.

2.2 Da EJA ao PROEJA: Elucidações e Possibilidades

A consolidação do direito à EJA, promulgado em lei, só veio a surgir na Constituição de 1988, Artigo 208, Parágrafo I⁹, no qual assegura a educação básica gratuita a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Em se falando de EJA é relevante elucidar os seguintes questionamentos: A quem é destinada? Qual o perfil dos alunos que a frequentam? Em relação à primeira indagação pode-se afirmar que a EJA é voltada, especificamente, às pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola ou tiveram que evadir, não concluindo a educação básica na “idade regular”.

Quanto aos sujeitos que a frequentam, para Arroyo (2001, p. 15) falar dos educandos da EJA é “falar, sobretudo, do jovem, adulto, trabalhador, pobre, negro, oprimido e excluído”. Os discentes da EJA, em geral, são pessoas da classe popular, marcadas por trajetórias escolares descontínuas, vítimas da repetência e da evasão, pois, na maioria das vezes, tiveram que deixar a escola devido às necessidades impostas pela própria vida. Ainda em relação a estes sujeitos Soek (2010, p. 52) afirma:

Podemos dizer que o educando da EJA é o trabalhador que, desde muito cedo, teve que ingressar no mundo do trabalho. São advindos das classes trabalhadoras, são produtos da sociedade capitalista, que impôs desafios e a busca pela sobrevivência. Essas pessoas são de origem humilde, de famílias geralmente numerosas, que vivem com sacrifício, muito trabalho e pouco lazer. Se observarmos suas casas, percebemos que são, em geral, pequenas em relação ao espaço, de acordo com o número de pessoas que nela residem, com poucos móveis e utensílios. Geralmente são pessoas que acordam cedo, dependem de ônibus coletivos ou de bicicleta ou que vão a pé para o trabalho - quando tem trabalho. Alguns levam almoço, outros sobrevivem com uma refeição diária - quando têm comida.

Pode-se observar nas afirmações de Arroyo (2001) e Soek (2010), que o público da EJA é composto, principalmente, de trabalhadores jovens e adultos que sofreram as marcas da evasão e da reprovação, por dificuldades socioeconômicas advindas do modo de produção capitalista que intensificou as desigualdades sociais e a busca pela sobrevivência.

Retratando esta realidade, ao analisar o perfil dos discentes que frequentavam o PROEJA do IF Baiano *Campus* Guanambi, em 2011, observou-se que 60,5% encontravam-se na faixa etária de 18 a 21 anos. Destes, 25,6% já haviam concluído o ensino médio e retornavam à escola buscando a profissionalização, enquanto que 34,9% não possuíam a educação básica completa. Os motivos que suscitaram a distorção idade/série dos 34,9%, segundo os mesmos, foram reprovação, desistência da escola para trabalhar e problemas relacionados à saúde.

Neste sentido, a EJA emerge na perspectiva de oportunizar escolaridade àqueles que não puderam frequentar a escola na idade considerada “adequada”. Estes indivíduos impulsionados pela necessidade de elevar o nível de escolaridade, tendo em vista as exigências do mercado capitalista, retornam a instituição escolar na perspectiva de obter melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, sentirem-se incluídos, pois diante de

⁹ Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 59, de 2009.

uma sociedade que prima pelo conhecimento, pessoas que possuem “baixo” nível de escolaridade são excluídas socialmente.

Percebe-se que a necessidade de trabalhar, apesar de ser considerada como um dos motivos que provocam a evasão escolar tem sido um dos fatores que fomenta o jovem/adulto a retornar a instituição de ensino, pelo fato das novas organizações produtivas exigirem pessoas qualificadas para atuar nos postos de trabalho.

Considerando que o simples ato de oportunizar escolarização aos jovens trabalhadores não supria as demandas do mercado trabalhista, em 2005 houve uma iniciativa audaciosa, com propostas inovadoras para o campo da EJA. O Decreto 5.478/05 instituiu a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que posteriormente foi substituído pelo Decreto 5.840/06 que ampliou a oferta do ensino, passando a denominar-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O novo decreto ampliou a oferta do ensino para a educação básica, além de estender o PROEJA às instituições estaduais, municipais e entidades privadas de serviço social, não o restringindo somente a rede federal de EPT como previa o decreto anterior.

A proposta do programa é elevar a escolaridade vinculada à qualificação profissional da população jovem e adulta que não concluiu a educação básica. Segundo Otranto (2011, p.02) “o objetivo do PROEJA era o de instituir uma política estável de EJA com a elevação da escolaridade e da qualificação, na tentativa de integrar esses dois espaços distintos que quase não se articulavam”.

O atual decreto visa articular três campos da educação: educação profissional (EP), educação básica (EB) e EJA, objetivando proporcionar escolarização e qualificação àqueles que foram excluídos do processo educativo. A respeito dessa integração entre os diferentes campos de ensino, Machado e Oliveira (2010, p. 07) explicam:

A perspectiva de integração entre Educação de Jovens e adultos (EJA) e Educação Profissional (EP), duas modalidades de educação historicamente distintas, é recente nas políticas educacionais brasileiras. Foi o Decreto nº 5.840/06, de 13 de julho de 2006, que transformou o PROEJA em um Programa Nacional de integração da EP com a Educação Básica (EB) por meio da EJA, visando instituir uma política estável de EJA com elevação da escolaridade e da qualificação [...].

Em relação ao objetivo do Decreto 5.840/06, Moura e Henrique (2007, p. 20) ressaltam:

Conforme expresso no próprio nome o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA visa oferecer oportunidades educacionais tanto a jovens e adultos que ainda não finalizaram o ensino fundamental, como àqueles que já o completaram, mas que não concluíram nem o ensino médio nem um curso que os habilite em uma profissão técnica de nível médio.

A EJA e a EP já possuem uma longa trajetória na história da educação brasileira, contudo, só recentemente, através do PROEJA, é que estes campos com características distintas se juntaram, a fim de proporcionar, aos jovens e adultos, escolaridade e formação profissional de forma vinculada.

Considerando as diferenças entre estas duas arenas do saber Machado e Oliveira (2010, p. 07) salientam que “a integração entre EJA e EP não é tarefa fácil e de curto prazo, pois essas duas modalidades de educação constituíram-se, em geral, como realidades e campos distintos no âmbito da educação escolar brasileira”. A esse respeito, os autores ainda retratam:

Após dez anos de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), essas duas modalidades de educação, EJA e EP, ainda se constituíam em espaços distintos e que pouco ou quase nada se articulavam em termos de políticas públicas, de organização escolar e de práticas formativas. Enquanto a EP se preocupava com a qualificação de trabalhadores para as constantes alterações no mundo do trabalho, a EJA buscava atender aos que não tiveram acesso à EB na “idade própria” ou mesmo que não chegaram a se alfabetizar, muitas vezes por meio de práticas equivocadas e que pouco contribuíram para uma formação cidadã. Assim, era como se a elevação da escolarização, por meio da EJA, não dissesse respeito à elevação da qualificação de jovens e adultos trabalhadores. (MACHADO e OLIVEIRA, 2010, p. 08).

Em relação à vinculação entre a formação básica e a qualificação profissional, o Decreto 5.840/06 baseia-se na proposta de integração prescrita pelo Decreto 5.154/04, como pode ser observado nos Incisos I e II do 2º Parágrafo do Artigo 1º do decreto que regulamenta o PROEJA:

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2º, **do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004 (grifo nosso)**; e

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, § 1º, incisos I e II, **do Decreto no 5.154, de 2004 (grifo nosso)**. (BRASIL, 2006a)

O Decreto 5.840/06 além de vincular EB, EP e EJA, estabeleceu incumbências à União no oferecimento dessa última modalidade de ensino, fato que pode ser comprovado pela oferta do PROEJA na Rede Federal de EPT.

A institucionalização do PROEJA, no âmbito das escolas federais, gerou insegurança aos educadores e às equipes pedagógicas, visto que o texto do decreto deixou várias lacunas e dúvidas quanto à integração curricular e a proposta prescrita pelo mesmo, emergindo, assim, a necessidade da criação de um Documento Base (DB) para cada nível de ensino. Neste contexto, o Ministério da Educação convidou alguns profissionais para elaborar os DBs, sendo assim intitulados¹⁰:

- PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio;

¹⁰ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12292:publicacoes-proeja&catid=259:proeja-&Itemid=573 Data de Acesso: 12/01/2010

- PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental;
- PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena.

Os DBs foram organizados para auxiliar as instituições de ensino estruturar os cursos vinculados ao PROEJA. Em relação à oferta, de acordo o Decreto 5.840/06, os DBs do PROEJA, os cursos podem ser oferecidos da seguinte forma¹¹:

- 1- Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 2- Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 4- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Como pode ser observado o PROEJA abrange toda a educação básica, desde a formação inicial e continuada/ensino fundamental até o ensino médio, buscando fornecer aos indivíduos escolarização e qualificação.

2.3 Decreto 5.840/06: intenções e incoerências legais

O Decreto 5.840/06, como foi mencionado anteriormente, prescreve a vinculação da EP, EB e EJA, proporcionando a escolarização e a qualificação dos indivíduos. Este decreto preceitua também a formação integral do sujeito, no sentido de não só favorecer a escolarização e/ou qualificação, mas prepará-lo para o mundo do trabalho, dando-lhe uma visão crítica acerca do mundo que o cerca, como ressalta o DB (Brasil, 2007, p. 13):

[...] Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele.

Analisando esta proposição percebe-se a relevância dada à formação integral e a preparação para o mundo do trabalho. Entretanto, para que o indivíduo receba esta

¹¹ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562. Data de Acesso: 25/05/2011.

formação é necessária à construção de um currículo integrado que priorize tanto o aspecto geral quanto o profissional.

Todavia o Decreto 5.840/06 ratifica a proposta de integração contida no Decreto 5.154/04, e em outros documentos vinculados a este. Analisando o Decreto 5.154/04 observa-se que o mesmo manteve as mesmas diretrizes do Decreto 2.208/97, como recorda Galindo (2010, p. 42) “o Decreto nº. 5.154/04 tornou “harmônicas” ideias opostas e conservadoras como a dualidade e a integração, pois manteve os mesmos princípios, diretrizes e filosofia educacional do Decreto 2.208/97 e do conjunto de documentos legais que dão aporte a este Decreto [...]”. Nesse sentido, é perceptível que o Decreto 5.840/06 possui incoerências legais ao mencionar a formação integral. Uma dessas contradições é a proposição do ensino concomitante, pelo fato de continuar perpetuando a dicotomia entre a escola que ensina a formação geral e a que ensina a formação profissional.

Outro aspecto que impossibilita a concretização da formação integral do indivíduo é a destinação da carga horária, prescrita nos Artigos 3º e 4º do Decreto 5.840/06 (BRASIL, 2006a):

Art. 3º Os cursos do PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:
I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e

II - a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

Art. 4º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;

II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e

III - a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

Como pode ser observado nos artigos acima, o próprio decreto delimita a separação entre a formação geral e a profissional, através da especificação de cargas horárias distintas para cada área, tendo em vista que “estas são indissociáveis e, portanto, não podem ser predeterminadas e recortadas quantitativamente” (FRIGOTTO *et al*, 2005b, p. 1099).

Quanto aos demais atos normativos que referenciam o Decreto 5.840/06, Frigotto *et al* (2005b, p. 1099) comentam que “no Parecer n. 39/2004 e na Resolução CNE n. 01/2005, na modalidade EJA o princípio que (des)articula formação geral e específica não pressupõe a integração, mas sim a independência entre elas”. Nesse sentido, compreende-se que as contradições existentes no Decreto 5.840/06, que regulamenta o PROEJA, decorrem pelo contexto no qual foi revogado o Decreto 2.208/97 e estabelecido o Decreto 5.154/04, onde as bases conservadoras do governo anterior (governo Fernando Henrique Cardoso) mantiveram as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e para a educação profissional (FRIGOTTO, *et al*, 2005b). Ou autores (2005b, p.1095-1096) ainda argumentam:

A manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, após a edição do novo decreto, dá continuidade à política curricular do governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais. Neste particular, reafirma-se um dos fetiches ou uma das vulgatas, insistentemente afirmada nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que no Brasil não havia falta de empregos, mas de “empregáveis”. O relator, de forma inteligente e competente, por conhecer bem o pensamento do governo passado e dos empresários, acomodou o Decreto n. 5.154/2004 aos interesses conservadores, anulando o potencial que está em sua origem. Sob as Diretrizes Curriculares vigentes e um parecer que sedimenta a separação, as perspectivas de mudanças substanciais de ordem conceptual, ética, política e pedagógica, que poderiam ser impulsionadas pelo governo, ficam cada vez mais afastadas.

Diante deste contexto, percebe-se que a proposta de formação integral está distante de ser concretizada na prática, pelo fato da própria estrutura curricular não proporcionar sua materialização. Com isso, o público da EJA acaba recebendo uma educação reparadora em detrimento da qualificadora.

Todavia, por mais que haja esses impasses, o PROEJA constitui uma política de caráter inovador para a EJA, pelo fato de oportunizar escolaridade e qualificação aos indivíduos que não tiveram acesso a educação básica na idade considerada “adequada”.

2.4 A Institucionalização do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Vale destacar que na década de 1990 foram inaugurados uma série de esforços do governo brasileiro para elevar a escolaridade média da população de modo a atender a demanda do setor produtivo por uma mão de obra mais qualificada. É só no final do século XX que o sistema público de ensino brasileiro se torna um sistema público de massa e que o acesso ao ensino obrigatório é reconhecido como direito público subjetivo.

Nas últimas décadas o governo brasileiro vem direcionando recursos públicos e implementando diferentes projetos que visam a progressiva universalização do ensino médio e a ampliação de acesso ao ensino superior e à educação profissional. Pode-se dizer que o PROEJA ao associar a conclusão do ensino médio à educação profissional busca contribuir a um só tempo para que jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade considerada “ideal” concluam-no com uma formação para o trabalho.

A proposta de integração da EP com a EJA tem por objetivo (re)incluir jovens e adultos no sistema educacional, proporcionando formação básica vinculada à qualificação para o mundo do trabalho, através de uma educação que contribua para a emancipação do indivíduo.

Estes jovens e adultos não concluíram a educação básica, muitas vezes por dificuldades socioeconômicas, constituindo-se em um público com trajetórias de vida diferenciadas, como descreve Arroyo:

Além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes de portadores de trajetórias escolares truncadas, eles carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos

direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência (ARROYO, 2005, p. 24).

Diante destas especificidades, apontadas por Arroyo (2005), é que emerge a necessidade de políticas públicas peculiares ao público da EJA. Nesta perspectiva, o PROEJA surgiu para atender jovens e adultos que deixaram de estudar e que sempre “almejavam elevação da escolaridade com formação profissional” (SANTOS, 2009, p. 120).

A implantação do PROEJA na rede federal de EPT iniciou-se através da Portaria Nº 2.080, publicada em 13 de junho de 2005 pelo Ministro de Educação do Estado. Para Moura e Henrique (2007) os equívocos do programa emergiram desde essa implantação, pelo fato de uma portaria, não ter o direito legal de ferir um decreto. No tocante ao decreto, os autores referem-se ao 5.224/2004 que dispõe sobre a autonomia conferida aos CEFETs.

Neste sentido, para legitimar a Portaria, no mesmo mês, foi publicado o Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, que posteriormente foi substituído pelo 5.840/06, no qual institui o PROEJA na rede federal, determinando que as instituições federais teriam até o ano de 2007 para implantar o programa, conforme prescrito nos Artigos 1º e 2º:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007. (BRASIL, 2006a)

Vale salientar que com a criação dos Institutos Federais, através da lei 11.892/2008, escolas agrotécnicas, colégios técnicos e CEFET's que passaram a integrar os novos Institutos tiveram seu perfil organizacional, administrativo e pedagógico completamente redimensionado, já que por determinação legal estas instituições tiveram que ministrar EPT de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, conforme Inciso I do Artigo 7º, não só para os concluintes do ensino fundamental, como também para o público da EJA, além de ofertar cursos de nível superior¹² (licenciatura, bacharelado e tecnologias) e pós-graduação.

A oferta do PROEJA tem sido um desafio para estas instituições, visto que os discentes desta modalidade de ensino constituem-se em um público com características diferentes da maioria dos estudantes que estas escolas costumavam receber nos cursos médios integrados ao ensino técnico. A esse respeito Nascimento (2009, p. 66) comenta:

As instituições federais de educação profissional estavam acostumadas a atuarem no ensino médio integrado ao ensino técnico e a lidar com estudantes, que em sua esmagadora maioria, são adolescentes egressos do ensino fundamental. Presumimos que a maior parte das escolas da rede nunca lidou com o público da modalidade EJA, portanto é completamente aceitável que houvesse receio, no que diz respeito ao despreparo de seus professores para atuarem com essa clientela, e também limitações com as práticas educativas caso não fossem muito bem analisadas, planejadas para serem executadas. O que é inaceitável, em nosso entendimento, é a

¹² Vale lembrar que os CEFETs já ofereciam cursos de nível superior antes de integrar aos Institutos Federais.

rejeição da EJA na rede, alegando incapacidade dos alunos para acompanhar o processo de ensino-aprendizagem.

Santos descreve (2009, p. 122) que em um evento intitulado Diálogos PROEJA, realizado em novembro de 2008, “uma professora da rede federal afirmou que, se não fosse por decreto, o PROEJA, provavelmente, não seria oferta das escolas federais da rede de educação profissional e tecnológica”. Como uma das dificuldades enfrentada por estas instituições tem sido atender as peculiaridades do público da EJA, para superar esta situação faz-se necessário conhecer a trajetória, o cotidiano e os anseios deste público, visando elaborar uma proposta pedagógica que contemple as reais necessidades dos alunos. É fundamental, ainda, para o sucesso do PROEJA promover a capacitação dos professores que trabalham com a EJA, para que estes possam reconhecer as especificidades desse trabalho. Nesse sentido, Ferreira e Oliveira (2010, p. 96) mencionam:

[...] Reconhecer essa especificidade e tratá-la como uma relação pedagógica apropriada tem sido um desafio político tanto para professores de formação geral quanto para alguns professores das áreas técnicas que consideram *os alunos como incapazes, fracos, sem condição de absorver os conhecimentos técnicos* principalmente se incorporados ao currículo no início do curso.

Caso a instituição não leve em consideração as especificidades dos jovens e adultos e não proporcione a capacitação dos professores - até mesmo para desmistificar alguns pré-conceitos que estes têm em relação à EJA, como os apontados pelas autoras acima, estará contribuindo para que este público tenha mais uma vez sua trajetória escolar interrompida, podendo abortar a possibilidade do aluno concluir a educação básica juntamente com a formação técnica.

Além desses fatores, grande parte das instituições de ensino da EPT tem encontrado dificuldades em garantir a permanência dos discentes. Neste contexto, buscando compreender as causas da evasão escolar nos cursos PROEJA, em 2007, o MEC/SETEC¹³ desenvolveu uma pesquisa em 21 (vinte e uma) instituições da rede federal que apresentavam um índice de evasão/desistência superior a 30% no período de 2006/2007.

A consolidação dos dados revelou que o maior fator causador da evasão, nas escolas pesquisadas, como mostra o gráfico 01, foi a questão pedagógica (currículo, avaliação, trabalho, falta de coordenador no curso, etc)¹⁴.

¹³ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

¹⁴ Fonte: Ofício nº 2939 /2008 SETEC/MEC. Disponível em:

http://website.cefetj.br/comunicacao/noticia/documentos/Oficio_PROEJA_2939.pdf. Data de Acesso: 16/11/2011.

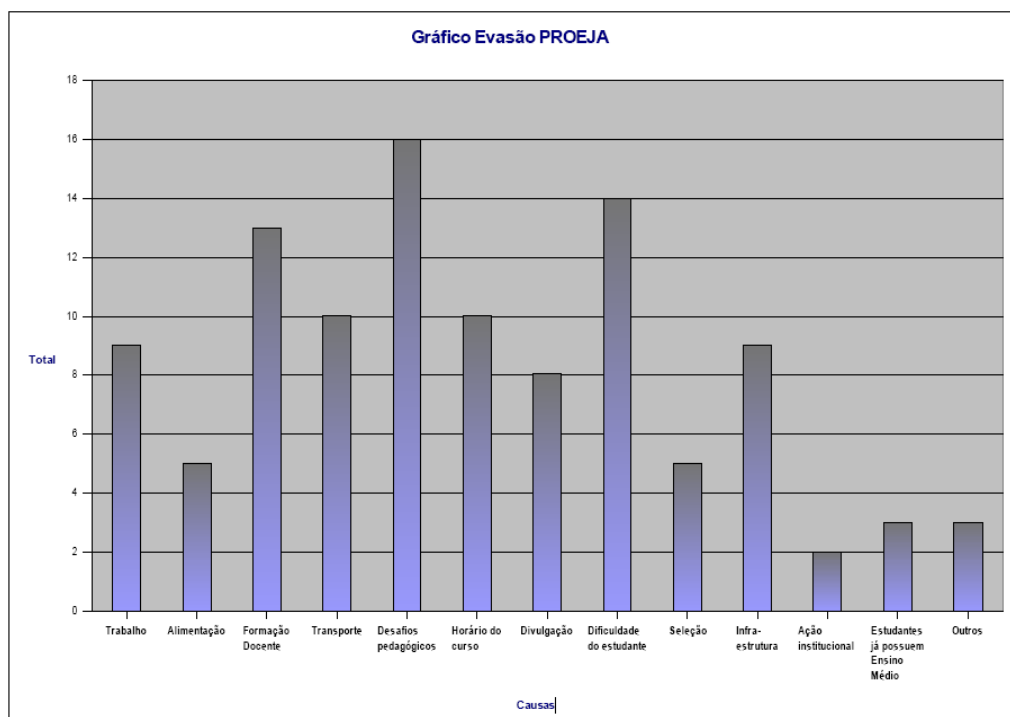


Gráfico 01 - Causas da evasão nos cursos vinculados ao PROEJA levantadas pelo MEC/SETEC em 21 instituições da rede federal que apresentavam evasão/desistência superior a 30% no período de 2006/2007

Fonte: Ofício nº 2.939/2008 SETEC/MEC.

Observando o gráfico acima, nota-se a necessidade das instituições de EPT redimensionarem a prática pedagógica para os cursos vinculados ao PROEJA, bem como investir na formação docente.

Considerando as causas da evasão, relacionadas as dificuldades dos estudantes, especificamente as concernentes aos aspectos socioeconômicos, com o objetivo de contribuir para a permanência dos discentes nos cursos vinculados ao PROEJA foi implantada, em 2008, pelo MEC/SETEC, a Assistência ao Estudante PROEJA¹⁵, onde os alunos foram contemplados com um auxílio de R\$ 100,00 (cem reais) mensal, para subsidiar suas despesas no curso (transporte, alimentação e reprodução de material).

Segundo dados do MEC/SETEC, em 2010 foram descentralizados R\$ 20.953.951,00 para atendimento a 25.108 estudantes. Em se falando de financiamento¹⁶ para o PROEJA, a rede federal de EPT recebe recursos da SETEC por meio da Ação nº 12.363.1062.6358.0001, fomento à capacitação de recurso humano da Rede Federal e recursos diretos do Tesouro Nacional para as matrículas de PROEJA técnico.

Retornando a retratar a assistência estudantil aos discentes do PROEJA, em fevereiro de 2011, o MEC/SETEC encaminhou aos dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e aos Centros Federais de Educação Tecnológica,

¹⁵ Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562. Data de Acesso: 02/12/2011.

¹⁶ Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562. Data de Acesso: 02/12/2011.

ofício circular nº 21/2011¹⁷ (Anexo A) apontando diretrizes para a Assistência ao Estudante PROEJA.

Conforme o ofício, até 2010 o pagamento do benefício era realizado pela SETEC, sendo efetivado após análise do plano de trabalho e lista de estudantes cadastrados no SISTEC¹⁸, encaminhados pelas instituições da rede federal à coordenação geral da SETEC.

O ofício estabelece que, a partir de 2011, os recursos necessários para o custeio da assistência serão alocados diretamente nos orçamentos das instituições da rede federal, cabendo à direção de cada instituição promover ações necessárias para o benefício aos estudantes das suas unidades.

No item 05, o ofício adverte que as instituições devem ser cautelosas na concessão do subsídio, enfocando a necessidade de estabelecer critérios a fim de beneficiar os que realmente necessitam de auxílio para transporte, alimentação e aquisição de material didático. Nesse sentido, percebe-se que o auxílio não contemplará todos os estudantes do PROEJA, sendo necessário haver seleção para favorecer, especificamente, os discentes carentes.

Nesse contexto, como sinaliza o ofício, cabe às instituições de ensino estabelecer regras para concessão do auxílio, bem como critérios para suspensão ou cancelamento, acompanhando mensalmente a frequência dos alunos beneficiados, no intuito dos mesmos assumirem a responsabilidade pelo investimento do Estado em sua educação.

2.4.1 A implantação do PROEJA no IF Baiano *Campus* Guanambi

Em atendimento ao Decreto 5.478/05 que foi substituído pelo 5.840/06, a oferta do PROEJA no IF Baiano *Campus* Guanambi iniciou no segundo semestre de 2007 através do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação. Optou-se pela oferta integrada em atendimento ao DB (BRASIL, 2007) que recomenda priorizar a forma integrada, que se traduz por um currículo integrado. Vale lembrar que a implantação do PROEJA teve início em outro momento institucional, quando o *Campus* ainda era denominado de Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira (EFAJT), ou seja, ainda não estava integrada ao Instituto Federal.

A escolha pelo curso Técnico em Informática se deu pelo fato da instituição ter, naquele momento, disponível um laboratório equipado com computadores. Para elaborar o projeto do curso foi constituída uma comissão, que realizou uma pesquisa *on line* observando os projetos de curso na área de informática de diversas instituições da rede de EPT.

Após análise de alguns projetos, a comissão escolheu o plano de curso da Escola Agrotécnica Federal de Cárceres - Mato Grosso, pelo fato do referido projeto, segundo a comissão, poder aproximar-se das necessidades do *Campus*. Em seguida, realizaram-se algumas adaptações a fim de contextualizá-lo às características locais e regionais, pois a realidade do município de Cárceres difere da realidade de Guanambi.

O curso iniciou com a oferta de 40 (quarenta) vagas destinadas às pessoas maiores de dezoito anos que tivessem concluído o Ensino Fundamental, tendo duração de três anos. A segunda turma teve início no primeiro semestre de 2008, sendo ofertadas 40 vagas anuais.

As primeiras turmas foram oferecidas no período diurno e só em 2010 foi

¹⁷ Ofício circular nº 21/2011. Disponível em http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/568. Data de Acesso: 02/12/2011.

¹⁸ Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.

implantado o PROEJA no período noturno. Isso ocorreu devido a uma série de problemas que dificultavam o funcionamento da instituição, neste período, dentre os quais se podem destacar: falta de funcionários para manter os setores abertos e falta de transporte para alunos e servidores, visto que o *Campus* está localizado no perímetro rural distando 17 km da cidade, não havendo transporte coletivo que percorra a estrada que dá acesso da instituição à cidade.

Estas dificuldades ainda persistem, mas a instituição criou estratégias para funcionar no noturno, como a implantação do curso de licenciatura em química, neste período, a fim de ampliar o número de usuários do transporte, possibilitando a contratação, pelos discentes, de um ônibus para transportá-los.

Para participarem da seleção do PROEJA os candidatos precisam inscrever-se, no período em que é divulgado o Edital, através do site disponível na página do IF Baiano. Os inscritos, no dia e local delimitado, respondem a um questionário (ANEXO B) e em seguida são submetidos a uma entrevista (ANEXO C).

A seleção para o PROEJA é realizada somente na cidade de Guanambi/Bahia, enquanto que o processo seletivo para os demais cursos médios integrados e subsequentes, oferecidos pela instituição, é realizado em diversas cidades circunvizinhas. Dessa forma os candidatos do PROEJA, oriundos de outros municípios, necessitam se deslocar até a cidade de Guanambi para realizarem a seleção.

No processo seletivo 2011 houve duzentos e nove inscritos. Entretanto, segundo a comissão responsável, desde a implantação do PROEJA, muitos dos candidatos não comparecem para realizar a seleção e a maioria dos inscritos já possuem o ensino médio, não constituindo o público alvo do PROEJA.

Diante desta grande procura de indivíduos que já concluíram a educação básica, os professores da área técnica em informática, sugeriram que seria interessante que a instituição oferecesse um curso superior nesta área, a fim de absorver esta demanda, considerando que o curso ofertado não atende o perfil do público da EJA.

Com o objetivo de elaborar a proposta foi formada uma comissão responsável para estruturar o projeto do curso superior em informática, cujo enfoque é formar tecnólogos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. No dia cinco de agosto de 2011 foi realizada uma audiência pública na qual foi aprovado este novo curso, que iniciou-se no I semestre de 2012.

Em relação às turmas de PROEJA, desde o início do programa a instituição vem debatendo com duas situações: alunos que já possuem o ensino médio e um expressivo número de discentes que abandonam o curso. Nas duas primeiras turmas foi concedido o aproveitamento das disciplinas do núcleo comum a vários discentes que possuíam a educação básica. Após várias críticas esta prática foi suspensa, visto que o curso é médio integrado ao técnico e não subsequente.

No tocante a evasão, Nascimento (2009, p. 104) ressalta a existência desta no PROEJA da EFAJIT, mencionando que “a evasão escolar é vista hoje como um dos maiores obstáculos a ser superado pela EJA”. A autora ainda ratifica que promover a permanência desses alunos nos cursos destinados a esta modalidade de ensino tem sido um dos maiores entraves enfrentados pelas instituições de ensino.

A princípio a evasão era atribuída ao fato do curso funcionar no período diurno, entretanto a mesma persiste nas turmas do noturno, e até o presente momento a instituição ainda não conseguiu lidar com este problema. O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de alunos evadidos ao longo do curso Técnico em Informática.

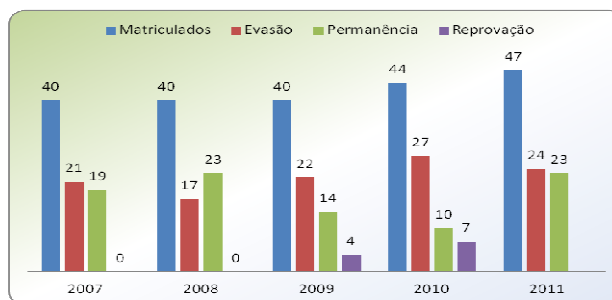


Gráfico 02 - Quantitativo de matrículas e evasão desde a implantação do curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA no IF Baiano *Campus* Guanambi

Fonte: CRE do IF Baiano *Campus* Guanambi, Maio/2011.

Como pode ser observado, no gráfico acima, o número de alunos evadidos tem aumentado consideravelmente nos anos de 2009 a 2011. As turmas 2007, 2008 e 2009 já concluíram o curso. As turmas 2010 e 2011 tiveram número ampliado de matrículas devido ao acréscimo dos alunos reprovados nas turmas 2009 e 2010.

Notou-se ainda que a evasão no curso vinculado ao PROEJA vem ocorrendo em torno de mais de 50%, exceto na turma 2008 que obteve 42,5%. Estes dados são significativos quando comparados aos percentuais de evasão dos outros cursos médios integrados da instituição. Segundo dados fornecidos pela CRE, em maio de 2011, a evasão no curso Técnico integrado em Agropecuária era aproximadamente 7,5% e no curso Técnico integrado em Agroindústria 10%.

Percebeu-se também que o Programa de Assistência ao Estudante PROEJA não tem apresentado êxito na garantia de permanência dos discentes do *Campus*, pelo fato dos índices de evasão terem aumentado mesmo após a concessão do auxílio estudantil.

Em 2011, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Ofício Circular nº 21/2011, a instituição passou a conceder o auxílio estudantil conforme critérios do Programa de Assistência e Inclusão Social - PAISE (ver Anexo D), criado pela Reitoria do IF Baiano para atender estudantes carentes.

Além do problema da evasão, as dificuldades apresentadas pelos professores em ministrar aulas nas turmas do PROEJA tem sido outro problema enfrentado pela coordenação de ensino do *Campus*. Isso ocorre, exatamente pelas especificidades dos sujeitos da EJA, dentre as quais podemos destacar: turmas heterogêneas, discentes com trajetórias escolares marcadas pela evasão e reprovação, alunos trabalhadores que não dispõem de tempo para dedicar aos estudos, além de jovens e adultos que ficaram muito tempo sem frequentar a escola.

No caso do PROEJA do *Campus* Guanambi, os resultados obtidos junto aos discentes pesquisados demonstraram que a heterogeneidade é bastante presente pelo fato de haver diversidade na faixa etária - alunos entre 18 a 48 anos, discentes que já possuem ensino médio convivendo com outros que finalizaram o ensino fundamental, alunos trabalhadores e outros que não trabalham.

Neste sentido faz-se necessária uma constante capacitação dos professores da EJA para que possam discutir os problemas e redimensionar sua prática pedagógica a fim de atender as necessidades e as especificidades dos discentes, como prescreve o DB (BRASIL, 2007, p. 35-36):

Outro aspecto irrenunciável é o de assumir a EJA como um campo de conhecimento específico, o que implica investigar, entre outros aspectos, as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos; como produzem/produziram os conhecimentos que portam, suas lógicas, estratégias e táticas de resolver situações e enfrentar desafios; como articular os conhecimentos prévios produzidos no seu estar no

mundo àqueles disseminados pela cultura escolar; como interagir, como sujeitos de conhecimento, com os sujeitos professores, nessa relação de múltiplos aprendizados; de investigar, também o papel do sujeito professor da EJA, suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas - todos esses temas de fundamental importância na organização do trabalho pedagógico.

Como menciona o DB (BRASIL, 2007) os conhecimentos adquiridos pelos jovens e adultos no decorrer de sua vida, sua trajetória e experiências devem ser consideradas pelos educadores e por toda a instituição de ensino. Corroborando com esta afirmativa, Santos (2009, p. 127) ressalta que:

A entrada do PROEJA traz categorias de análise até então invisíveis para a educação profissional: gênero, etnia, opção sexual, éticas religiosas, categorias estas visíveis para a EJA na compreensão do espaço escolar; também compõe um corpo docente com possibilidades de formação contínua junto dos técnicos administrativos e dos gestores da escola; articula pesquisa ao fazer pedagógico, compondo mais um dos inéditos viáveis protagonizados por Paulo Freire.

Neste panorama, a instituição de educação profissional precisa compreender a realidade dos alunos do PROEJA, objetivando formar cidadãos críticos e criativos que saibam lidar com a sociedade na qual estão inseridos. Para isso, é necessário que a Instituição não ofereça a modalidade EJA apenas para cumprir um decreto, mas ter compromisso com este público, respeitando e considerando sua trajetória e peculiaridades.

3 CAPÍTULO III

O DIÁLOGO ENTRE AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E OS RESULTADOS DA PESQUISA

Os jovens e adultos a quem são destinados o PROEJA possuem trajetórias e peculiaridades que precisam ser valorizadas pela instituição escolar, a fim de contribuir para a permanência destes ao longo do curso. Muitos se encontram há anos afastados dos bancos escolares e trazem consigo as marcas da evasão, da repetência e das dificuldades socioeconômicas. Ratificando esta assertiva, Oliveira e Paludo (2010, p. 121) ressaltam:

A reentrada no sistema escolar dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais condições de permanência, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços do conhecimento científico e na abertura dos canais de participação. O grande desafio é pensar mecanismos que possibilitem a permanência dos mesmos nos cursos, com participação, responsabilidade e autonomia no interior dos processos educativos.

Este capítulo buscou contextualizar o universo no qual a pesquisa foi desenvolvida, mapeando o município no qual o *Campus* Guanambi está inserido. Em seguida realizou-se análise do plano de curso do curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA. Logo após, partiu-se para a descrição e discussão dos resultados obtidos, buscando compreender a percepção dos professores em relação à EP vinculada a EJA, o perfil dos alunos do PROEJA do *Campus* Guanambi e os fatores que influenciaram a evasão escolar.

3.1 Situando o Universo da Pesquisa e o Município Onde foi Desenvolvida

Anteriormente ao ano de 2008 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Guanambi, (Figura 01), era denominado de Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira (EFAAJT).



Figura 01 - Vista aérea do *Campus* Guanambi

Fonte: Setor de Unidade de Processamento de Dados do IF Baiano *Campus* Guanambi.

O *Campus* localiza-se na cidade de Guanambi, situada na Serra Geral do Sudoeste do Estado da Bahia, distando 796 km da capital Salvador (Figura 02). Em

2011 a cidade completou 92 anos de emancipação política. Segundo dados do IBGE¹⁹, em 2010, o município possuía 78.833 habitantes, destes 62.565 residiam na zona urbana e 16.268 na zona rural.

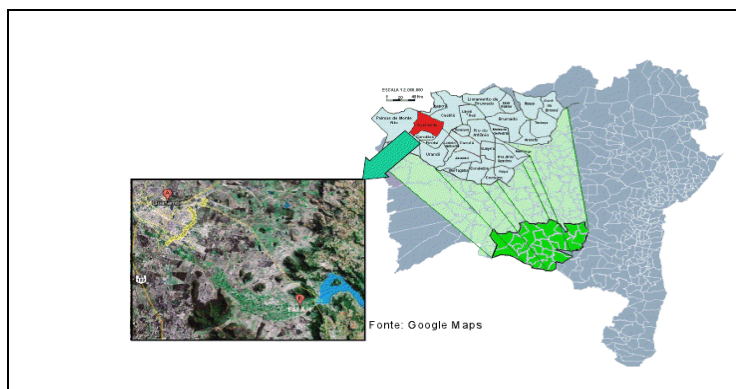


Figura 02 - Localização do município de Guanambi/BA na microrregião da Serra Geral. A) Sede municipal B) IF Baiano *Campus* Guanambi

Devido seu clima ser basicamente semiárido, com poucas chuvas durante o ano, assim como as demais cidades da Serra Geral da Bahia, a cidade tem sido vítima da falta d'água, sendo adotado, em 2011, o racionamento da água pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA).

Na década de 1980 a cidade teve uma economia considerada “forte” pelo destaque na lavoura algodoeira, havendo, neste período, várias usinas que geravam empregos. Entretanto, devido ao ataque da praga denominada de “bicudo” e, em especial, a facilidade na importação do algodão, houve uma queda considerável na produção, quando muitas usinas foram fechadas, desestruturando a economia da região.

Apesar destes impactos, a agricultura continua sendo fonte de subsistência de muitas famílias guanambienses, destacando a produção de feijão, mandioca, frutas e verduras. Para produzir estes alimentos os agricultores reservam água nas chamadas barragens ou dispõem de poços artesianos em suas propriedades.

Guanambi se destaca como polo comercial, atraindo a população das cidades em seu entorno, sendo referência como centro regional em relação ao comércio e à prestação de serviços relacionados às atividades bancárias, educacionais e saúde.

Contudo, o polo comercial é constituído basicamente por comércios (lojas, supermercados e fábricas de pequeno porte...) não havendo grandes indústrias. Esta situação leva muitas pessoas a migrarem para as capitais a procura de trabalho e/ou irem para as fazendas na época da colheita, especificamente as de cana de açúcar, que se localizam principalmente no interior de São Paulo.

No tocante aos dados educacionais da cidade, especificamente os concernentes ao índice de analfabetismo da população jovem e adulta, segundo dados do IBGE²⁰, em 2010, Guanambi possuía 9.351 (15,4%) analfabetos com 15 anos ou mais de idade. O gráfico abaixo mostra o percentual de matrículas na EJA nos últimos cinco anos no município.

¹⁹ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=291170>. Data de Acesso: 01/02/2012.

²⁰ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=291170>. Data de Acesso: 01/02/2012.

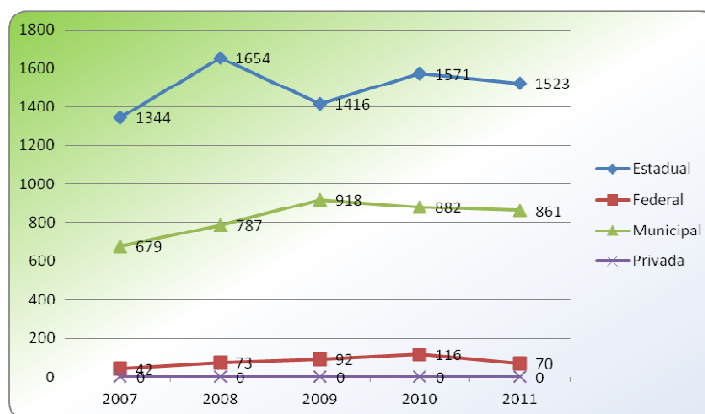


Gráfico 03 - Número de discentes Matriculados na EJA no município de Guanambi/BA no período de 2007-2011

Fonte: INEP/MEC - Censo Escolar 2007-2011.

Como pode ser observada no gráfico, a rede estadual possui um maior quantitativo de matrículas. Conforme dados do INEP/MEC²¹ a rede municipal destaca-se pela oferta do ensino fundamental, enquanto que a estadual oferece ensino fundamental e médio, tendo um maior número de matrículas no ensino médio. A rede privada nos últimos anos não tem ofertado EJA. A rede federal, que constitui apenas pelo IF Baiano *Campus* Guanambi, iniciou a oferta da EJA em 2007, através do PROEJA. Percebe-se que a rede federal em relação a estadual e a municipal possui poucas matrículas nesta modalidade.

Vale ressaltar que o PROEJA é oferecido não só pelo *Campus* Guanambi. Em 2010, o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde (CEEP) iniciou a oferta de cursos vinculados ao PROEJA através dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Comércio, expandindo esta oferta em 2011 para os cursos Técnicos em Vendas e em Segurança.

Retornando a explicar sobre o universo da pesquisa, faz-se relevante conhecer a trajetória histórica do *Campus*. A EAJT “foi criada pela Lei nº 8.670/93, publicada no Diário Oficial da União, no dia 01 de julho de 1993 e, autorizada pela Lei nº 8.731/93” (EAJT, PDI 2007 - 2011, p. 08). Suas atividades docentes iniciaram com a implantação do curso Técnico em Agropecuária autorizado pela Portaria nº 205/95 do Ministério da Educação de 1995, no intuito de oferecer educação profissional à população local e regional.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (EAJT, PDI 2007 - 2011, p. 08) “até o ano de 2001 foram ofertadas, em média, 90 (noventa) vagas por ano”. A partir do referido ano, com “a implantação dos Cursos Pós-médio: Técnico Agrícola com habilitação em Agricultura e/ou habilitação em Zootecnia, e atendendo a Reforma da Educação Profissional, as vagas oferecidas foram duplicadas”.

Em 2005 foi implantado o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, em atendimento ao Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, que regulamentou os Artigos 36 e 39 a 41 da LDB - Lei 9.394/96. Em 2007, em atendimento ao Decreto 5.840/06, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação na Modalidade de Educação para Jovens e Adultos.

²¹Dados disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Data de Acesso: 11/02/2012.

Em 2008 iniciou o curso Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio para atender as demandas de produção local e regional. Desde a implantação, nota-se que o público do curso é constituído, principalmente, por alunos provenientes da zona urbana, enquanto que o curso Técnico em Agropecuária e os cursos subsequentes absorvem muitos alunos provenientes da zona rural do município de Guanambi e das cidades circunvizinhas.

A seleção para os cursos técnicos integrado ao ensino médio e para os cursos subsequentes é realizada anualmente, através de uma prova escrita, no qual o candidato se inscreve e paga uma taxa, enquanto que para o curso Técnico em Informática (PROEJA) realiza-se entrevista com todos os candidatos, não sendo cobrada taxa de inscrição.

Analisando a trajetória da instituição, percebe-se que ao longo da última década houve uma reconfiguração, tanto no que diz respeito à diversificação dos cursos oferecidos quanto ao perfil do alunado. A implantação do PROEJA trouxe o público da EJA e o curso de Agroindústria intensificou os estudantes oriundos da zona urbana, modificando o cotidiano outrora existente na instituição.

Esta reconfiguração tornou-se mais acentuada quando a instituição passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, através da Lei 11.892, sancionada em 29/12/2008, que instituiu a criação dos Institutos Federais no Brasil. Esta lei incumbiu às instituições da rede federal de EPT, dentre os objetivos prescritos no Artigo 7º da Seção III, a oferta da educação de nível superior, estabelecendo:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento. (BRASIL, 2008).

Neste sentido, o *Campus* Guanambi, em 2010, iniciou a oferta de três cursos superiores, sendo: Licenciatura em Química, Bacharelado em Agronomia e Tecnologia em Agroindústria, tendo como forma de ingresso a classificação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ainda em atendimento a reestruturação institucional advinda da Lei 11.892/08, no segundo semestre de 2011, o *Campus* passou a oferecer o ensino na modalidade a distância através do curso Técnico em Meio Ambiente.

A composição do IF Baiano se deu a partir de quatro Escolas Agrotécnicas situadas no Estado da Bahia, localizadas nas cidades de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim e por quatro Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC's), outrora vinculadas a CEPLAC²², localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença (outrora vinculadas ao Ministério da Agricultura).

Após a sanção da lei 11.892/2008 cada instituição passou a constituir um *Campus* do IF Baiano, que foi composto por nove *campi* e uma reitoria, sendo as oito instituições mencionadas acima e mais um *Campus* criado, em 2009, na cidade de Bom

²² Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

Jesus da Lapa. Vale ressaltar que a reitoria localiza-se na capital do Estado - Salvador/Bahia. Segue abaixo um mapa situando a localização dos *campi* no território do Estado da Bahia.

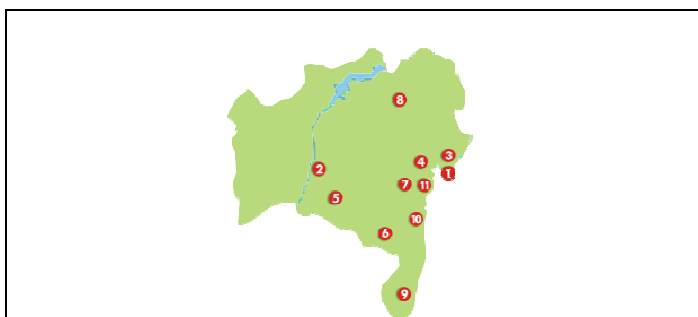


Figura 03 - Localização da reitora e dos *campi* do IF Baiano

Fonte: www.ifbaiano.edu.br.

1. Reitoria, 2. Campus Bom Jesus da Lapa, 3. Campus Catu, 4. Núcleo Avançado Gov. Mangabeira do Campus Catu, 5. Campus Guanambi, 6. Campus Itapetinga, 7. Campus Santa Inês, 8. Campus Senhor do Bonfim, 9. Campus Teixeira de Freitas, 10. Campus Uruçuca, 11. Campus Valença.

Observando a localização do *Campus* Guanambi, nota-se que o mesmo situa-se distante da reitoria, bem como dos outros campi, aproximando-se geograficamente somente do *Campus* da cidade de Bom Jesus da Lapa.

Para suprir a demanda dos novos cursos foi admitido, no início de 2010, um grande quantitativo de professores e técnicos administrativos, tendo uma ampliação significativa no número de servidores do *Campus*. Segundo dados fornecidos, em novembro de 2011, pelo Núcleo de Apoio e Gestão de Pessoas (NAGP) há na instituição 139 (cento e trinta e nove) servidores efetivos, sendo 61 (sessenta e um) docentes e 78 (setenta e oito) técnicos administrativos. O *Campus* conta também com 58 (cinquenta e oito) servidores terceirizados e 03 (três) professores substitutos.

Além da admissão de novos servidores houve ampliação das salas de aula e dos laboratórios para realização das aulas práticas e experimentos vinculados aos projetos de pesquisa. O *Campus* encontra-se em fase de expansão e adaptação, sendo que os novos laboratórios começaram a funcionar no segundo semestre de 2011.

Conforme dados fornecidos pelas coordenações de pesquisa e extensão, em novembro de 2011, encontravam em execução 32 (trinta e dois) projetos de pesquisa e 42 (quarenta e dois) de extensão. Os(as) alunos(as) que desenvolvem os projetos recebem mensalmente uma bolsa, cujo valor para os discentes do ensino médio é de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e para os do ensino superior é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

De acordo a CRE no II semestre de 2011 houve um quantitativo de 772 (setecentos e setenta e duas) matrículas, sendo assim distribuídas:

Quadro 02 - Cursos ofertados pelo IF Baiano *Campus* Guanambi no II semestre de 2011

Curso	Oferta	Ano de início	Matrículas em 2011
Técnico em Agropecuária	Ensino Médio integrado ao técnico	I Semestre de 1995	226
Técnico em Agroindústria	Ensino Médio integrado ao Técnico	I Semestre de 2008	94
Técnico em Informática	Ensino Médio integrado ao Técnico (PROEJA)	II Semestre de 2007	70
Técnico em Zootecnia	Subsequente ao Ensino Médio	I Semestre de 2001	88
Técnico em Agricultura	Subsequente ao Ensino Médio	I Semestre de 2001	94
Técnico em Meio Ambiente	Educação a Distância	II Semestre de 2011	34
Licenciatura em Química	Superior	I Semestre de 2010	49
Bacharelado em Agronomia	Superior	I Semestre de 2010	62
Tecnologia em Agroindústria	Superior	I Semestre de 2010	55
Total de Alunos			772

Fonte: CRE do IF Baiano *Campus* Guanambi, outubro/2011.

Dentre estes alunos, aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) residiam no município de Guanambi, sendo os demais provenientes das cidades circunvizinhas. Segundo dados obtidos junto a CGAE, em novembro de 2011, 168 (cento e sessenta e oito) discentes residiam na instituição, sendo 120 (cento e vinte) homens e 48 (quarenta e oito) mulheres.

Para ingressar na Residência Estudantil (RE), os discentes oriundos das cidades circunvizinhas, ao efetuarem a matrícula na instituição, preenchem ficha de requerimento (ANEXO E) e questionário socioeconômico (ANEXO F) na CGAE,

anexando os documentos exigidos. Em seguida o Assistente Social faz um levantamento das condições socioeconômicas dos requerentes.

Como o quantitativo de alunos carentes, segundo análise dos requerimentos, é maior que o número de vagas ofertadas, o referido servidor realiza visitas domiciliares para verificar *in loco* quem apresenta maiores dificuldades econômicas. Ainda assim, não há como contemplar todos os alunos, devido às limitações das vagas disponíveis nas residências.

Na perspectiva de atender ao alunado carente, em 2011, foi criado no IF Baiano o PAISE, onde muitos estudantes são contemplados com os seguintes benefícios: auxílio uniforme, moradia, material acadêmico e transporte.

O auxílio moradia perfaz um valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e o referente ao transporte é de R\$ 100,00 (cem reais), sendo recebidos por cinco meses durante o semestre. O concernente ao material acadêmico é de R\$50,00 (cinquenta reais) e o uniforme é de R\$ 100,00 (cem reais), sendo ambos pagos em uma única parcela.

As inscrições para o PAISE obedecem aos prazos determinados pelo Edital e para concorrer às vagas disponíveis os estudantes passam pelo mesmo processo de seleção para a RE, através do preenchimento do requerimento do benefício e do questionário socioeconômico.

No intuito de organizar os resultados, o texto a seguir expõe os dados resultantes da pesquisa, sendo apresentado em quatro tópicos: o prescrito e o executado no Plano de Curso do curso técnico em informática vinculado ao PROEJA; os docentes do PROEJA do *Campus* Guanambi: formação e percepção; a clientela do PROEJA: perfil e percepção dos discentes atendidos; as causas da evasão: interpretações das informações obtidas. A intenção é que esta descrição possibilite a compreensão das especificidades dos discentes do PROEJA, buscando mecanismos que garantam a permanência e êxito no processo educativo.

3.2 O Prescrito e o Executado na Proposta de Implantação do Curso Técnico em Informática Vinculado ao PROEJA

Analisando a proposta do Plano de Curso (PC) percebeu-se que o mesmo foi “importado” da Escola Agrotécnica Federal de Cárceres - Mato Grosso, sendo realizada pela comissão responsável para elaboração do projeto, uma adaptação do referido plano. Segue abaixo justificativa da comissão pela escolha do projeto da escola de Cárcere:

A Comissão Interna designada para elaborar este Projeto fez um levantamento bibliográfico e pesquisou vários projetos prontos de escolas da rede federal encontrando no Projeto do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação na Modalidade de Educação para Jovens e Adultos, da Escola Agrotécnica Federal de Cárceres - MT, um programa estruturado que contemplava as necessidades e expectativas da nossa Escola.

Destarte, embasado e fundamentado, buscou-se contextualizar nossa realidade e características regionais, interagindo com os professores específicos das disciplinas oferecidas, o que levou a uma melhor estrutura da matriz, disciplinas e ementas para atender nossas necessidades. (EFAJIT. PLANO DE CURSO DO PROEJA, 2007, p. 05).

A opção por este projeto de curso levou-nos a inferir que não houve uma consulta de demanda junto ao público alvo para decidir a escolha do curso que seria oferecido pelo PROEJA no *Campus* Guanambi, sendo escolhido pela própria instituição, omitindo assim os anseios e opiniões dos indivíduos a quem o programa se destina.

Continuando a análise do PC, observou-se que na introdução há uma preocupação quanto à formação crítica e ética dos alunos, não restringindo somente a formação para o mercado de trabalho, na qual diz:

A Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, Guanambi - BA, no intuito de contemplar sua comunidade regional oportunizando jovens e adultos a um programa de qualidade, não apenas inserção no mercado de trabalho, mas também a uma educação para reflexão, criticidade e ética, buscou implementar um programa de PROEJA. Neste sentido este projeto atende ambições educativas e sociais, uma vez que o papel dos educadores e formadores, também, é a construção de uma sociedade mais justa (EFAJIT. PLANO DE CURSO DO PROEJA, 2007, p. 05).

Entretanto, nos objetivos geral e específico, não há menção à formação cidadã, restringindo somente a qualificação para o mercado de trabalho. Como pode ser observado no objetivo geral:

Proporcionar uma formação de nível médio, básica e sólida de teoria e prática em Administração e Tecnologia da Informação e Comunicação, indispensável para a compreensão dos processos produtivos das organizações e da gerência de conhecimento, capacitando o profissional para fácil inserção no mercado de trabalho. (EFAJIT. PLANO DE CURSO DO PROEJA, 2007, p. 07).

Notou-se, ainda, a ênfase na qualificação no perfil profissional de conclusão do egresso:

Mais especificamente, espera-se do egresso deste curso:

- uma formação básica dos aspectos teóricos e práticos das matérias básicas e tecnológicas de Administração e Informática;
- uma formação complementar que o torne apto a atuar no mercado de trabalho em áreas multidisciplinares;
- atuar no mercado de trabalho na produção de software;
- Solucionar problemas utilizando tecnologias atuais e adaptar-se as novas tecnologias emergentes. (EFAJIT. PLANO DE CURSO DO PROEJA, 2007, p. 09).

Analisando as perspectivas registradas acima, observa-se que não há menção à formação integral prescrita pelo DB (BRASIL, 2007, p. 35), no qual preceitua:

[...] uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a

formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora.

O objetivo prescrito no PC contraria também a missão da instituição retratada no PDI (EFAJIT, PDI 2007 - 2011 p. 08), que traz como objetivo macro “promover a formação cidadã por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando a inclusão social, a profissionalização tecnológica e sustentável, mantendo uma política de valorização humana, na busca de soluções viáveis para os processos produtivos”.

No que se refere à estrutura do curso, segundo o PC (EFAJIT, 2007) a organização curricular está distribuída em 03 (três) anos, sendo 800 (oitocentas) horas para cada ano. A carga horária do curso é de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, sendo assim distribuídas: no 1º e 2º anos 480 (quatrocentas e oitenta) horas são destinadas ao Ensino Médio e 320 (trezentas e vinte) para o Ensino Técnico. No 3º ano o Ensino Médio perfaz o total de 280 (duzentas e oitenta) horas anuais e o Ensino Técnico 520 (quinhentos e vinte) horas, sendo reservada, neste ano, uma carga horária de 40h para a disciplina de Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso.

As turmas 2007, 2008 e 2009 concluíram o curso Técnico em Informática e apresentaram o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Analisando a escolaridade dos discentes desta última turma, dos 11 (onze) que responderam ao questionário, 07 (sete) já havia finalizado o ensino médio em outra instituição.

Em relação ao TCC, Nascimento (2009, p. 80) ressalta que “há um questionamento dos professores sobre esta exigência, pois se acredita que essa forma de avaliação com o PROEJA não vai funcionar devido o perfil do aluno”. Em conversa com a professora que ministrou a disciplina TCC para a turma 2009, esta mencionou que somente um aluno não conseguiu apresentar o projeto.

Sobre a exigência do TCC, a professora relatou a necessidade de reestruturá-lo a fim dos alunos terem uma melhor orientação no desenvolvimento do projeto, sugerindo que a disciplina TCC possa ser oferecida desde o primeiro ano, não ficando restrita somente ao terceiro ano.

Na matriz curricular do PC (EFAJIT, 2007, p. 10-12) há uma observação ressaltando que “as aulas terão duração de 01 (uma) hora aula correspondente a 01 (uma) hora relógio e serão condensadas em módulos considerando uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos, com sazonalidade nos bimestres”. Em relação a esta assertiva Nascimento (2009, p. 80) ressalta que “isso ficou apenas no discurso e que a realidade define-se da seguinte forma: não há interdisciplinaridade e as unidades não são por bimestre, é semestral”.

Com isso, percebeu-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas nas turmas do PROEJA acabam sendo as mesmas aplicadas para os demais cursos da instituição, não levando em consideração as peculiaridades inerentes ao público da EJA. Outro aspecto negativo da matriz curricular é a falta de carga horária específica para o estágio. Observando as matrizes dos outros dois cursos integrados ofertados pelo *Campus* constatou-se que o estágio constitui componente obrigatório.

No tocante aos requisitos de ingresso, consta no PC (EFAJIT, 2007) a avaliação escrita, entretanto tem sido utilizada a entrevista. Esta modificação foi sugerida, em reunião, por vários professores, pelo fato de acreditarem que este instrumento proporciona maior inclusão do público alvo.

Observando a avaliação prescrita no PC, verificou-se que esta é tratada nos mesmos moldes dos demais cursos oferecidos pela instituição, no qual consta que “para

a aprovação no ano letivo cursado, o aluno deverá obter, por disciplina, média igual ou superior a 60% de aproveitamento e frequência mínima de 75%. Para cursar o ano subsequente o aluno deverá ser aprovado no ano anterior” (EFAJIT, 2007, p. 09).

Para Nascimento (2009, p. 81) “aos alunos dos cursos regulares foi outorgado o direito de ter uma dependência e esse direito não foi estendido ao PROEJA no plano de curso, embora tenha sido feita de forma informal”. A dependência ocorre nos casos em que o educando ao término do ano letivo é reprovado somente em uma disciplina. Nesta situação o aluno cursa a série posterior e concomitantemente faz a dependência da disciplina na qual foi reprovado.

Em relação aos instrumentos de avaliação, consta no PC (EFAJIT, 2009, p. 13) que o processo avaliativo “envolverá aplicação de avaliações (provas), trabalhos (teóricos e práticos), seminários, relatórios, participação e frequência, entre outros”, ressaltando a realidade do aluno e a diversidade de experiências como ponto de partida da prática pedagógica, através da articulação entre conhecimento teórico e prático.

Considerando as especificidades da EJA e tendo em vista o grande quantitativo de evasão e reprovação, especificamente de evasão, os professores do PROEJA sentiram a necessidade de reformular a matriz curricular do PC. Esta reformulação foi realizada em 2008, sendo implementada em 2009, incluindo, condensando e excluindo algumas disciplinas. A observação de que as aulas seriam organizadas em módulos, considerando uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos com sazonalidade nos bimestres, que existia anteriormente, foi retirada.

Pelo fato das alterações realizadas não terem contemplado as necessidades dos alunos, nem terem sido aprovadas oficialmente, em 2010, foi instituída uma comissão para tratar das adaptações no PC do curso técnico em informática, sendo realizada outra modificação. Esta última alteração foi aprovada em março de 2011 pelo Conselho Superior (CONSU) do IF Baiano, entrando em vigor no mesmo ano.

A matriz curricular foi modificada, no sentido de redimensionar o enfoque do curso. Os professores constataram que a matriz anterior contemplava várias áreas do conhecimento, sendo muito generalista, isto é, os alunos estudavam várias disciplinas de forma superficial não conseguindo absorver o essencial de cada uma. Segue abaixo justificativa da comissão para alterar a matriz:

Os professores do curso perceberam também que a forma como a matriz do curso foi estruturada não contribui para a construção do perfil adequado de um técnico em Informática de uma sub área específica, pois este não apresenta um enfoque em uma área específica da Informática. Atualmente, são oferecidas disciplinas de diversas áreas, tais como, redes de computadores, linguagens de programação, manutenção de computadores, sistemas operacionais, banco de dados, análise de sistemas, dentre outras. O formato atual da matriz não contempla o desenvolvimento de conhecimentos necessários para a formação de um profissional técnico, uma vez que os conteúdos são apresentados de forma generalista. (IF BAIANO - *CAMPUS* GUANAMBI. PLANO DE CURSO DO PROEJA, 2011, p. 08).

As mudanças alteraram o enfoque do curso passando este a denominar-se Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Educação para Jovens e Adultos.

As alterações realizadas tiveram como objetivo habilitar o educando para executar as tarefas de manutenção e suporte na área da informática e não mais habilitá-

lo em Sistemas de Informação, como prescrevia o PC anterior. A comissão encarregada de fazer a reformulação, assim justificou a proposta:

[...] visando à melhoria da formação profissional de jovens e adultos realizada pelo IF Baiano *Campus* Guanambi, a diminuição do alto índice de evasão dos alunos, e para atender o propósito do curso que é formação de profissionais técnicos, esta comissão, juntamente com os professores da área de Informática do IF Baiano *Campus* Guanambi, propõem a adequação da estrutura curricular atual para a proposta, em anexo, que transforma um curso “generalista” em um Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Educação para Jovens e Adultos. (IF BAIANO - CAMPUS GUANAMBI. PLANO DE CURSO DO PROEJA, 2011, p. 10).

Com essa nova matriz o curso passou a dispor de uma carga horária de 2.480h, assim distribuídas: 800h destinadas às disciplinas profissionalizantes, 200h para o estágio supervisionado e 1.480h para as disciplinas do núcleo comum. A carga horária da disciplina TCC foi ampliada para 80h, como pode ser observado no Quadro 03:

Quadro 03 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Educação para Jovens e Adultos

Núcleo Comum						Área Específica							
Área	Disciplinas	Carga Horária Semanal por Série			Carga Horária do Curso		Disciplinas	Carga Horária Semanal por Série			Carga Horária do Curso		
		1ª	2ª	3ª	Aulas	Horas		1ª	2ª	3ª	Aulas	Horas	
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	2	2	240	240	Fundamentos de Informática	3	0	0	120	120	
	Literatura Brasileira	0	0	2	80	80	Arquitetura e Mont. de Computadores	0	3	0	120	120	
	Redação e Expressão	2	0	2	160	160	Operação de Computadores	2	0	0	80	80	
	Língua Estrangeira	0	1	1	80	80	Sistemas Operacionais	0	2	0	80	80	
	Artes	1	1	0	80	80	Fundamentos de Redes de Computadores	0	0	2	80	80	
	Educação Física	1	0	0	40	40	Segurança de Computadores	0	0	2	80	80	
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	2	2	2	240	240	Empreendedorismo	0	0	2	80	80	
	Física	2	0	0	80	80	Projeto Integrador	0	2	0	80	80	
	Química	0	2	0	80	80	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	0	0	2	80	80	
	Biologia	0	2	0	80	80							
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	2	0	0	80	80							
	História	2	0	0	80	80							
	Filosofia	1	1	0	80	80							
	Sociologia	0	1	1	80	80							
TOTAL SEMANAL POR SÉRIE (AULA)		15	12	10			TOTAL SEMANAL POR SÉRIE (AULA)		5	7	8		
TOTAL ANUAL POR SÉRIE (AULA)		600	480	400			TOTAL ANUAL POR SÉRIE (AULA)		200	280	320		
TOTAL ANUAL POR SÉRIE (HORA)		600	480	400			TOTAL ANUAL/SÉRIE (HORA)		200	280	320		
TOTAL ANUAL POR SÉRIE (HORA) + Intervalo		600	480	400			SUB-TOTAL					800	800
SUB-TOTAL					1.480	1.480	Estágio Supervisionado						200
SUB-TOTAL + Intervalo					1.480	1.480	SUB-TOTAL + Estágio Supervisionado						1.000
TOTAL GERAL												2.280	2.480
Duração da aula:		60 min		Intervalo:		0 min		Ano letivo:		200 dias			

Fonte: IF Baiano - *Campus* Guanambi. Plano de curso do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Educação para Jovens e Adultos (2011, p. 10).

As alterações realizadas foram proeminentes como, por exemplo, a carga horária destinada ao estágio que outrora não havia, como pode ser conferido na matriz anterior apontada pelo Quadro 04:

Quadro 04 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação na modalidade de Educação para Jovens e Adultos

SÉRIE	ENSINO MÉDIO				ENSINO TÉCNICO		
	ÁREA DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA TOTAL
1º ANO	Linguagens, Códigos e Tecnologias	Língua Portuguesa	02	64	Fundamentos de Administração	02	64
		Redação e expressão	02	64			
		Língua Estrangeira – Inglês	02	64			
	Total			192	Fundamentos e Organização de Computadores	03	96
	Ciências Humanas e Tecnologias	Geografia	03	96			
	Total			96	Laboratório de informática	02	64
	Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologias	Física	03	96			
		Matemática	03	96			
	Total			192	Algoritmos e Estrutura de Dados	03	96
	Total Geral			480	Total		320
TOTAL GERAL DO ANO				Total Geral		800	

SÉRIE	ENSINO MÉDIO				ENSINO TÉCNICO		
	ÁREA DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA TOTAL
2º ANO	Linguagens, Códigos e Tecnologias	Língua Portuguesa	02	64	Análise de Sistemas	03	96
		Literatura	02	64			
	Total			128	Sistemas Operacionais	03	96
	Ciências Humanas e Tecnologias	História	03	96			
	Total			96	Montagem e manutenção de computadores	02	64
	Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologias	Química	03	96			
		Matemática	02	64			
		Biologia	03	96	Linguagem de Programação I	02	64
	Total			256	Total		320
Total Geral			480	Total Geral		320	
TOTAL GERAL DO ANO				Total Geral		800	

SÉRIE	ENSINO MÉDIO				ENSINO TÉCNICO		
	ÁREA DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA TOTAL
3º ANO	Linguagens, Códigos e Tecnologias	Língua Portuguesa	02	64	Banco de dados	03	96
		Língua Espanhola	02	64			

	Artes	01	32		Oficina Criação Visual	02	64
	Educação Física	01	32		Empreendedorismo	01	32
	Total		192				
	Ciências Humanas e Tecnologias	Sociologia	01	32			
		Filosofia	01	32			
	Total			64			
	Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologias						
		Matemática	02	64			
	Total			64			
Total Geral				320	Total Geral		480
TOTAL GERAL DO ANO							800

Fonte: EFAJIT. Plano de curso do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (2008 p. 11-13).

Entretanto, apesar das modificações realizadas na matriz curricular, os professores do PROEJA veem o curso técnico em informática como inadequado ao público da EJA, como será explanado a seguir, sugerindo a oferta de outro curso. Nesse sentido, faz-se necessária a consulta de demanda junto ao público alvo, a fim de implantar um curso que atenda às necessidades e expectativas dos jovens e adultos.

3.3 Os Docentes do PROEJA do *Campus* Guanambi: Formação e Percepção

Durante o primeiro semestre de 2011 foi aplicado questionário semiestruturado (APÊNDICE B) junto aos professores que atuavam nas turmas do PROEJA do *Campus* Guanambi. As respostas obtidas constituíram-se em elementos imprescindíveis à compreensão das dificuldades encontradas pelos discentes, bem como da oferta do ensino na modalidade EJA vinculada a EP.

Os professores pesquisados apresentaram o seguinte perfil: 50% são do sexo masculino e 50% feminino. Quanto à faixa etária 37,5% encontravam-se entre 21 e 30 anos, 50% entre 31 e 40 anos, e 12,5% entre 40 e 50 anos de idade. Esses dados demonstram que não há predominância de sexo e que a maioria dos docentes encontrava-se entre 21 e 40 anos de idade. Em relação à atuação docente nas turmas do PROEJA, 75% lecionavam disciplinas do núcleo comum, enquanto que 25% atuavam na área profissionalizante.

No tocante ao nível de formação, 12,5% eram graduados, 31,3% especialistas, 43,7% mestres e 12,5% estavam com o mestrado em andamento, comprovando uma boa qualificação para o trabalho. Os professores pesquisados integravam o quadro efetivo, exercendo uma carga horária de quarenta horas semanais com Dedicção Exclusiva (DE).

Em relação à experiência com a EJA, verificou-se que 31,2% já tinham vivenciado essa realidade em outras instituições da rede municipal e estadual, enquanto que grande parte, 68,8%, teve o primeiro contato com o público jovem e adulto somente nas turmas de PROEJA do *Campus* Guanambi.

Considerando a necessidade de cursos de capacitação aos professores do PROEJA, visto as peculiaridades inerentes ao público atendido, perguntou-se aos pesquisados se a instituição tem proporcionado esses cursos aos docentes. Do total, 62,5% mencionaram que desde que ingressaram no *Campus* não houve cursos de capacitação na modalidade EJA, 25% dos docentes relataram que sim, ressaltando que

isso ocorreu há bastante tempo. Esta afirmação pode ser observada nas palavras do(a) “Docente 09” na qual proferiu “*a instituição proporcionou cinco cursos. Ultimamente é como se não existisse essa modalidade na escola*”. Os outros 12,5% citaram as iniciativas que a reitoria vem realizando para discutir o PROEJA no âmbito do IF Baiano.

Esta discrepância entre as respostas se deu pelo fato dos cursos terem sido ofertados no ano de 2008, época em que a maior parte dos professores pesquisados ainda não tinha ingressado no *Campus*, o que só ocorreu a partir de 2009. Vale salientar que estes cursos foram financiados pelo MEC/SETEC.

Desde 2010, a reitoria vem sinalizando discussões em prol da realidade do PROEJA nos *campi*, constituindo grupos de trabalho para cada modalidade de ensino, todavia, estas ainda se encontram em fase superficial, necessitando maior presteza no planejamento e execução.

Para os educadores nortearem seu trabalho com o público do PROEJA, a oferta de cursos de capacitação constitui-se em um dos elementos essenciais. A missão de integração da EJA com a EP encontra-se ainda em fase embrionária nas instituições de EPT, sendo necessário um investimento na formação dos professores envolvidos neste programa. Acerca dessa formação Moura aduz:

A formação dos profissionais para o Ensino Médio Integrado na modalidade EJA deve guardar suas especificidades, mas também precisa estar inserida em um campo mais amplo, o da formação de profissionais para a EPT, pois se trata de uma nova modalidade dentro de um tipo de oferta já existente (MOURA, 2006, p. 83).

Tendo em vista o desafio do PROEJA e a necessidade de compor formadores nessa área educacional, Moura (2006) ressalta que a SETEC/ MEC, no intuito de atuar sobre a formação dos profissionais que estão em exercício no setor público, constituiu um grupo de trabalho que elaborou um documento denominado Propostas Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso de Especialização, voltadas para a capacitação de profissionais do ensino público para atuar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA.

Estes cursos de pós-graduação *latu sensu* vêm sendo ofertados em diversos polos distribuídos por todo o país. No caso específico do *Campus* Guanambi, o polo mais próximo é o Instituto Federal da Bahia, outrora denominado CEFET, localizado na cidade de Vitória da Conquista/Bahia. Infelizmente, até 2011, nenhum servidor do *Campus* Guanambi havia realizado este curso.

Retomando a análise dos dados obtidos, quando indagados sobre a legislação básica do PROEJA, somente 43,7% afirmaram ter conhecimento, revelando mais uma vez a necessidade da capacitação docente.

Partindo da premissa que o público jovem e adulto possui características peculiares, perguntou-se aos professores se há diferença entre o trabalho pedagógico com os alunos da faixa etária considerada “regular” e o estudante do PROEJA. Todos foram unânimes ao mencionar que existem diferenças, como revela os depoimentos abaixo:

Sim. Geralmente os alunos jovens e adultos são também trabalhadores e arrimo de família, o que compromete o tempo e as condições necessárias para conciliar com os estudos. Além disso, geralmente são pessoas com histórias escolares marcada pela repetência e/ou reprovação que, de algum modo, respinga de maneira

negativa nas novas experiências de aprendizagem quando retornam para a escola. (DOCENTE 05)

Muitas diferenças. Os jovens e adultos apresentam um nível de maturidade maior pela idade deles, porém os mesmos carregam consigo o cansaço e alguns problemas do dia a dia. (DOCENTE 11)

Sim. A metodologia utilizada, conteúdos programáticos, avaliações e recursos utilizados. (DOCENTE 04)

Analisando as declarações acima, percebeu-se que os docentes pesquisados ressaltaram com bastante ênfase as especificidades do público da EJA. Destacaram as condições especiais do aluno trabalhador e a necessidade de adaptação das aulas para atender a essas especificidades: metodologia, recursos, conteúdos e avaliações. O reconhecimento das diferenças é primordial para o desenvolvimento de uma prática educativa pautada na realidade dos discentes e na valorização dos seus conhecimentos.

Contudo, por mais que os professores reconheçam que há diferenças entre o trabalho pedagógico, em visita a Coordenação Geral de Ensino (CGE) observou-se que não há na instituição material didático específico para o PROEJA. A esse respeito Nascimento (2009, p. 89) ressalta que “ao ser informado pela CGE da chamada pública do MEC/SETEC para apresentação dos materiais que seriam destinados à publicação, nenhum professor se manifestou”.

Outra questão digna de discussão é a condução do processo seletivo. Questionou-se aos professores se eles conheciam o processo seletivo para o PROEJA e se o consideravam adequado para incluir o público específico. Do total, 12,5% mencionaram não conhecer, e, portanto, não tiveram nada a mencionar. Dentre os que conheciam 12,5% não relataram se consideravam ou não adequado, 37,5% disseram ser apropriado e 37,5% afirmaram ser inadequado.

Dentre os que consideraram o processo seletivo inadequado, 12,5% mencionaram que é necessário fazer reformulações/adequações, mas não apontaram quais seriam estas modificações, 18,8% não justificaram suas respostas, sendo que somente 6,2% expuseram sua opinião, como segue o relato abaixo:

Sim. Não, pois não seleciona alunos por nível de conhecimento, com isso acaba entrando alunos semianalfabetos o que dificulta muito o ensino. (DOCENTE 04)

Observando as falas dos professores que consideram o processo adequado, observou-se que estes veem a entrevista como a melhor ferramenta para inserir o público do PROEJA. Entretanto, existem ressalvas quanto ao curso técnico em informática, como pode ser notado nos depoimentos abaixo:

Sim. Acredito que o processo não seja inadequado. O perfil do egresso do curso oferecido que não é condizente com o perfil do público específico da EJA. (DOCENTE 14)

Sim. Todo o processo seletivo é injusto, pontual e excludente. Desse modo, jamais será um processo adequado de “inclusão”. Contudo, frente à limitação de vagas, penso que o processo desenvolvido aqui tenha atendido a proposta do PROEJA, o que não significa dizer que tenha atendido a proposta do curso oferecido. (DOCENTE 05)

Estas ressalvas explanadas por alguns docentes foram exploradas, logo em seguida, quando se perguntou se o curso técnico em informática contemplava o público do PROEJA. Somente 12,5% disseram que sim, apesar de apontarem alguns problemas como, por exemplo, o destacado pelo(a) Docente 02, que assim se manifestou: “*sim, mas falta a escola proporcionar condições adequadas para melhoria*”. Apesar de no questionário existir espaço apropriado para o professor justificar sua opção, 6,2% não expuseram suas ideias, deixando a questão em branco e, a maioria, 81,3%, mencionou que o curso não é adequado, sendo necessário repensar a oferta de outro curso para o PROEJA. Os relatos a seguir são elucidativos:

Não. Ele não atinge o público alvo. A maioria dos candidatos do PROEJA já possui o ensino médio. (DOCENTE 09)

Mediante experiências vivenciadas com as turmas formadas até agora, pode-se concluir que não. (DOCENTE 14)

Não. Alguns motivos são: alunos há dez anos fora da sala de aula, ou que até mesmo nunca tiveram contato com um computador, salas com níveis de aprendizagem muito diversificados. O curso não está de acordo com a realidade regional. (DOCENTE 01)

Notou-se que grande parte dos educadores anseia a oferta de outro curso para o PROEJA. Em conversa com alguns professores, estes relataram que seria relevante a instituição oferecer cursos na área de agricultura e/ou cozinha. Entretanto, para o *Campus* delimitar a oferta de outro curso se faz crucial o estudo de demanda junto ao público alvo, para ouvir seus anseios e necessidades, bem como considerar a demanda local e regional como anuncia Machado (2006, p. 38):

A elevação da escolarização e a Educação Profissional e Tecnológica precisam também estar associadas aos recursos mobilizáveis para o desenvolvimento local, integrado e sustentável, como estratégia de um projeto soberano e autônomo de país. O Decreto nº. 5.840/06, no parágrafo único do seu Art. 5º, determina, assim, que as áreas profissionalizantes escolhidas para a estruturação dos cursos do PROEJA devem, preferencialmente, ser as que guardam maior sintonia com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Nesse sentido, o *Campus* precisa atender às necessidades dos educandos e às demandas local e regional, criando estratégias que assegurem o sucesso do jovem e do adulto para que eles não se sintam, mais uma vez, excluídos do sistema educacional.

Observando o depoimento do(a) Docente 09, verificaram-se alusões ao ingresso de alunos que já concluíram o ensino médio. Para redimensionar esse problema, a instituição precisa rever a oferta do curso e/ou a estruturação do processo seletivo, para incluir o público alvo prescrito pelo DB (Brasil, 2007).

Levando em consideração o alto índice de evasão que vem se intensificando nas turmas do PROEJA, foi perguntado aos professores quais os fatores que favoreciam o abandono do curso pelo aluno. A maioria dos pesquisados salientou a distância do *Campus*, o cansaço dos alunos e o curso ofertado, sinalizando que o curso não é adequado para o público do PROEJA, pelo fato de ser muito complexo, exigindo que os alunos dominem raciocínio lógico e *softwares*. Além destes fatores o(a) Docente 09

mencionou que a oferta das aulas (aulas diárias) contribui para a evasão e o(a) Docente 14 apontou ser a metodologia utilizada pelos professores inadequada para o público alvo.

Vale destacar que a evasão no PROEJA não é um problema local do *Campus* Guanambi. Na apresentação e socialização desse trabalho: “A problemática da evasão no curso vinculado ao PROEJA do IF Baiano *Campus* Guanambi” durante a realização do VI Simpósio Internacional sobre Trabalho e Educação, ocorrido entre os dias 29 a 31 de agosto de 2011 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte/MG, verificou-se através de depoimentos de servidores de outros *campi*, que outras instituições da rede federal têm se deparado com a mesma situação.

Todavia, o problema não está nos alunos da EJA, mas sim na maneira como tem sido implantada e efetivada a organização curricular dos cursos nesta modalidade, pois muitas instituições não têm considerado as especificidades deste público, aplicando as mesmas práticas dos cursos regulares. Como asseguram Castro *et al* (2010, p.30) “os regimentos, a organização dos tempos e espaços e as condições de permanência ainda se espelham na lógica dos chamados “alunos regulares””.

O DB (BRASIL, 2007, p. 18) também faz menção a esta realidade quando menciona que “os fundamentos das práticas pedagógicas permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas das dos alunos, produzindo o fracasso escolar e a chamada “evasão””.

Alguns estabelecimentos de ensino, compreendendo e considerando estas especificidades, têm buscado meios para superar a evasão escolar, obtendo bons resultados. Nesse sentido, cabem as instituições que estão passando por essa circunstância, especificamente a instituição em foco - *Campus* Guanambi, verificar quais os caminhos trilhados por esses estabelecimentos para superar a evasão e procurar adaptar à realidade do *Campus*.

Uma ação que pode servir de modelo, como aponta Adriano (2010), é a realização de reuniões com a presença dos alunos, professores, equipe pedagógica e gestores adotada pelo IF Goiano - *Campus* Rio Verde, onde durante as reuniões são discutidos os problemas enfrentados pelos alunos e professores no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e encaminhadas as possibilidades de superação desses problemas.

O trabalho coletivo, a valorização do conhecimento dos educandos e o diálogo são fundamentais para que estes se sintam bem acolhidos, evitando conseqüentemente a evasão escolar. O professor não pode basear sua prática somente na transmissão de conteúdos, exercitando a educação bancária descrita por Freire (2005), como apontam Pasquetti e Menegotto (2010, p. 112):

O Indivíduo que busca os bancos escolares na modalidade do PROEJA já não é o mesmo de outrora; é um ser que já vem com uma cultura de vida e que espera encontrar na escola uma cultura mais formal através das ações do professor que ele encontrar na sala de aula. [...] Portanto para que esse aluno desenvolva uma aprendizagem significativa, o professor deve ter consciência de que já não é mais aquele de tempos atrás, detentor do conhecimento, ele deve ser um facilitador da aprendizagem através da existência de um diálogo aberto entre as partes envolvidas nesse processo.

Logo após o questionamento dos fatores que favorecem a evasão escolar, passou-se a indagar quais as variáveis que contribuem para a permanência dos educandos. Grande parte dos docentes, 56,2%, mencionou ser o auxílio financeiro de

100,00 (cem reais) que os alunos recebem. Outras declarações como possibilidade de trabalhar, força de vontade dos alunos e compromisso de alguns professores foram apontados. Um(a) docente relatou que não há nenhum fator que incentive os alunos a permanecerem estudando.

Em seguida, foi solicitado que os pesquisados apontassem três maiores dificuldades que têm encontrado junto ao PROEJA. Analisando os relatos, observou-se que os maiores obstáculos foram: perfil inadequado para o curso técnico em informática, desmotivação dos alunos, turmas heterogêneas, dificuldades de aprendizagem, alto índice de evasão, baixa frequência e atraso para iniciar as aulas, como revela os depoimentos a seguir:

Pouco comprometimento dos alunos com as aulas; alunos cursando apenas para receber o “auxílio” (bolsa); dificuldades de aprendizagem de alguns alunos que tiveram uma base fraca. (DOCENTE 01)

Desmotivação dos alunos (não por culpa deles); alunos sem base para a área técnica; o conteúdo não flui. Os alunos pouco se envolvem, apesar do esforço em motivá-los constantemente. (DOCENTE 15)

Ausência nas aulas; dificuldades de aprendizagem; mantê-los em sala nas últimas aulas por causa do cansaço deles depois do dia de trabalho. (DOCENTE 11)

As turmas são bastante heterogêneas (exageradamente); desinteresse e falta de compromisso com os trabalhos escolares. (DOCENTE 12)

Falta de base dos conteúdos básicos de português e matemática. Alunos fracos, não conseguindo acompanhar os conteúdos. O fato de que a maioria dos alunos trabalha e chegam cansados. (DOCENTE 03)

Analisando os relatos notou-se que muitos dos docentes falaram das dificuldades que os discentes apresentavam no processo de aprendizagem, alguns chegaram a denominá-los de “alunos fracos”, “sem base escolar”, apresentando, segundo alguns professores, problemas na interpretação e produção de textos, dificuldades nas disciplinas da área técnica e nas que envolvem raciocínio lógico. Diante deste contexto, nota-se que os educadores precisam planejar suas aulas atendendo as características dos alunos, o que não significa dizer que os docentes precisam facilitar os conteúdos. Sobre este assunto, Gadotti (2006, p. 123) nos adverte que “as práticas pedagógicas não se conformam ao específico da educação de jovens e adultos, reproduzindo, muitas vezes o ensino regular de maneira inadequada e facilitadora”.

A reprodução dessas práticas pode intensificar a segregação destes alunos, excluindo-os mais uma vez do sistema educacional. A instituição precisa redimensionar a organização curricular para atender as peculiaridades da EJA, como prescreve o DB (BRASIL, 2007) ao referenciar a Resolução CNE/CEB nº 1/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, determinando no Art. 5º, Parágrafo Único:

[...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de **equidade, diferença e proporcionalidade** na

apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio de modo a assegurar:

- I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de proporcionar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

- II. quanto a diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

- III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da EJA com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (BRASIL, 2007, p. 48)

Nesse sentido, o atendimento aos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade prescritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (BRASIL, 2000) atenderá às características do público alvo, proporcionando êxitos no processo ensino-aprendizagem e na inclusão dos jovens e adultos.

Retomando a análise das falas dos pesquisados, observou-se que estes relataram o desinteresse dos alunos. No entanto, notou-se que alguns percebem que o problema não reside somente no aluno, como, por exemplo, o(a) “Docente 15” fez uma ressalva ao mencionar que a falta de estímulo não é culpa do discente, reconhecendo, assim, a necessidade de uma reestruturação no curso ofertado para o PROEJA.

Quanto à diversidade do alunado, apontada pelo “Docente 12”, em conversa com vários professores, estes também a mencionaram. Além das diversidades do público alvo, os educadores deparavam com alunos que já possuíam o ensino médio, e segundo os relatos de alguns professores, estes discentes apresentavam maior facilidade em aprender intimidando a participação dos estudantes aos quais o curso é destinado.

Além da evasão escolar apontada pelos docentes, muitos dos alunos que permaneciam estudando, costumavam faltar e chegar atrasados. As aulas no período noturno deveriam iniciar às 19h (dezenove horas), entretanto, na realidade, só iniciavam a partir das 19h45min (dezenove horas e quarenta e cinco). Segundo os professores, o transporte atrasava diariamente impossibilitando o início das aulas no horário delimitado pela instituição.

O atraso do transporte devia-se ao fato de muitos alunos trabalharem o dia todo, tendo que sair do trabalho às 18h (dezoito horas), não tendo condições de “pegar” o ônibus às 18h20min (dezoito horas e vinte minutos), pelo fato de terem que deslocar até as suas casas para tomar um banho e jantar. Por mais que tenha uma cantina funcionando no *Campus*, no período noturno, muitos discentes argumentaram que não têm condições financeiras para comprar lanche todos os dias.

Nesse contexto, o princípio da proporcionalidade (BRASIL, 2000) é claro ao referenciar os tempos e os espaços para a EJA, possibilitando às instituições que oferecem esta modalidade de ensino, organizar a distribuição e alocação dos componentes curriculares a fim de contemplar as necessidades e realidades dos alunos, desde que assegurem aos estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. Sobre os tempos e espaços, o DB (BRASIL, 2007, p. 52) ainda menciona:

Para atender as especificidades da modalidade EJA, necessária se faz a organização de tempos e espaços formativos adequados a cada

realidade. Assim, a organização do calendário escolar pode considerar as peculiaridades existentes: sazonalidade, alternância, turnos de trabalho, entre outras especificidades que surgirem à medida que essa política seja efetivamente implementada.

Finalizando o questionário, perguntou-se aos docentes a percepção de cada um sobre o futuro acadêmico e profissional dos egressos do PROEJA. Do total dos pesquisados, 12,5% não responderam à questão. No tocante à continuidade dos estudos, todos os que responderam falaram que certamente poucos alunos irão prosseguir estudando.

Quanto à carreira profissional, 87,5% mencionaram que boa parte dos egressos não irá lograr êxito. O(a) “Docente 07” ressaltou que a carreira não será muito promissora devido à falta de perfil dos mesmos com o curso oferecido. O(a) “Docente 05” relatou que a maioria se submeterá aos trabalhos que aparecerem e que nem sempre terão ligação com a área de formação. Outros ressaltaram que a falta de estudos e de dedicação, por parte de alguns alunos, irá comprometer sua atuação profissional.

Em relação à fala do(a) “Docente 05”, Arroyo (2007, p. 04) resalta que “o horizonte para os jovens e adultos, inclusive ao terminarem alguma fase da educação básica, seja o que chamam de quarta série, de oitava série, ou até a educação média, talvez seja o trabalho informal, o subemprego, a sobrevivência mais imediata”. A análise das declarações dos professores em relação à EJA vinculada a EP evidenciou a visão pessimista destes em relação ao PROEJA. Diante disso, Machado e Oliveira (2010, p. 13) apontam que os profissionais que atuam nas modalidades EJA e EP “precisarão de tempo para compreender e modificar o seu modo de pensar e agir, entendendo a relevância social e pedagógica dessa integração, bem como os desafios de uma práxis pedagógica transformadora”.

Os professores precisam refletir sua práxis junto ao PROEJA, reconhecendo as características inerentes aos alunos. O exercício do diálogo é primordial na valorização do cotidiano e na compreensão das dificuldades vivenciadas pelos educandos, tendo como objetivo macro a formação integral e a construção de cidadãos que saibam lidar com os desafios do mundo do trabalho.

3.4 A Clientela do PROEJA: Perfil e Percepção dos Discentes Atendidos

Para entender as dificuldades encontradas no PROEJA do IF Baiano - *Campus Guanambi* é relevante compreender a realidade do público atendido por este programa. Questionamentos como: quem são os sujeitos que o frequenta? Qual o seu perfil? Quais as dificuldades que eles encontram para estudar? Constituem-se em aspectos que são investigados no decorrer da análise.

O público da EJA é marcado por uma grande heterogeneidade de indivíduos, segundo Moura (2006, p. 06):

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

O mesmo autor ainda retrata que o público da EJA é formado por um contingente de pessoas marginais ao sistema, vítimas do desemprego e do subemprego, que veem no estudo a esperança de profissionalizar-se para conseguir um bom emprego para garantir a sobrevivência.

Observando o perfil dos discentes pesquisados constatou-se que há uma predominância de homens nas turmas do PROEJA do *Campus* Guanambi, perfazendo um percentual de 62,8% discentes do sexo masculino e 37,2% do sexo feminino. A forte presença do gênero masculino pode ser decorrente das diversas circunstâncias que dificultam o acesso e a permanência da mulher na instituição escolar, como retrata Santos (2006, p. 57):

Pesquisas já demonstraram que muitas jovens, adolescentes param de estudar tendo como causa a gravidez, também o casamento, situações vinculadas ao gênero feminino que interdita sua presença na escola. Nesse sentido, é fundamental a observação das causas que levam as mulheres a evadir, pois pode ser um marido ciumento que não reconhece a importância do estudo para sua companheira, necessitando aí uma intervenção cuidadosa por parte dos educadores. As mulheres das classes populares, na sua maioria, desejam que seu companheiro se capacite, objetivando o crescimento do casal, no entanto boa parte dos homens não compartilha do mesmo desejo, temem a formação de sua companheira e não as incentivam ao estudo.

Quanto à faixa etária ficou evidente a existência de um público com experiências bastante diversificadas, alunos de dezoito anos convivendo com outros acima de quarenta. Entretanto, há uma predominância de jovens, sendo que 60,5% dos discentes encontravam-se entre 18 a 21 anos, 20,9% entre 22 e 25, 9,3% entre 26 e 29, 7% entre 30 e 40 e 2,3% entre 41 e 50 anos de idade. A cerca da presença de jovens nas turmas de EJA, Brunel (2004, p. 09) descreve:

O rejuvenescimento da população que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fato que vem progressivamente chamando a atenção dos educadores e pesquisadores na área da educação. O número de jovens nesta modalidade de ensino cresce a cada ano, modificando o cotidiano escolar e as relações que se estabelecem entre os sujeitos que ocupam este espaço.

Em relação aos motivos dos jovens estarem se matriculando na EJA Carvalho (2009, p.01) ressalta:

A juvenilização, intensificada na contemporaneidade, decorre das deficiências do sistema escolar como a evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar; da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno a escola, entre outras.

Ratificando a assertiva de Carvalho, Reis (2009) em sua pesquisa intitulada A inserção dos Egressos da Educação Popular na Escola Pública: tensão entre regulação e emancipação notou que o aumento do número de jovens na EJA, além de decorrer da evasão e da repetência na escola dita “regular”, ocasionando a defasagem escolar idade/série, se dá, também, pela procura de certificação escolar para a disputa de trabalho no mercado atual.

Os fatores apontados por Carvalho (2009) intensificam a presença de jovens nas turmas de EJA, pois esta modalidade de ensino pretende oportunizar a escolarização para indivíduos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade considerada “regular”. No caso do PROEJA além da escolarização os estudantes também recebem uma qualificação profissional.

Em se falando de faixa etária “regular”, Moura (2006) ressalta que estes jovens não estudaram quando estavam nesta faixa etária, porque não tiveram oportunidade de acesso à escola ou dela foram expulsos por vários aspectos socioeconômicos, dentre eles a busca pela sobrevivência. Neste sentido, o autor ainda menciona que é preciso compreender as dificuldades que estes jovens e adultos encontraram nesta faixa etária, argumentando que:

Cabe destacar o conteúdo de preconceito que carrega essa expressão “faixa etária regular”, tão utilizada entre nós, inclusive no meio educacional. Essa expressão traz consigo uma ideia que culpabiliza os jovens e adultos que não tiveram acesso a escola, em geral por falta de oferta pública e gratuita, ou por sua inadequação as características desses jovens. Assim, por contraste com a ideia de faixa etária “regular”, esses indivíduos são estereotipados como irregulares, a margem, como se isso fosse opção, responsabilidade e culpa deles. (MOURA, 2006, p. 04).

Sobre a diversidade de faixas etárias na sala de aula, Gallego e Marques (2010) a veem como um aspecto positivo, pelo fato de contribuir para o enriquecimento do conhecimento, uma vez que os discentes jovens trocam experiências com os adultos, compartilhando as diversas realidades vivenciadas no cotidiano, relatando que um grupo heterogêneo permite aos alunos criar relações e conviver com pessoas com experiências de vida distintas, com diferentes maneiras de ver o mundo e experiências diversas.

Santos (2006) concorda com a afirmação das autoras, contudo acrescenta outra abordagem em relação a heterogeneidade, ao mencionar que os educandos da EJA são representantes da desordem dos padrões da escola regular, salientando:

O aluno/a aluna da EJA foi expulso (a) da escola regular ou a ela não chegou. Está fora da idade considerada “certa”; na maioria das vezes é um aluno/uma aluna que trabalha, ou está à procura de trabalho, não tendo tempo disponível, principalmente no que os professores consideram como tempo ideal para aprofundar seus estudos. Diante disso, os alunos e as alunas da EJA são a própria desordem da escola regular e explicitam, desvendam os fracassos desse modelo “ideal” escolar. (SANTOS, 2006, p. 54).

Outro fator fundamental para caracterizar o público da EJA é a categoria étnico-racial. Analisando os discentes pesquisados constatou-se que 79% consideraram-se pretos e/ou pardos, ratificando mais uma das características desse público.

No tocante ao estado civil constatou-se que 76,7% eram solteiros, isso se deve ao grande número de jovens existente nas turmas, 14% afirmaram ser casados, 7% declararam ter união estável e 2,3% assinalaram a opção outra situação. Quando indagados se têm filhos, apenas 16,3% eram pais ou mães, sendo que 83,7% não tinham filhos.

Quanto à procedência deles, como mostra o gráfico abaixo, a maioria afirmou residir na cidade de Guanambi, sendo que 46,5% eram provenientes da zona rural, enquanto que 53,5% eram de origem urbana. Dentre os discentes da zona rural, muitos eram oriundos das fazendas e povoados do município de Guanambi/Bahia. A

predominância de estudantes de Guanambi se explica pelo próprio processo seletivo, já que o candidato tem que se deslocar até esta cidade para participar da seleção. Além disso, o deslocamento de outras cidades, à noite, pode ser difícil e dispendioso para os alunos de baixa renda.

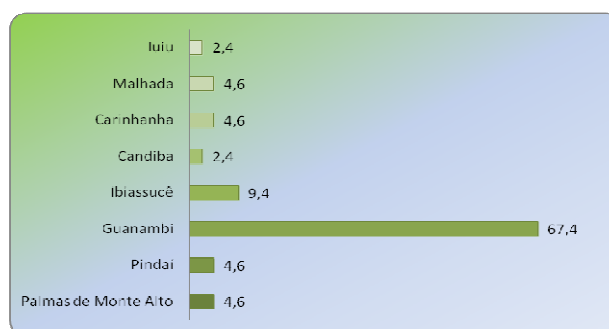


Gráfico 04 - Procedência dos discentes do PROEJA do IF Baiano *Campus* Guanambi

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando que o público da EJA é composto por jovens, em sua maioria, provenientes de famílias menos favorecidas que sobrevivem com baixos salários, ao analisar o fator renda, notou-se que 69,8% possuíam uma renda familiar de até um salário mínimo, evidenciando as dificuldades econômicas enfrentadas por estes discentes e suas respectivas famílias, 23,2% recebiam de um a dois salários e 7% mencionaram não saber a renda da sua família. Em relação ao fator socioeconômico, Brasil (2006b, p. 15) discorre:

Os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social: são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm) [...].

Buscou-se também verificar a quantidade de discentes empregados e constatou-se que um grande número de jovens e adultos eram vítimas do desemprego, visto que 44,2% não estavam trabalhando, havendo somente 55,8% inseridos no mercado de trabalho. Em relação à convivência entre alunos trabalhadores e discentes que não trabalham, Gallego e Marques (2010, p. 115) expõem:

Pode-se inferir então que um curso de PROEJA, em que a questão profissional está ainda mais presente em sala de aula, por se tratar também de formação para o trabalho, que a riqueza das trocas de conhecimentos trazidos pelos alunos do mundo do trabalho é ainda mais importante. Tal relevância está no fato de o PROEJA ser uma instância de encontro entre alunos que ainda não entraram no mundo do trabalho, com outros que, apesar de não terem a formação escolar, já tem uma longa história como trabalhadores, desse modo propiciando um encontro que pode ser muito enriquecedor para todos os envolvidos, tanto em termos de seu crescimento como sujeitos, quanto na construção dos novos conhecimentos necessários a esta nova atividade profissional.

Diante dessa realidade, é imprescindível que o educador valorize as experiências dos educandos, buscando enriquecer o diálogo e a construção do conhecimento, bem como aproximar o ambiente escolar da vida dos alunos. Sobre esta afirmativa, Zen

(2010, p. 59) ressalta:

Ao estabelecer a relação entre os conhecimentos vividos pelos alunos, oriundos da prática social global, incluindo o mundo do trabalho com os saberes escolares, o diálogo torna-se uma necessidade fundamental na problematização da realidade. A educação problematizadora e, portanto, humanizadora funda-se numa relação dialógico-dialética entre educador e educando em que ambos aprendem juntos. O diálogo é, assim, uma exigência existencial que possibilita a comunicação e permite ultrapassar o imediatamente vivido [...].

Em relação aos estudantes que não estavam trabalhando, os principais motivos que dificultavam a inserção no mercado de trabalho, segundo os relatos, foram a falta de experiência e de vagas de trabalho e a preferência em se dedicar aos estudos. Quanto à faixa etária, observou-se que a maioria encontrava-se entre 18 a 21 anos.

Dentre os que se encontravam trabalhando, como se pode observar no gráfico abaixo, é notória a informalidade do trabalho, pois a maioria não possuía carteira registrada, vivendo no subemprego e na insegurança.

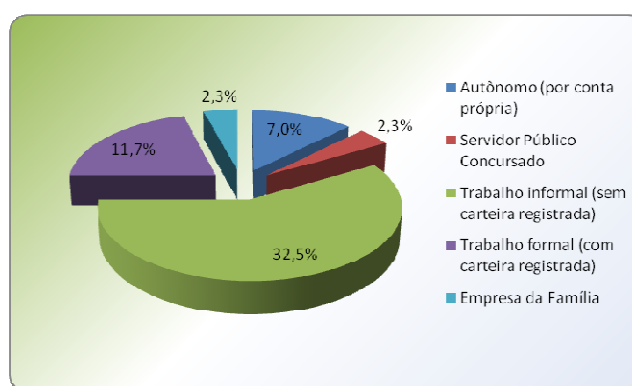


Gráfico 05 - Situação ocupacional dos discentes trabalhadores

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados disponíveis no PNAD²³ (2009) revelam que o quantitativo de trabalhadores com carteira assinada, no Brasil, tem aumentado significativamente no decorrer dos anos. Entretanto, observando os dados da região Nordeste, região na qual os pesquisados estão geograficamente inseridos, observa-se que o índice de trabalhadores no mercado informal encontra-se maior que nas demais regiões brasileiras. Em relação ao grande contingente inserido no emprego informal, quando indagados sobre qual seu tipo de trabalho, as respostas mais presentes foram: doméstica, diarista, balconista, agricultor e servente de construção civil.

Observando a faixa etária dos discentes trabalhadores verificou-se que 25,5% encontravam-se entre 18 a 21 anos, 16,3% entre 22 a 25 anos, 7% entre 26 a 29 e 7% tinham acima de 30 anos de idade. Analisando, especificamente, o grau de escolaridade e a idade dos 11,7% que afirmaram trabalhar com carteira registrada, observou-se que 7% não haviam concluído a educação básica, enquanto que 4,7% já possuíam o ensino médio. Quanto à faixa etária todos se encontravam entre 23 a 28 anos de idade.

²³ Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1916&z=pnad&o=3&i=P>. Data de Acesso: 22/12/2011.

Em relação à jornada de trabalho, dos 55,8% que afirmaram estar trabalhando, praticamente metade dos trabalhadores, 27,9%, afirmaram ter uma carga horária de 07 a 09 horas diárias. Com isso constatou-se que a necessidade em conciliar trabalho e escola constitui um desafio para os estudantes da EJA, pois muitos passam o dia todo trabalhando, não tendo tempo para dedicar aos estudos.

Em seguida, perguntou-se aos discentes que trabalhavam se eles auxiliavam nas despesas da família, onde se verificou que a maioria contribuía, tendo 16,3% que afirmaram pagar todas as despesas, 34,9% que assinalaram ajudar parcialmente, sendo que somente 4,6% alegaram não contribuir.

3.4.1 Conhecendo a Trajetória Escolar do Público do PROEJA

Analisando a trajetória escolar do público pesquisado, notou-se que 44,2% possuíam o ensino médio. Esta realidade, indicada pelo gráfico 06, contraria os objetivos propostos pelo DB (BRASIL, 2007) ao mencionar os grupos destinatários da política de integração da educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio na modalidade EJA.

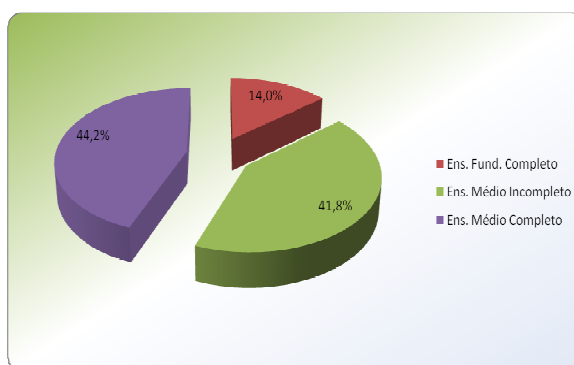


Gráfico 06 - Escolaridade dos discentes do PROEJA do *Campus Guanambi*

Fonte: Dados da pesquisa.

Em conversa com alguns membros da comissão responsável pelo processo seletivo, estes relataram que isso ocorre porque o público a quem o programa é destinado não preenche as 40 (quarenta) vagas.

Em 2009, Nascimento realizou uma pesquisa sobre a implementação do PROEJA na EFAJIT, hoje *Campus Guanambi*, na qual constatou que o público alvo constitui minoria nos processos seletivos, não preenchendo as 40 (quarenta) vagas. Neste sentido a pesquisadora ressalta:

O estudo de caso da EFAJIT, agora *campus Guanambi*, mostra que o problema para atingir o público-alvo do PROEJA pode estar muito além do tipo de seleção escolhida pelas escolas, pois nem mesmo através da entrevista, sem primar por qualquer forma de conhecimento formal e ainda priorizando os alunos do ensino fundamental, independente da sua pontuação, fez com que se preenchessem as vagas destinadas a eles e o mais grave, esses sujeitos apareceram minoritariamente para tentar o ingresso (NASCIMENTO, 2009, p. 97).

Observou-se, assim, que a realidade apontada por Nascimento em 2009 continua se perpetuando no PROEJA do *Campus Guanambi*, visto que, em 2011, o público alvo não preencheu as vagas ofertadas. O fato de o processo seletivo ser realizado somente na cidade de Guanambi pode corroborar para a exclusão deste público.

Além disso, é relevante que o *Campus* reflita sobre a divulgação do processo seletivo do PROEJA, pois esta tem sido realizada junto aos demais cursos oferecidos pela instituição. A divulgação do processo seletivo é realizada pela equipe responsável pela divulgação, que passa pelas escolas do município e região distribuindo cartazes e panfletos sobre os cursos oferecidos. Constatou-se, no presente estudo, a relevância de ter uma equipe específica para a divulgação do curso destinado ao PROEJA, para que esta possa divulgá-lo nas escolas que oferecem EJA para as últimas séries do ensino fundamental, bem como nos sindicatos e associações dos bairros e comunidades, a fim de contemplar aqueles que se encontram fora da instituição escolar, aproveitando o momento para mapear as demandas sugeridas pelos indivíduos que não concluíram a educação básica.

Retornando à apresentação dos resultados da pesquisa de campo, ao investigar a escolaridade dos discentes do PROEJA buscou-se conhecer, também, o “grau” de ensino dos pais desses educandos. Ao serem indagados sobre a escolarização de seus pais, notou-se que apenas 12,8% possuíam o ensino médio, enquanto que 57% não concluíram a educação básica, 10,5% nunca frequentaram uma instituição escolar, 1,2% possuía o ensino superior e 18,5% assinalaram não saber a escolaridade de seus pais.

No intuito de saber se os alunos são oriundos de instituições públicas ou privadas, perguntou-se onde cursaram o ensino fundamental. As respostas a este questionamento ratificaram os dados das condições socioeconômicas das famílias dos discentes, visto que a maioria pertence à classe menos favorecida, cujos pais não dispõem de recursos financeiros para manter seus filhos em instituições particulares, sendo 97,7% provenientes de instituições públicas, 2,3% estudaram parte em escola pública e parte em particular. Dos 97,7%, apenas 7% estudaram em turmas de EJA, através do ensino supletivo.

Considerando que o público da EJA é vítima de várias dificuldades, especificamente socioeconômicas, que lhes impossibilita ter uma trajetória escolar considerada regular, perguntou-se aos pesquisados se eles já pararam de estudar em algum momento e qual(is) o(s) motivo(s) que os levaram a interromper os estudos, obtendo os seguintes resultados:

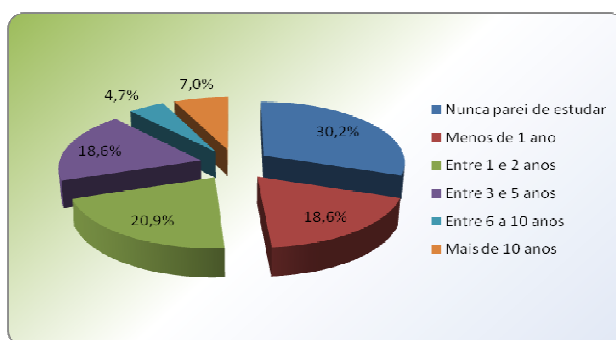


Gráfico 07 - Tempo que os discentes matriculados no PROEJA do IF Baiano *Campus* Guanambi pararam de estudar

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os dados percebeu-se que os alunos que assinalaram as opções “nunca parei de estudar” ou “menos de um ano” sem estudar, foram, principalmente, os discentes que já tinham o ensino médio, que neste caso não constituía o público alvo do PROEJA, enquanto que dentre os destinatários deste programa, notou-se que a maioria teve que interromper os estudos por algum tempo.

Em relação aos motivos que influenciaram a interrupção dos estudos, os discentes mencionaram dificuldades financeiras, trabalho e tratamento médico, sendo que a maior parte declarou a necessidade de trabalhar. Continuando a análise da trajetória educacional, constatou-se, como demonstra o gráfico abaixo, que muitos discentes já foram reprovados em alguma série.

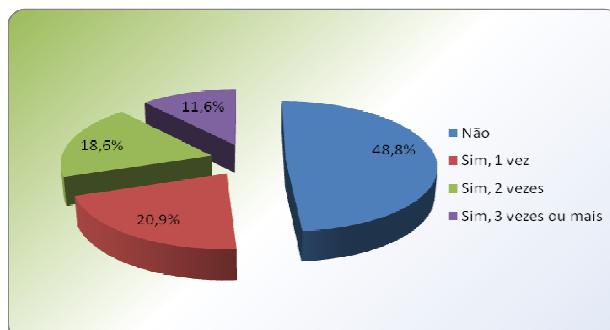


Gráfico 08 - Reprovação dos discentes do PROEJA do *Campus Guanambi* ao longo da trajetória escolar

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando as respostas dos pesquisados, dentre os 51,2% que assinalaram terem sido reprovados em alguma série, 32,6% eram alunos que não possuíam a educação básica completa. Esta realidade apontou que a interrupção dos estudos assinalada pelo gráfico 07, tem sido uma característica do público do PROEJA do *Campus Guanambi*, quando comparado com o percentual de reprovação ao longo da trajetória escolar.

3.4.2 Motivos de ingresso e expectativas dos alunos em relação ao PROEJA

O principal objetivo do PROEJA é proporcionar escolarização vinculada à qualificação profissional, enfocando a formação integral do cidadão. No caso do ensino médio, o indivíduo tem a oportunidade de concluir a educação básica aliada à qualificação. Acerca da proposta do programa Moura (2006, p. 03) assinala:

A concepção do PROEJA traçada no documento base está inscrita no marco da construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamenta-se nos eixos norteadores nas políticas de educação profissional atualmente vigentes: a expansão da oferta pública de educação; o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da formação integral do cidadão (Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio) - formação esta que combine, na sua prática e nos seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, trabalho, ciência e cultura - e o papel estratégico de educação profissional nas políticas de integração social.

Levando-se em consideração o objetivo do programa, perguntou-se aos discentes o principal motivo que os levou a se matricular no PROEJA, obtendo-se o seguinte resultado: 37,2% assinalaram a opção concluir o ensino médio juntamente com o técnico, 32,5% ensino público e de qualidade, 23,3% mencionaram realização pessoal e

7% assinalaram a alternativa outros, salientando o interesse pela parte técnica do curso oferecido.

Ao serem questionados sobre o acesso ao computador, ficou evidente que grande parte dos alunos, 44,2%, não tinha essa ferramenta em casa, tendo acesso somente na escola, *lan house* e/ou no trabalho. É importante ressaltar que a sala de internet encontrava-se fechada no período noturno, com isso, os alunos tinham acesso ao computador somente nas aulas práticas.

Considerando o grande quantitativo de evasão no decorrer do curso, perguntou-se aos discentes se eles já pensaram em desistir, obtendo-se uma resposta infeliz, pois 44,2% assinalaram que sim, enquanto que somente 55,8% mencionaram que não. Quanto aos motivos que suscitam a desistência, os alunos relataram aspectos como trabalho, desânimo, problemas com o transporte e dificuldades nas disciplinas da área técnica. Este último motivo foi ressaltado pelos discentes que não concluíram o ensino médio.

Os obstáculos apontados comungam com os fatores que favorecem o abandono dos alunos destacados pelos docentes. As dificuldades nas disciplinas da área técnica, apontadas por alguns alunos, confirmaram o pronunciamento dos professores ao mencionar que o curso técnico em informática não é adequado para o público do PROEJA.

Logo após, buscou-se saber com qual frequência eles costumavam faltar às aulas. Sendo que 48,8% mencionaram nunca terem faltado, 16,3% assinalaram faltar uma vez por semana, 11,6% duas vezes ao mês e 23,3% marcaram a opção outros. Dentre as situações que os levavam a ausentar-se das aulas destacam-se problemas com o transporte, dificuldades financeiras, trabalho e casos de urgência. Estas ausências confirmam o relato dos docentes que registraram a “baixa” frequência como uma das dificuldades encontradas nas turmas do PROEJA.

Compreendendo as dificuldades que estes alunos encontravam para estudar, como dificuldades com transporte, conciliar trabalho e escola, dentre outros, questionou-se os motivos que contribuíram para a sua permanência no curso, obtendo os seguintes dados: 67,4% assinalaram que o curso é de boa qualidade, 16,3% destacaram que se sentem bem acolhidos na instituição, 2,3% o subsídio de R\$ 100,00 (cem reais) e 14% marcaram a opção outros, enfocando a importância da parte técnica. Estes 14% constituíam-se de alunos que possuíam o ensino médio, dando maior relevância às disciplinas da área técnica do curso.

Notou-se que, apenas, 2,3% mencionaram o auxílio estudantil como fator de permanência, contrariando assim a afirmação de 56,2% de docentes que destacaram o subsídio financeiro como o principal motivo dos alunos continuarem frequentando o curso. O subsídio de R\$ 100,00 (cem reais) passou a ser oferecido no segundo semestre de 2008 e segundo os dados obtidos, no primeiro semestre de 2011, 67,4% dos discentes eram beneficiados. Para receber este benefício é necessário preencher os critérios estabelecidos pelo PAISE que envolve especificamente a renda familiar, contemplando os discentes cujas famílias possuem baixa renda. Em conversa com os alunos beneficiados estes relataram dificuldades financeiras em pagar o transporte e outras despesas, visto que sempre há atrasos no pagamento do auxílio, especificamente no início do primeiro semestre.

Partindo do pressuposto que o suporte pedagógico e a infraestrutura contribuem para a permanência dos discentes, foi questionado o apoio da coordenação de ensino, havendo respostas bastante díspares. Dentre os discentes pesquisados, 32,6% apontaram que a coordenação tem auxiliado alunos e professores, 13,9% mencionaram que tem ajudado os alunos que apresentam dificuldades, 4,6% disseram que auxilia somente os

professores a superarem as dificuldades, 16,3% pronunciaram que não interfere em assuntos da sala de aula e 32,6% proferiram que a coordenação tem dificuldades em passar informações sobre o curso. Reconhecendo a importância do apoio da gestão de ensino aos cursos PROEJA, Machado e Oliveira (2010, p. 13-14) descrevem:

O processo de integração dos dois subcampos da educação, EJA e EP, indica a necessidade de acompanhamento, de análise, de formação e de diálogo permanente entre os agentes que atuam na gestão e nas instituições formativas desses dois subcampos, uma vez que tal integração implicará paulatinamente mudança na natureza, no caráter, nos valores, nas finalidades, nos projetos pedagógicos e nas práticas de formação no interior das instituições formativas.

Neste sentido, as pessoas envolvidas na gestão, bem como os professores precisam estar atentos às dificuldades e necessidades do público da EJA, a fim de compreenderem suas dinâmicas de vida, garantir a permanência e o êxito no processo ensino-aprendizagem, favorecendo uma educação integral, que prepare o indivíduo para a vida.

Quanto à infraestrutura necessária para o funcionamento do curso oferecido, 55,8% relataram ser adequada, porém não estar disponível para os alunos, 11,6% assinalaram não ser adequada e 32,6% pontuaram ser parcialmente adequada. Verificou-se assim, a necessidade de avaliar as condições dos equipamentos favoráveis para o bom funcionamento do curso, bem como a utilização dos já existentes. É preciso ter uma boa infraestrutura e disponibilizá-la de forma eficaz para os discentes da EJA.

Outro aspecto analisado foi relacionado às expectativas dos alunos, seus anseios em relação ao mundo do trabalho e perspectivas após a conclusão do curso. Ao serem indagados sobre o que pretendem fazer após o término do curso, 44,2% disseram que desejam ingressar em uma universidade, 20,9% apontaram conseguir um emprego melhor, 16,3% assinalaram trabalhar, 11,6% ainda não decidiram sobre o que irão fazer e 7% apontaram a alternativa “outros”, mencionando que pretendem trabalhar e cursar o ensino superior.

Observou-se, no decorrer da pesquisa, que havia um grande percentual de discentes que almejavam dar continuidade aos estudos, contrapondo assim à proposição dos 87,5% professores que ressaltaram que poucos alunos iriam prosseguir a carreira acadêmica. Sabe-se que a conclusão do ensino médio vinculado à qualificação profissional, não garantirá uma vaga de emprego no mercado de trabalho, mas abrirá possibilidades para que o indivíduo possa lutar pelos seus ideais. O DB (BRASIL, 2007, p. 13) destaca que “não se pode subsumir a cidadania à inclusão no “mercado de trabalho”, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e ao mundo”. Sobre este assunto, Soares *et al* (2010, p. 37) afirmam que:

Não se pode negar que o PROEJA é pressuposto para que jovens e adultos possam enfrentar o mundo da tecnologia, no sentido de obter conhecimento, não apenas para compreensão geral da vida, mas também como necessidade de sua inserção ou permanência no mundo do trabalho [...].

No tocante a inserção no mercado de trabalho, perguntou-se aos discentes se a conclusão do curso técnico em informática iria facilitar a sua empregabilidade, considerando a importância da área de informática na cidade de Guanambi e região. Dentre os pesquisados, 44,2% afirmaram que será fácil inserir-se no mercado pelo fato

da oferta de emprego nesta área ser muito boa em Guanambi e região, 9,3% discordaram da afirmativa anterior, 7% apontaram que as vagas de emprego nesta área já estão saturadas, 37,2% afirmaram não saber se será fácil inserir no mercado porque até o presente momento ainda não procuraram trabalho e 2,3%, apenas um discente, marcou a alternativa outros, não justificando sua opinião.

Após conhecer os motivos e as expectativas dos discentes, bem como sua visão em relação ao curso na modalidade EJA, foi questionado através de pergunta aberta, na qual os pesquisados responderam de forma subjetiva, se havia mudado alguma coisa em suas vidas desde que iniciaram o curso. As respostas obtidas foram bastante idênticas, pois a maioria dos alunos afirmou haver aprendido muito em relação à área de informática e/ou ampliado seus conhecimentos nesta área.

Estas afirmativas podem estar associadas ao fato do grande contingente de estudantes não constituírem o público alvo do PROEJA, tendo um maior interesse pela profissionalização. Alguns educandos mencionaram que o curso modificou seu olhar para a vida e para o mundo, como mostra os relatos a seguir:

Muita coisa, além dos assuntos que aprendi na área técnica, a convivência com as pessoas e o meu olhar em relação à vida. (D 35)

Sim, alguns conhecimentos que são essenciais para minha pessoa a frente do mercado ou o dia a dia. (D 43)

Sim. O aprendizado, o jeito de ser entre outros. (D 32)

Ainda no bloco das questões abertas, foi solicitado aos alunos que apresentassem sugestões para amenizar a evasão escolar, visto que muitos que ingressaram não conseguiram concluir o curso. Dentre as diversas opiniões, as mais recorrentes foram: oferecer o curso como subsequente ao ensino médio - sugestões dadas pelos alunos que tinham o ensino médio; garantia de transporte e lanches; mais aulas práticas; modificação na metodologia utilizada pelos professores, a fim dos alunos compreenderem melhor os conteúdos; e palestras para incentivar os discentes. Muitos alunos afirmaram que o curso é muito difícil e tem uma carga horária “pesada”. O (a) “D 34” descreveu que o curso de informática é inadequado ao público da EJA. Esta afirmativa corrobora com as manifestações de muitos professores, que veem a necessidade de ofertar outro curso para o PROEJA.

A partir dos dados obtidos constatou-se que os alunos do PROEJA do *Campus Guanambi* são marcados pela heterogeneidade, apresentam trajetória escolar fragmentada, muitos têm frequência escolar irregular e apresentam dificuldades, especificamente, nas disciplinas da área técnica.

O quantitativo de alunos com ensino médio inseridos no programa é algo que a instituição precisa redimensionar, a fim de admitir somente discentes que não tenham concluído a educação básica, precisando buscar meios para alcançar o público alvo, bem como criar estratégias que garantam a permanência e o êxito dos educandos. Àqueles que já concluíram o ensino médio a Instituição deve oferecer um curso profissionalizante subsequente ao médio, e não um curso de EJA.

3.5 As Causas da Evasão: Interpretações das Informações Obtidas

A evasão tem sido uma realidade enfrentada pela EJA. Nota-se que muitas instituições têm tratado esta modalidade nos mesmos padrões do ensino “regular”, contribuindo para a segregação dos jovens e adultos. Conti e Rocha (2010) ressaltam os

impactos da EJA na constituição histórica como modalidade de ensino, salientando que a mesma é marcada por exclusões e uso de metodologias que não atendem as camadas populares.

Arroyo (2005, p. 46) relata que “a EJA não foi inventada para fugir do sistema público, mas porque neste não cabiam as trajetórias humanas dos jovens e adultos populares”. Por isso, as instituições devem considerar as características inerentes à EJA, como esclarece Arruda (2010, p. 77), “em se tratando de uma modalidade da educação básica, assume uma especificidade própria, precisando considerar a realidade do estudante e a proposição de um modelo pedagógico próprio”.

Na tentativa de compreender o perfil e, principalmente, os motivos que contribuíram para a evasão escolar nas turmas do PROEJA do *Campus* Guanambi, foram realizadas entrevistas com alunos(as) evadidos(as) do curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA.

Utilizou-se como referência para a definição do conceito de evasão a Resolução Nº 05, de 29 de março de 2011, que normatiza a Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, na qual em seu Capítulo XIV, Artigo 94 Parágrafo Único (IF BAIANO, 2011, p. 29) ressalta:

Compreende-se por desistência, o estudante que solicita o cancelamento de sua matrícula no curso e, **por evasão, (grifo nosso)** o abandono da escola por parte do estudante que não comparecer ao estabelecimento de ensino por um bimestre.

A entrevista foi realizada com alunos que evadiram-se no interstício de 2009 a 2011. Segue abaixo tabela demonstrando o quantitativo de matrículas e evasão no decorrer destes anos.

Ano	Matriculados	Reprovados	Evadidos
2009	40	04	22
2010	44	07	27
2011	47		24
Total	131	11	73

Tabela 01 - Quantitativo de matrículas, reprovação e evasão no curso Técnico em Informática do *Campus* Guanambi no interstício de 2009 a 2011

Fonte: Secretaria de Registros Escolares do IF Baiano *Campus* Guanambi, Maio/2011.

Do total de evadidos (73), como mostra a tabela acima, foram entrevistados somente 22 (vinte e dois) devido à dificuldade em localizá-los. Dentre estes, analisando os dados resultantes das entrevistas verificou-se que 63,6% são do sexo feminino e 36,4% do sexo masculino.

Estes dados corroboraram com os estudos feitos sobre a permanência de um maior número de homens frequentando as turmas do PROEJA do *Campus* Guanambi, conforme resultados da análise do questionário aplicado aos alunos, bem como da afirmativa de Santos (2006) ao mencionar os fatores que impossibilitam a presença da mulher na instituição de ensino.

Quanto à faixa etária, como pode ser notado no gráfico abaixo, constatou-se que grande parte dos(as) evadidos constituíam-se de jovens entre 18 a 25 anos de idade.

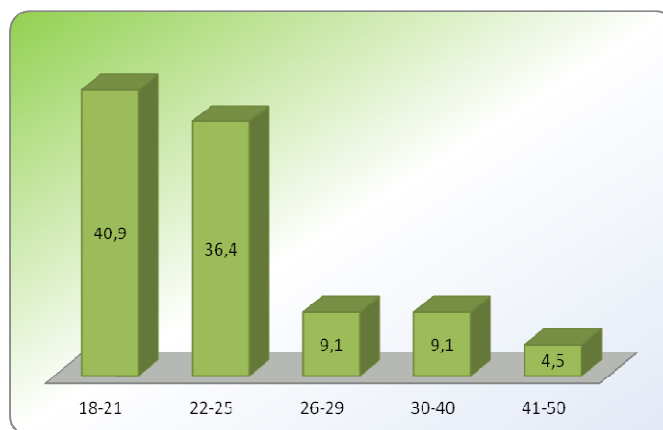


Gráfico 09 - Faixa etária dos discentes evadidos do curso Técnico em Informática vinculado ao PROEJA do IF Baiano *Campus* Guanambi no interstício de 2009 a 2011
Fonte: dados da pesquisa.

Analisando a escolaridade, observou-se que 31,8% já haviam concluído a educação básica antes de ingressar no curso PROEJA, enquanto que 27,3% possuíam ensino médio incompleto e 40,9% ensino fundamental, sendo que dois discentes estudaram o fundamental através do ensino supletivo EJA. Observando a faixa etária dos que mencionaram não ter concluído o ensino médio, notou-se que grande parte constituía-se de jovens entre 19 a 24 anos, como evidencia o gráfico abaixo.

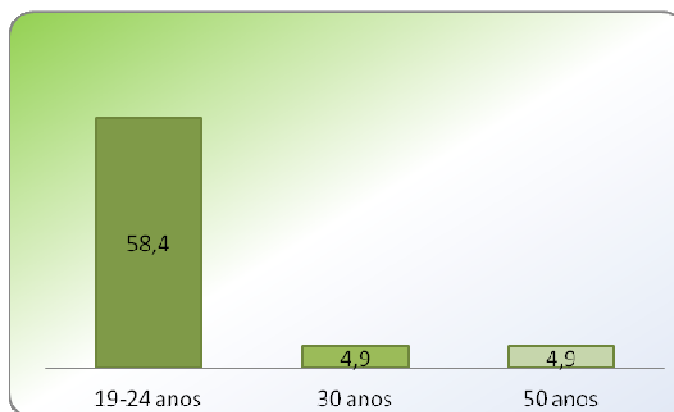


Gráfico 10 - Faixa etária dos discentes evadidos que não possuíam Educação Básica
Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante ao local de moradia, 81,8% afirmaram residir no município de Guanambi e 18,2% nas cidades circunvizinhas (Candiba, Pindaí e Urandi), sendo que a maioria, 60,6%, reside na zona rural.

Em relação à empregabilidade, observou-se que 63,6% encontravam-se trabalhando, enquanto que 36,4% não estavam inseridos no mercado de trabalho. Analisando a faixa etária dos que se encontravam trabalhando, notou-se que 45,6% constituíam-se de jovens entre 19 a 25 anos de idade, 4,5% tinham 29 anos, 4,5% 30, 4,5% 40 e 4,5% 50 anos de idade.

Quanto à escolaridade, notou-se que a maioria dos trabalhadores, 50%, era composta de pessoas que não haviam concluído a educação básica e 13,6% já tinham finalizado o ensino médio. Observando a faixa etária dos desempregados, observou-se que este contingente era formado de jovens entre 19 a 29 anos, sendo que 22,8% já

havam concluído o ensino médio, enquanto que 13,6% não haviam finalizado. Dentre os desempregados com ensino médio 18,3% declararam estar cursando o ensino superior.

Na tentativa de compreender a evasão escolar, perguntou-se aos entrevistados os motivos que os levaram a abandonar o curso. Duas ex-alunas apontaram a gravidez como agente de desistência, sendo que a maioria, como retrata os relatos abaixo, apontou problemas com o transporte, falta de incentivo dos professores, trabalho, cansaço, dificuldades nas disciplinas da área técnica.

Desisti porque trabalho o dia todo e a noite já estava cansado. No início achei o curso difícil porque tinha um bom tempo que não estudava, mas depois foi ficando fácil. Arrependi muito de ter desistido. Já iniciei o ensino médio em outra escola e não terminei pelo mesmo motivo. (E 16)

Falta de transporte. O curso é difícil, fiz o supletivo para concluir a oitava série. A gente que faz supletivo sente muita dificuldade para o estudo normal. (E 12)

Estava tendo muitas dificuldades nas disciplinas da área de informática. Minhas notas estavam muito baixas nestas disciplinas, daí preferi sair e cursar somente o ensino médio em outra escola. (E 19)

Não tenho tempo para estudar porque trabalho o dia todo. Não tinha tempo para fazer os trabalhos exigidos, pois havia muita cobrança, muitos trabalhos para entregar. (E 08)

Para mim a carga horária é muito pesada. Os professores não incentivavam muito. Eu amava o curso, porém devido trabalhar o dia todo ficava muito cansativo. Agora estou cursando supletivo em outra escola. (E 18)

Desisti porque fui aprovada para o ensino superior. (E 03)

Tive a oportunidade de fazer um curso superior. (E 07)

O fato de entrar na faculdade me impediu de continuar o curso. (E 06)

O programa do curso não foi o que eu esperava, queria que tivesse mais aulas práticas, daí preferir sair para trabalhar. (E09).

Os motivos que suscitaram o abandono escolar ressaltados pelos(as) entrevistados(as), aproximou-se das dificuldades em permanecer estudando, relatadas pelos discentes que se encontravam frequentando o curso no decorrer da pesquisa.

A declaração do(a) “E 18”, destacada acima, apresenta como motivo de desistência, uma situação muito comum aos alunos de EJA. Enfatizando essa realidade Oliveira e Paludo (2010, p. 131) explanam que o público da EJA “busca a escola por necessidade de qualificação e progressão funcional, no entanto já possui várias responsabilidades e tem que priorizar algumas. Por esse motivo, busca um Ensino Médio mais aligeirado por não conseguir conciliar trabalho e estudo”.

Diante dessa realidade, torna-se evidente a necessidade de rever os tempos e

espaços, como preceitua as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (CNE/CEB Nº. 1/2000). A fala do (a) “E 18” deixa evidente que o curso PROEJA na forma como está sendo oferecido não atende a realidade de muitos indivíduos, como ressalta as autoras Oliveira e Paludo (2010, p. 131) “nesse caso o curso PROEJA não atende às necessidades imediatas de qualificação rápida” porque muitos alunos “não dispõem de tempo para concluir o curso”.

As dificuldades encontradas no curso, especificamente nas disciplinas da área técnica, foram apontadas pelos(as) evadidos(as) que não tinham educação básica. Os relatos dos(as) “E 12” e “E 19”, confirmam os depoimentos dos docentes quando estes ressaltaram a necessidade do *Campus* rever a oferta do curso técnico em informática.

Analisando as falas dos entrevistados notou-se que os que já possuíam o ensino médio não relataram dificuldades com as disciplinas da área técnica, ressaltando outros motivos para a desistência, como oportunidade de fazer um curso superior e/ou o curso não atendeu as minhas expectativas, pois deveria ter mais aulas práticas, como afirmaram os “E03”, “E 07”, “E 06” e “E 09”. Estas divergências entre os motivos que levaram a evasão ratificam a afirmativa dos docentes ao mencionar que o curso técnico em informática não atende o perfil do público do PROEJA.

Observando os motivos que suscitaram a evasão dos(as) ex-alunos(as), especificamente os que não concluíram a educação básica, percebe-se que estes tiveram, mais uma vez, sua trajetória escolar interrompida. Segundo Gomes e Carvalho (2010, p. 26) “as perdas de estudantes que iniciaram, mas não concluíram seus cursos, se configuram em desperdícios sociais, econômicos e, principalmente, acadêmicos”.

Estes indivíduos sofreram novamente os impactos da exclusão, por não visualizar na instituição e no curso oferecido suas particularidades. Nesse sentido, cabe ao *Campus* ouvir as sugestões apontadas pelos alunos para redimensionar a oferta do curso e, conseqüentemente, garantir a permanência, como retratam Oliveira e Paludo (2010, p. 133):

[...], há que se avançar para uma normatização que rompa com o antigo conceito de escola para todos, mas que busque a equidade no acesso e igualdade de condições para a permanência por meio de mecanismos que permitam a flexibilização da organização didática, especificamente para os cursos PROEJA, que adentraram a resistente organização didática das escolas de excelência. O que não significa oferecer uma educação “menor”, mas uma educação adequada às especificidades dos estudantes, jovens e adultos, que procuram os cursos PROEJA.

Quando se fala em rever a organização didática do curso para os alunos do PROEJA, não se pretende dizer que é preciso ter menos cobrança dos alunos, como afirma as autoras acima citadas, mas sim considerar as especificidades inerentes a este público.

As instituições que oferecem o PROEJA ao tomarem consciência da importância dos tempos e espaços para a EJA, aliada à valorização das experiências e das sugestões dos discentes no processo educativo irá contribuir para a permanência e êxito dos estudantes, favorecendo a formação integral do indivíduo, bem como a conclusão da educação básica vinculada a formação profissional.

Ao final da entrevista, indagou-se aos(as) evadidos(as) o que eles sugeriam para amenizar a evasão escolar, obtendo as seguintes propostas:

Mais aulas práticas, mais aulas relacionadas ao curso. (E 05)

Transporte gratuito, mais aulas práticas. (E22)

Sugiro mais palestras motivacionais e mais aulas práticas, bem como eventos na área, como uma feira de informática. (E 03)

Que a duração do curso seja reduzida. (E 06)

Horários mais flexíveis, pois muitas pessoas dependem do seu trabalho. (E 07)

Transporte gratuito. (E13)

Observando as opiniões notou-se que os anseios dos evadidos(as) comungam com as sugestões relatadas pelos discentes que permaneciam estudando, no tocante à ampliação de aulas práticas, transporte gratuito e realização de palestras para incentivar os alunos, sendo que os(as) entrevistados(as) “E 06” e “E 07” sugeriram que a duração do curso fosse reduzida, com horários mais flexíveis, visto que muitas pessoas precisavam trabalhar e estudar. Vale ressaltar que as sugestões concernentes ao aumento de aulas práticas foram proferidas pelos evadidos que já haviam concluído o ensino médio, não se constituindo no público alvo do PROEJA.

Nesse sentido, cabe à instituição rever como está sendo estruturado o processo seletivo (divulgação e seleção) e/ou refletir a oferta do curso técnico em informática, visto que o *Campus* oferece este curso há quatro anos e das cinco turmas que ingressaram, nenhuma foi composta somente pelo público alvo do PROEJA - que deve ser constituído de pessoas maiores de dezoito anos que não concluíram a educação básica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o aporte teórico utilizado para o desenvolvimento deste estudo notou-se que a EJA desde o Brasil Colônia foi marcada por programas educativos insuficientes e transitórios não logrando êxito na redução significativa do elevado percentual do analfabetismo brasileiro.

Os modelos de produção sobrevividos do capitalismo fortaleceu a divisão de classes, favorecendo, conseqüentemente a camada dominante em detrimento da segregação dos menos privilegiados. Observou-se também que o trabalho informal tem aumentado, absorvendo, especificamente, jovens e adultos das classes populares.

Considerando o objetivo proposto pelo PROEJA, percebeu-se que este programa marcou significativamente a trajetória das iniciativas em prol da EJA, pelo fato de compreender que a escolarização por si só não atendia aos anseios e às necessidades dos jovens e adultos. A institucionalização do PROEJA na rede federal de EPT foi um marco relevante para a EJA, visto que o público desta modalidade de ensino só veio adentrar à maioria destas instituições, que se destacam pela oferta da educação profissional, após o Decreto 5.840/06.

No caso específico da instituição pesquisada - IF Baiano *Campus* Guanambi, o público da EJA só ingressou na instituição após a implantação do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, em atendimento ao Decreto que instituiu o PROEJA. Contudo, como foi salientado neste estudo, muitas instituições da rede federal não têm conseguido garantir a permanência deste público. Nessa perspectiva, esta pesquisa teve como finalidade analisar a problemática da evasão no curso vinculado ao PROEJA do *Campus* Guanambi, tendo em vista uma alta taxa de discentes evadidos quando comparado aos percentuais dos demais cursos integrados da instituição.

Os dados obtidos responderam de forma significativa aos objetivos e questionamentos suscitados neste estudo. Ao analisar a proposta do curso Técnico em Informática observou-se que o prescrito não condiz com as recomendações do DB (BRASIL, 2007) principalmente no que se refere à formação integral do indivíduo, pois levando-se em consideração os objetivos elencados na proposta infere-se que a instituição tem como enfoque a formação profissional.

Quanto aos requisitos de ingresso expressos no plano de curso, dentre os itens mencionados, encontra-se prescrito que o curso é destinado a jovens maiores de dezoito anos que tenham concluído a 8ª (oitava) série do ensino fundamental. Analisando o perfil dos discentes, verificou-se que grande parte já possuía o ensino médio não constituindo o público do PROEJA. A justificativa obtida para essa incoerência foi que o público não preenche as vagas ofertadas. Além disso, notou-se que a opção em implantar o curso técnico em informática partiu da própria instituição, não havendo uma consulta junto ao contingente a quem é destinado o PROEJA.

Nesse sentido, é relevante a reestruturação do processo seletivo, seja na divulgação e/ou na realização, tendo em vista que a seleção para o PROEJA é realizada somente na cidade de Guanambi, enquanto que para os outros cursos realiza-se em diversas cidades circunvizinhas.

O estudo de demanda constitui outro aspecto crucial para “atrair” o público, pois não se sabe se o curso técnico em informática atende às expectativas do público alvo, pelo fato de ter sido implantado em atendimento aos interesses do próprio *Campus*. Juntamente com esta consulta ao público seria interessante que a instituição pudesse conversar com os líderes das associações dos bairros, com a Câmara de Dirigentes

Lojistas (CDL), a fim de compreender as demandas de emprego na cidade de Guanambi e região.

O segundo objetivo específico tratou em identificar o perfil e a percepção dos docentes em relação ao PROEJA. Os dados obtidos mostraram que grande parte dos professores ainda tem pouca experiência com a EJA, pelo fato de conviverem com o público desta modalidade após ministrarem aulas nas turmas do PROEJA do *Campus*. Além disso, poucos docentes têm conhecimento da legislação básica que regulamenta o PROEJA, pois a instituição não tem proporcionado cursos de capacitação. Observou-se que os educadores compreendem em parte as peculiaridades inerentes à EJA, uma vez que declararam ser a prática pedagógica nas turmas do PROEJA diferenciada das demais turmas que ministram aulas. Entretanto, notou-se que a maioria dos professores possui uma visão negativa em relação ao futuro profissional e à carreira acadêmica dos discentes, quando mencionaram que poucos irão lograr êxito na continuidade dos estudos e atuar na carreira de técnicos em informática.

Diante dessa percepção, a capacitação dos docentes envolvidos com as turmas do PROEJA constitui elemento essencial para que os mesmos possam considerar as peculiaridades do público na práxis pedagógica e, conseqüentemente, lograr sucesso na formação integral do ser humano. A criação de uma coordenação específica para o PROEJA faz-se necessária para que esta possa auxiliar os professores a superarem as dificuldades encontradas.

Constatou-se também que os professores, especificamente os da área técnica, anseiam pela oferta de outro curso para o PROEJA, ao mencionarem que o curso Técnico em Informática não atende ao público alvo. Essa assertiva ratifica a necessidade do estudo de demanda.

Nesse sentido, seria recomendável que o *Campus* pudesse reunir estes professores, para ouvir suas angústias, pois se acredita que estas são plausíveis, visto o alto índice de evasão desde a implantação do curso, procurando redimensionar a oferta de outro curso técnico para o PROEJA, conforme os critérios mencionados anteriormente.

O terceiro objetivo procurou conhecer o perfil sociodemográfico dos discentes que estavam frequentando o PROEJA. Os estudos comprovaram que uma minoria constituía o público alvo do Programa. Observou-se que a maioria era proveniente da classe popular, cuja renda familiar era de um salário mínimo. No tocante a empregabilidade notou-se que havia muitos jovens desempregados, e dentre os que se encontravam trabalhando foram notáveis as marcas do trabalho informal, pois muitos vivenciavam o subemprego e a “flexibilidade” do mercado de trabalho.

Na análise sobre as possibilidades de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso, notou-se certa insegurança nas respostas dos discentes, pelo fato de ter havido divergências entre as respostas apresentadas. Dentre os estudantes trabalhadores observou-se que um pequeno percentual encontrava-se atuando na área de informática.

Para proporcionar a prática do aprendizado seria louvável que o *Campus* procurasse estabelecer estágios remunerados junto às empresas guanambienses, favorecendo aos discentes experiências na área de atuação do curso, viabilizando, conseqüentemente, sua inserção no mundo do trabalho.

Foi possível compreender também as dificuldades que os discentes vivenciavam para permanecerem estudando. Uma das mais destacadas foi o problema com os transportes. Para minimizar as dificuldades, o *Campus* poderia estudar a possibilidade de firmar convênio com a prefeitura local ou com a Pró-Reitoria de Ensino, no sentido de auxiliar os discentes a custear as despesas, tendo em vista que o valor do auxílio

estudantil é insuficiente para abarcar todas as despesas. Além de o subsídio ser insuficiente, os estudantes reclamam dos atrasos com o pagamento.

Quanto às dificuldades nas disciplinas da área técnica, apontada por muitos sujeitos da pesquisa, a disponibilidade dos estágios, que pode ser garantido através de convênios, servirá para aprimorar a prática, favorecendo a aprendizagem. Outra opção poderia ser a oferta de outro curso diferente do Técnico em Informática, a fim de atender melhor às necessidades do público alvo, favorecendo a permanência dos discentes.

Em relação às outras dificuldades relatadas, tais como necessidade de trabalhar e desânimo para ir às aulas, acredita-se que este último decorre do cansaço dos alunos trabalhadores e/ou do curso não atender o perfil do alunado. No que se refere ao trabalho, cabe ao *Campus* considerar o princípio da proporcionalidade, prescrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e repensar nos tempos e espaços ressaltados pelo DB da Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio.

O último objetivo específico buscou identificar os motivos que desencadearam a evasão escolar. A análise dos dados mostrou que grande parte dos evadidos constituiu-se de jovens e adultos que não tinham o ensino médio. Estes dados podem levar os integrantes do *Campus* a refletir sobre a oferta de outro curso para o PROEJA.

Dentre os fatores que contribuíram para a não permanência, elencados pelos(as) evadidos(as), percebeu-se que foram precisamente as dificuldades, encontradas em permanecer estudando, apontadas pelos discentes que estavam frequentando o curso, acrescido do motivo falta de incentivo dos professores.

Diante destas considerações, várias sugestões foram apontadas em consonância com os anseios e angústias apresentadas pelos pesquisados. Acredita-se que estas propostas poderão auxiliar o *Campus* a vislumbrar possibilidades de garantir a permanência e o êxito do público, contudo não se constituem em ideias milagrosas que resolverão de forma imediata todos os problemas em torno do PROEJA. A oferta de outro curso na modalidade EJA é um aspecto a ser analisado e estudado pela instituição, visto que tanto os discentes que estavam frequentando o curso quanto os evadidos mencionaram ter dificuldades nas disciplinas da área técnica.

A construção do Projeto Político Pedagógico por todos os envolvidos no processo educativo poderá favorecer o atendimento das especificidades dos jovens e adultos, bem como a prática do diálogo entre os atores envolvidos.

O acompanhamento do MEC/SETEC às instituições que oferecem o PROEJA constitui aspecto crucial, para discutir junto aos gestores, professores e alunos a oferta do programa, buscando atender as peculiaridades de cada região.

Existe ainda a necessidade premente do PROEJA não continuar a ser somente um programa de governo, mas tornar-se um programa de Estado, fundamentado em uma política pública consistente que, aliada a outras políticas públicas, especificamente as que proporcionem emprego e renda para a classe trabalhadora, contribuirá para a inclusão dos indivíduos socialmente excluídos, favorecendo, a este contingente, novas perspectivas profissionais e acadêmicas, vislumbrando melhor qualidade de vida.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir com as reflexões sobre a modalidade EJA e sobre o Programa PROEJA, passando a ser mais um estudo que se destine a pavimentar o caminho para a consolidação de uma real política de Estado para os jovens e adultos brasileiros.

5 REFERÊNCIAS

ADRIANO, Ione Gomes. *et al.* **A implantação do PROEJA no IF Goiano Campus Rio Verde.** In: MACHADO, Maria Margarida. OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs) **A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção.** São Paulo: Xamã, 2010. <http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/livformintrab.pdf>. Data de Acesso: 20/12/2010.

ALVARENGA, Marcia Soares de. **Sentidos da Cidadania: políticas de educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ALVES, Giovanni Antônio Pinto. **Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade: Mundialização do Capital e a Educação dos Trabalhadores no Século XXI.** Educação (UFAL), Maceió, v. 10, n. 16, p. 61-76, 2003. Disponível em www.estudosdotrabalho.org. Data de Acesso: 01/09/2010.

ARROYO, Miguel González. **A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão.** Alfabetização e Cidadania: Revista de educação de jovens e adultos. São Paulo: n. 11, p. 9-20, abr. 2001.

_____. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

_____. **Balço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? Tema desenvolvido por ocasião da 67ª plenária do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, realizada na Faculdade de Educação da UFMG, no dia 29 de junho de 2007, ocasião que se comemorou o 9º aniversário desse Fórum.** Disponível em <http://forumeja.org.br/go/files/Balan%C3%A7o%20da%20EJA%20-%20Arroyo.pdf>. Data de Acesso 20/05/2011.

ARRUDA, Zoraide Almeida de Andrade. **O PROEJA sob o olhar dos educadores: O caso do IFPB - Campus de João Pessoa.** In: Revista de Políticas Educacionais do SINASEFE. VI Seminário de Educação do SINASEFE de 09 a 12 de setembro de 2010, em Bento Gonçalves - RS. Set, 2010.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. **Democratização da qualidade x permanência na escola: dois lados de uma mesma moeda ou uma relação conflituosa?.** Cadernos da FaEL. , v.1, p.1 - 11, 2009.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. MARTELETO. Regina Maria. SOUZA. Donald Bello. **Educação, Trabalho e o Delineamento de Novos Perfis Profissionais: o bibliotecário em questão.** Ci. Inf., Brasília, v. 29, n 3, p.14-24, set/dez. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/213>. Data de Acesso: 25/01/2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da Escola Rural de Emergência à Escola de Ação Comunitária**. In: ARROYO, Miguel G. (Org.) **Da Escola Carente à Escola Possível**. São Paulo: Loyola, 1991.

BRASIL, Presidente da República. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 05 de outubro 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3%A7ao.htm. Data de Acesso: 12/02/2011.

_____. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Data de Acesso: 13/02/2010.

_____. Presidente da República. **Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf. Data de Acesso: 12/02/2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 01, de 05 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Data de Acesso: 15/03/2010.

_____. Presidente da República. **Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/dec5154_04.pdf. Data de Acesso: 13/02/2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº **2.080, de 13 de junho de 2005**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaportaria2080.pdf>. Data de Acesso: 08/02/2011.

_____. Presidente da República. **Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm. Data de Acesso: 28/01/2009.

_____. Ministério da Educação. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunas e alunos da EJA**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006b. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf > Data de Acesso: 10/02/2011

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Documento Base - Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio**. Brasília: SETEC, 2007.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Data de Acesso: 25/01/2009.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e Formação Profissional - trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano Editora, 2003.

CARVALHO, Roseli Vaz. **A Juvenilização da EJA: Quais Práticas Pedagógicas?** Trabalho apresentado na 32ª Reunião Anual da ANPEd, 2009, Caxambu. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT18-5569--Int.pdf> Data de Acesso: 20/11/2011.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Educação técnica: a crônica de um casamento turbulento**. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (org.). Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. P. 153-180. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/5tecnico.pdf>. Data de Acesso: 20/06/2011.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de. MACHADO, Maria Margarida. ALVES, Miriam Fábila. **O Proeja como desafio na política de educação voltada a jovens e adultos trabalhadores**. In: MACHADO, Maria Margarida. OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs). **A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção**. São Paulo: Xamã, 2010. <http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/livforminrab.pdf>. Data de Acesso: 20/12/2010.

CONTI, Fabieli De. ROCHA, Pedro Chaves da. **Alunos do PROEJA e influência da Bolsa de Assistência Estudantil**. In: SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. *et al* (Orgs). **Cadernos PROEJA: Especialização Rio Grande do Sul. Refletindo sobre o PROEJA: produções de São Vicente do Sul**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

COSTA, Áurea Carvalho. **Nova questão social ou nova dimensão de um mesmo problema?** Trabalho & Crítica, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 97-113, 2002. Disponível em: <http://www.cefetes.br/gwadocpub/Pos-Graduacao/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20EJA/Publica%C3%A7%C3%B5es/anped2001/textos/t0911134951314.PDF>. Data de Acesso: 08/02/2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. p. 89-107. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf Data de Acesso: 18/07/2010.

DI PIERRO, Maria Clara. JOIA, Orlando. RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55,

novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>.
Data de Acesso: 12/02/2011.

EFAAJT. **Plano de curso do curso Técnico em Informática Integrado ao ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação na modalidade de Educação para Jovens e Adultos.** Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, Guanambi, 2007. 84 p.

EFAAJT. **Plano de curso do curso Técnico em Informática Integrado ao ensino Médio com Habilitação em Sistemas de Informação na modalidade de Educação para Jovens e Adultos.** Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, Guanambi, 2008. 76 p.

EFAAJT. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007 - 2011.** Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, Guanambi, 2007. 56 p.

FÁVERO, Osmar. **Educação de Jovens e Adultos: passado de histórias; presente de promessas.** In: RIVERO, José. FÁVERO, Osmar. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina: direito e desafio de todos.** São Paulo: Moderna, 2009, p. 55-92.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. OLIVEIRA, Edna Castro. **Entre a Inclusão Social e a Integração Curricular: os dilemas políticos e epistemológicos do PROEJA.** Revista Educação e Sociedade, 35(1): 87-108 jan/abr 2010. Disponível em: seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/11024/7182. Data de Acesso: 09/06/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 48 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias, e Grácias até os Severinos.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise.. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula.** Um percurso histórico controvertido. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, 2005b, p.1087-1113 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Data de Acesso: 09/05/2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica.** In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 25-41.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos**: correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs) **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GALLEGO, Letícia Bonetti. MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. **Heterogeneidade e Processo de Aprendizagem**. In: BENVENUTI, Juçara (Org.) *et al.* **Refletindo sobre PROEJA**: produções de Porto Alegre. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

GALINDO, Juraci Torres. **Integração Curricular no PROEJA**: a experiência do Instituto Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. UFRRJ, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Raimundo Euzimar de Souza. CARVALHO, Frank Wagner Alves de. **Evasão Escolar no curso superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus de Iguatu**. In: Revista de Políticas Educacionais do SINASEFE. VI Seminário de Educação do SINASEFE, Bento Gonçalves, setembro, 2010.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_08_SERGIO_HADDAD_E_MARIA_CLARA_DI_PIERRO.pdf. Data de Acesso: 11/07/2010.

HADDAD, Sérgio. **Por uma nova cultura na Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local**. In: HADDAD, Sérgio (Coord.) **Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos - EJA**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução N° 05, de 29 de março de 2011**. Dispõe sobre a Organização Didática dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano em 29/03/2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS GUANAMBI. **Plano de curso do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade de Educação para Jovens e Adultos**. Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, Guanambi, 2011.

JÚLIO, Marcelo. **Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional**. In: BATISTA, Roberto Leme. ARAÚJO. Renan. (Orgs). **Desafios do Trabalho - Capital e Luta de Classes no Século XXI**. Paraná: Massoni, 2003.

KATO, Jerry Miyoshi. PONCHIROLLI, Osmar. **O desemprego no Brasil e seus desafios éticos**. Revista FAE, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 87-97, set./dez. 2002.

KRAWCZYK, Nora. **O Ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/28559246/PP-O-Ensino-Medio-no-Brasil-Observatorio-da-Educacao-48>. Data de Acesso: 03/04/2011.

KOLLER, Cláudio; SOBRAL, Francisco. **A construção da identidade das escolas agrotécnicas federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF**. In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 220-229.

KUENZER, Acacia Zeneida. **As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária**. In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 253-270.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Margarida. OLIVEIRA, João Ferreira de. **A educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: embates, experiências e perspectivas de um campo em construção**. In: MACHADO, Maria Margarida. OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs) **A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção**. São Paulo: Xamã, 2010. Disponível em: <http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/livforminrab.pdf>. Data de Acesso: 20/12/2010

MACHADO, Lucília. **PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio**. Salto para o Futuro. TV Escola. Boletim 16. Setembro 2006.

MATTOS, Valéria Bettio de. **Jovens Profissionais Desempregados: uma faceta da crise do capital**. In: 7º Congresso de Estudios del Trabajo - ASET, 2005, Buenos Aires. **Nuevos escenarios en el mundo del trabajo: rupturas y continuidades**, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

MEDEIROS, Maria das Neves de. **A Educação de Jovens e Adultos como Expressão da Educação Popular: a contribuição do pensamento de Paulo Freire**. Trabalho apresentado no V Colóquio Internacional Paulo Freire em Recife/PE, 2005. Disponível em: http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/.pdf. Data de Acesso: 06/02/2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Dante Henrique. **O PROEJA e a necessidade de formação de professores**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio**. Salto para o Futuro. TV Escola. Boletim 16. Setembro 2006. p.76-93.

_____. **EJA: formação técnica integrada ao Ensino Médio**. In: BRASIL, Ministério da

Educação. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: formação técnica integrada ao Ensino Médio**. Salto para o Futuro. TV Escola. Boletim 16. Setembro 2006. p. 03-23.

MOURA, Dante Henrique. HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. **História do PROEJA: entre desafios e possibilidades**. In: SILVA, Amélia Cristina Reis e. BARACHO, Maria das Graças (Orgs). **Formação de Educadores para o PROEJA: intervir para integrar**. Natal: CEFET Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/7394322/Formacao-de-Educadores-Para-o-PROEJA-Intervir-Para-Integrar> Data de Acesso: 25/04/2011.

MONTENEGRO, David Moreno. **Desemprego, Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil Contemporâneo: Ensaio sobre uma tragédia anunciada**. In: VI Seminário do Trabalho, São Paulo: 2008. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/davidmorenomontenegro.pdf>. Data de Acesso: 25/05/2011.

NASCIMENTO, Martha de Cássia. **Práticas Administrativas e Pedagógicas desenvolvidas na Implementação do PROEJA na EFAJIT: discurso e realidade**. Dissertação de Mestrado. UnB, 2009.

OLIVEIRA, Luzia Terezinha Baptista; PALUDO, Conceição. **Formas de Ingresso e Permanência em PROEJA**. In: BENVENUTI, Juçara. *et al* (Orgs). **Cadernos PROEJA: Especialização Rio Grande do Sul. Refletindo sobre o PROEJA: produções de Porto Alegre**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999. p. 59 - 73. 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n12/n12a05.pdf> Data de Acesso: 03/04/2009.

OTRANTO, Celia Regina. **A política de Educação Profissional no Governo Lula**. Trabalho apresentado na 34ª Reunião Anual da ANPEd. Natal, outubro de 2011. Disponível em <http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>. Data de Acesso: 19/12/2011.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PASQUETTI, Rosana. MENEGOTTO, Daniela Brun. **Concepções epistemológicas e modelos pedagógicos em práticas de docentes do PROEJA**. In: BALZAN, Carina Fior Postinger. *et al* (Orgs). **Cadernos PROEJA: Especialização Rio Grande do Sul. Refletindo sobre o PROEJA: produções de Bento Gonçalves**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

PEREIRA, José Vidal. **O PROEJA no Instituto Federal de Goiás - Campus Goiânia: um estudo sobre os fatores de acesso e permanência na escola**. Dissertação de Mestrado, UnB, 2011.

PEREIRA, Eva Wairos; TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **Reexaminando a Educação Básica na LDB: o que permanece e o que muda.** In: BRZEZINSKI, Iria (org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares.** São Paulo: Cortez, 2008. 309 p.

PIMENTEL, Edna Furukawa. **Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos: trajetórias, desafios e perspectivas.** In: CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro (Org.). *et al.* **Desafios Educacionais no Cotidiano Escolar.** Ijuí: Unijuí, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 1998. In: MATTOS, Valéria Bettio de. **Jovens Profissionais Desempregados: uma faceta da crise do capital.** Trabalho apresentado no 7º Congresso de Estudios del Trabajo - ASET, 2005, Buenos Aires. **Nuevos escenarios en el mundo del trabajo: rupturas y continuidades,** 2005.

_____. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Data de Acesso: 22/04/2011.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **A Inserção dos Egressos da Educação Popular na Escola Pública: tensão entre regulação e emancipação.** Dissertação de Mestrado, UFMG, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SANTOS, Simone Valdete dos. **O PROEJA e o desafio das heterogeneidades.** In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio. Salto para o Futuro.** TV Escola. Boletim 16. Setembro 2006.

_____. **Sete Lições sobre o PROEJA.** In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 120 - 130.

SILVA, Kenya Paula Gonsalves da. **Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Comunitária.** Artigo apresentado no Congresso Internacional de Pedagogia Social, Mar. 2009. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092008000100010&script=sci_arttext. Data de Acesso: 27/01/2012.

SOARES, Cleusa Luiz Ramos, *et al.* **Caminhos para a Implantação do PROEJA.** In: SANT'ANNA. Sita Mara Lopes. *et al* (Orgs). **Cadernos PROEJA: Especialização Rio Grande do Sul. Refletindo sobre o PROEJA: produções de São Vicente do Sul.** Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

SOEK, Ana Maria. **Fundamentos e metodologia da educação de jovens e adultos.** Curitiba: Fael, 2010.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, qualificação, ciência e Tecnologia no mundo contemporâneo**: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. In: Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, V. 13, nº. 22, p 1-15, jul/dez, 2004.

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. **Educação não-formal e alfabetização de adultos**: um relato de experiência. Revista Conexão UEPG, v. 3, p. 24-26, 2007. Disponível em: <http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao03/artigo5.pdf>. Data de Acesso: 25/01/2012.

ZEN, Eliesér Toretta. **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária**: o trabalho como princípio educativo e humanizador do ser humano. In: Revista de Políticas Educacionais do SINASEFE. VI Seminário de Educação do SINASEFE, Bento Gonçalves, setembro, 2010.

6 ANEXOS

Anexo A - Ofício Circular N° 21/2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Ed. Anexo 1 2º andar sala 205 – Brasília/DF
CEP. 70.047-900 Fone (61) 2022-8543/8544/8545/8546/8547 Fax: (61) 2022-8548

OF Circular. n° 21 /2011-DPEPT/SETEC/MEC

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

Aos dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centros Federais de Educação Tecnológica.

Assunto: Assistência ao Estudante do Proeja - Diretrizes 2011.

Senhores dirigentes,

1. Em 2008, a partir dos resultados de pesquisas entre os estudantes do Proeja, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC iniciou o financiamento da ação de assistência ao estudante Proeja, como forma de colaborar em ações que poderiam auxiliar no acesso e permanência destes estudantes nos cursos.
2. Esses recursos são provenientes da ação orçamentária Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica – 1062 2994, tendo como código da natureza da despesa 33.90.18 e até 2010 era liberado após análise de Plano de Trabalho e lista de estudantes cadastrados no Sistec, documentação esta que as instituições da Rede Federal encaminhavam a esta Coordenação-Geral.
3. De 2008 a 2010 verificamos que as matrículas em cursos Proeja mais do que triplicaram, o que nos levou a reconsiderar a forma como estava sendo operacionalizada a liberação do recurso. Em 2011, os recursos necessários para o custeio da assistência ao estudante do Proeja serão alocados diretamente nos orçamentos das instituições da Rede Federal.
4. Desta forma, os Institutos Federais e os CEFET receberão dentro do recurso ordinário da Ação Orçamentária 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica – um valor muito superior aos anos anteriores que deverá ser utilizado, inclusive, para garantir a assistência ao estudante do Proeja. Desta forma, caberá à Direção da própria instituição promover as ações necessárias para o benefício ao estudante das suas unidades, sem a necessidade de encaminhamento de Termo de Cooperação à SETEC.
5. É importante ressaltar que cada instituição deverá instituir regulamentação própria para concessão da assistência estudantil, que estabeleça critérios claros e justos para concessão do benefício aos estudantes buscando, sobretudo, beneficiar os que realmente necessitam de auxílio para transporte, alimentação, aquisição de material didático, etc. Solicitamos mais uma vez que a instituição tenha bastante cuidado para não adotar critérios que, ao contrário do que se pretende, possam vir a desestimular a permanência do estudante.
6. Em última instância, é a instituição que deve decidir sobre os critérios mais adequados considerando a realidade econômico/social em que está inserida e o perfil do público

a ser atendido. Nesse caminho, a orientação de um Assistente Social que se debruce sobre o tema poderá ser extremamente benéfica.

7. Da mesma maneira, entendemos ser pertinente delimitar regras para a suspensão e/ou cancelamento do benefício, como por exemplo em caso de inassiduidade habitual injustificada, pois conforme informado em comunicações anteriores, o estudante deve ser chamado a assumir perante a instituição a responsabilidade pelo investimento do Estado em sua educação.

8. Pontuamos, ainda, que esta regulamentação poderá prever o repasse direto do valor ao estudante, ou a utilização do recurso para garantir os benefícios como alimentação, alojamento, transporte, assistência médico-odontológica, assistência psicopedagógica ou qualquer outra iniciativa típica da assistência social que contribua para permanência do educando na instituição e êxito em sua aprendizagem. Há ainda a possibilidade de um meio termo que envolva os dois tipos de assistência. Em todo caso ressaltamos a necessidade de informar aos estudantes a dinâmica de concessão do benefício, a fim de evitar situações em que os estudantes remetem ao MEC, ou a outras instituições, reclamações sobre o não recebimento da assistência.

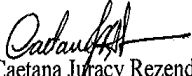
9. Lembramos que a parcela dos recursos da assistência estudantil a ser destinada aos alunos do Proeja deve beneficiar exclusivamente os estudantes regularmente matriculados em cursos Proeja técnico ou de formação inicial e continuada (FIC). Pela legislação o Proeja só pode ser oferecido nas formas integrada ou concomitante. Desta forma, é vedada a destinação de recurso da Assistência Estudantil Proeja para estudantes matriculados em cursos subsequentes ou em curso FIC que não seja integrado com a educação de jovens e adultos (Proeja FIC).

10. O montante de recursos a ser destinados aos estudantes Proeja deve ser calculado levando em consideração o número de estudantes a serem beneficiados e o volume de recursos disponível. Cabe à instituição definir quantos estudantes serão beneficiados e a forma de benefício, lembrando que caso a opção seja pelo repasse direto ao estudante esta deve ocorrer de maneira periódica em datas pré-definidas, como qualquer outro benefício social.

11. Informamos que a programação financeira de cada ano estará atrelada às informações disponibilizadas pela instituição no Sistec e, portanto, reiteramos a necessidade de preenchimento e atualização constante do sistema, para permitir, inclusive, a geração de relatórios gerenciais que são disponibilizados ao público no sítio do Ministério da Educação.

12. Finalizando, comunicamos que oportunamente solicitaremos relatórios de acompanhamento da concessão da assistência ao estudante do Proeja, incluindo a norma que regulamenta seu funcionamento e relação de beneficiários, pois consideramos esta ação uma das mais importantes na continuidade e fortalecimento desta política.

Respeitosamente,


Caetana Jyracy Rezende Silva
Diretora-Substituta

Anexo B - Questionário aplicado no Processo Seletivo do PROEJA do IF Baiano -
Campus Guanambi



Ministério
da Educação

QUESTIONÁRIO PARA CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PROEJA

Nome.....
.....

1. Sexo:

- Masculino Feminino

2. Faixa Etária:

- De 18 a 20 anos De 41 a 50 anos
 De 21 a 30 anos Acima de 50 anos
 De 31 a 40 anos

3. Qual seu nível de escolaridade?

- Ensino Fundamental completo Superior Completo
 Ensino Médio Completo
 Superior incompleto. Qual o curso?

4. Em qual cidade você reside?

- Guanambi Outra. Qual?

5. Origem

- Urbana Rural. Onde?.....

6. Qual categoria (cor ou raça), definida pelo IBGE, você pertence?

- Branca Amarela
 Preta Indígena
 Parda

7. Qual a sua renda familiar?

- Menor que o salário mínimo Dois a quatro salários mínimos
 Um a dois salários mínimos Acima de quatro salários

8. Estado civil

- Solteiro(a)

() Casado(a)

9. Como você ficou sabendo desse curso?

() Através do rádio

() Através de alunos da escola

Agrotécnica

() Através de amigos

() Através de algum cartaz ou panfleto

() Quando passava pela rua, viu o stand. () Outro. Qual?

10. Você já estudou na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)/suplência?

() Sim

() Não

11. Você possui alguma formação profissional?

() Sim. Qual?

() Não

12. Há quanto tempo faz que você parou de estudar?

.....

13. Você está trabalhando?

() Sim. Em quê?

.....

() Não. Por quê?

.....

14. Se você trabalha, qual o seu horário de trabalho?

.....

15. Você escolheu o Curso Técnico em Informática por quê?

.....

.....

.....

16. Qual a sua expectativa após a conclusão do curso?

.....

.....

.....

17. Você gostaria que a escola tivesse oferecido outro(s) curso(s) para o PROEJA?

() Sim. Qual(is)?

.....

() Não

18. Quais as 3 (três) maiores dificuldades você acredita que encontrará para fazer o curso?

1

.....

2

.....

3

.....

() Não encontrarei dificuldades.

**Anexo C - Roteiro de Entrevista aplicado no Processo Seletivo do PROEJA do IF
Baiano - *Campus Guanambi***



**Ministério
da Educação**

**ENTREVISTA CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO
MÉDIO**

Nome do Candidato:

.....

Cidade / Localidade: **UF:**

Data de Nascimento:// **Idade:** **Est. Civil:**

A - INTERESSE PELO CURSO

- 1 - Qual a finalidade do estudo para você?
- 2 - Você tem curiosidade ou familiaridade com equipamentos eletrônicos?
- 3 - Você já teve acesso (conhece, curiosidade) a computador / internet?
- 4 - O que você acha que vai aprender no curso técnico em Informática (programação, manutenção, rede de computadores, etc.)?
- 5 - Você costuma ler sobre assuntos de informática? Qual?

B - PERSPECTIVA DE ATUAR NA ÁREA

- 1 - Por que você escolheu este curso?
- 2 - Qual sua expectativa frente ao curso técnico?
- 3 - Você trabalha com alguma atividade que envolve computador? Quais são estas atividades?
- 4 - Você já fez algum curso na área de informática? Se não, por quê?
- 5 - O que você pretende fazer depois do término do curso?

C - SOCIALIZAÇÃO

- 1 - Qual é a sua maior dificuldade nos estudos?
- 2 - Você trabalha? Conseguirá conciliar com seus horários de estudo?
- 3 - Qual sua opinião em estudar no turno noturno, das 18h às 23h?

4 - Por que você acha que conseguirá ficar 3 anos estudando informática?

2 - Quais as disciplinas que você tem mais afinidade?

OBSERVAÇÕES:

.....
.....
.....

1. O examinador deverá explorar bastante o conhecimento técnico e prático do candidato.

2. O examinador deverá verificar se realmente o candidato está bem relacionado com informática para responder certas questões.

**Anexo D - Edital do Programa de Assistência e Inclusão Social
do Estudante (PAISE)**



**Ministério
da Educação**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS GUANAMBI**

**EDITAL DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL
DO ESTUDANTE (PAISE) 2011/2**

O Diretor campus Guanambi, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **Edital do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)**, que estabelece as normas e critérios para seleção de estudantes, com a finalidade da participação na Política de Assistência Estudantil deste Instituto **para o semestre 2011/2**.

**Seção 1
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O PAISE é destinado aos discentes regularmente matriculados, com renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente – conforme definido pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – para garantia da permanência na instituição durante os anos da formação acadêmica.

DOS AUXÍLIOS

Art. 2º - O PAISE é composto dos seguintes benefícios: Residência Estudantil, Auxílio Moradia, Alimentação Estudantil, Auxílio Alimentação, Auxílio transporte, Auxílio Material Acadêmico, Auxílio Uniforme, Auxílio cópia e impressão.

I- Residência Estudantil

Consiste em viabilizar a permanência integral do estudante, oriundo de municípios distantes e/ou que tenha dificuldade de traslado diário, nas dependências da Residência Estudantil. Esta atenderá aos estudantes de ambos os sexos e, preferencialmente, adolescentes (entre 12 e 18 anos) em situação de vulnerabilidade social e baixa condição econômica. Para o bom funcionamento da Residência Estudantil, o setor responsável pela implantação do PAISE deve elaborar o Regimento Interno da Residência. Aos residentes deverão ser asseguradas as três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) enquanto permanecerem no campus. Os casos de discentes com necessidades educacionais específicas ou em situação de risco sociofamiliar também deverão ser considerados nos critérios de seleção para o programa;

II- Auxílio Moradia

Consiste na concessão de valor financeiro, fixo e mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a estudantes oriundos de municípios distantes e/ou com dificuldade de traslado diário e que não tenham sido beneficiados com a Residência Estudantil. O estudante menor de idade que for contemplado precisará apresentar o Termo de Responsabilidade assinado pelos pais ou responsáveis;

III- Alimentação Estudantil

Consiste na garantia das refeições diárias (café-da-manhã, almoço e jantar) durante o ano letivo para os estudantes matriculados nos cursos integrados e residentes, nos *campi* onde houver refeitório. Será facultada, à gestão de cada *campus*, a oferta deste benefício aos discentes dos demais cursos, verificada a disponibilidade orçamentária e financeira;

IV- Auxílio Alimentação

Consiste na concessão de repasse financeiro de valor fixo e mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) ao estudante para custear as despesas com alimentação durante o período letivo. Este programa será executado, preferencialmente, nos *campi* onde não houver refeitório;

V- Auxílio Transporte

Consiste na concessão de auxílio financeiro de valor fixo e mensal de R\$ 100,00 (cem reais) ao estudante, para custear as despesas com transporte para garantir o traslado de ida e retorno ao campus, durante o período letivo. Este auxílio não poderá ser concedido ao educando que já está inserido em outro programa similar, por exemplo: transporte ou vale transporte disponibilizado pelas prefeituras;

VI- Auxílio Material Acadêmico

Consiste na concessão de repasse financeiro único anual, no valor fixo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ao estudante, para custear as despesas com material acadêmico. A solicitação deverá ser feita no início de cada período letivo, podendo o auxílio ser cumulativo com qualquer outro;

VII- Auxílio Uniforme

Consiste na concessão de repasse financeiro único anual, no valor fixo de R\$ 100,00 (cem reais), ao estudante para custear as despesas com uniforme. A solicitação deverá ser feita no início de cada período letivo, podendo o auxílio ser cumulativo com qualquer outro;

VIII- Auxílio Cópia e Impressão

Consiste na garantia da reprodução e/ou impressão do material de uso acadêmico utilizado durante o ano letivo. Deverá ser expressamente vedada a reprodução integral de obra, salvo com autorização do autor, à exceção das que já integram o domínio público, nos termos da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. O programa poderá ser executado com recursos do PAISE e/ou do próprio *campus*, na forma de cota ou de repasse financeiro ao estudante.

Parágrafo Único - Somente os auxílios de material acadêmico e uniforme poderão ser cumulativos com qualquer outro, constante no caput deste artigo.

Art. 3º - A concessão dos auxílios aos selecionados para o semestre 2011/2, cujos repasses são mensais, será realizado da seguinte forma:

- a. Auxílio Moradia: de agosto a dezembro de 2011;
- b. Auxílio Transporte: de outubro de 2011 a fevereiro de 2012.

Parágrafo Único – Especificamente para o Auxílio Moradia, o repasse relativo aos meses de agosto a outubro acontecerá de maneira retroativa.

Art. 4º - A participação do estudante nesta Política implicará no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o mesmo não poderá alegar desconhecimento.

Seção 2 DAS VAGAS

Sobre a disposição de vagas para os estudantes do 2011/1:

Benefício	Vagas	Valor (R\$)	Período (meses)	Valor total do recurso (R\$)
Auxílio Moradia	06	150,00	05	4.500,00
Auxílio Transporte	13	100,00	05	6.500,00
Total	19			R\$ 11.000,00

Sobre a disposição de vagas para os estudantes do 2011/2:

Benefício	Vagas	Valor (R\$)	Período (meses)	Valor total do recurso (R\$)
Auxílio Moradia	20	150,00	05	15.000,00
Auxílio Transporte	28	100,00	05	14.000,00
Auxílio Material Acadêmico	09	50,00	01	450,00
Auxílio Uniforme	15	100,00	01	1.500,00
Total	72			R\$ 30.950,00

Seção 3 DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 5º - Para participar do Programa, o estudante deverá:

- I- estar regularmente matriculado em curso ofertado pelo *Campus*;
- II- possuir renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente;
- III- estar em condição de vulnerabilidade social, entendendo-se como: processo de exclusão; situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial; e discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação; assim como agravantes sociais caracterizados por situações que afetam a condição financeira da família como doenças, necessidades específicas comprovadas e deficiências.

Seção 4 DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º - O período de inscrições para o PAISE 2011/2 vai de 1º a 11 de novembro de 2011, das 7h30min as 17h30min na Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE) e das 19h30min as 22h30min, na Secretaria.

Art. 7º - No ato da inscrição o estudante deverá:

I- preencher formulário próprio de requerimento;

II- responder ao questionário socioeconômico;

III- apresentar originais e cópias dos documentos abaixo especificados:

a) comprovantes de renda do estudante e familiares referente ao mês de inscrição (exemplo: carteira profissional, contracheque, recibos de benefícios, comprovante de imposto de renda, declaração de próprio punho para os profissionais informais ou desempregados);

b) comprovante de aluguel ou financiamento de imóvel (se houver);

c) comprovante de recebimento ou pagamento de pensão alimentícia (se houver);

d) comprovante de pagamento de água, condomínio, luz e telefone;

e) comprovante de pagamento de mensalidade escolar;

f) comprovante de utilização de medicamento de uso contínuo e/ou de tratamentos de saúde (se houver);

g) relatório médico, quando se tratar de doença crônica ou degenerativa ou pessoa com necessidades específicas;

h) CPF e RG do estudante;

i) RG ou Certidão de nascimento de membros da família declarados no questionário socioeconômico, compreendendo todas as pessoas que além do estudante, moram na mesma residência e também todos os que, mesmo morando em outro local, deste depende financeiramente;

Parágrafo Único: As fotocópias dos documentos pessoais deverão ser anexadas ao requerimento de inscrição e questionário socioeconômico. Ambos devem ser entregues na CGAE ou na Secretaria do *Campus* no prazo de inscrição (presente no art. 6º). Outros documentos poderão ser solicitados pela Comissão de Assistência Estudantil.

Seção 5 DA SELEÇÃO

Art. 8º – Serão beneficiados com os Auxílios os estudantes selecionados através de suas condições socioeconômicas e de vulnerabilidade social, de acordo com o quadro de vagas constante neste Edital (ordenados até o limite da disponibilidade orçamentário-financeira, repassada para o *Campus* pela Reitoria, cujo critério fora definido na Política de Assistência Estudantil).

Art. 9º - Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios como desempates, nesta ordem:

a) Não possuir outro auxílio, bolsa ou estágio remunerado;

b) Ser oriundo de escola pública da educação básica;

c) Estar em período/série mais avançada no curso do IF Baiano;

d) Residência familiar mais distante do *Campus* onde estuda;

e) Maior número de dependentes na família.

Art. 10 - O estudante selecionado deverá apresentar à Comissão de Assistência Estudantil do *Campus* seus dados bancários referentes aos números do banco, agência e conta corrente ou poupança, aberta com o seu CPF, não se aceitando conta conjunta, para o repasse financeiro no período de 21 a 23 de novembro de 2011 no Setor de Serviço Social.

Seção 6 DOS RESULTADOS

Art. 11 - A divulgação do resultado será publicada no dia 18 de novembro de 2011, no site e nos murais do *Campus*, devendo os estudantes selecionados apresentar documentação bancária no período de 21 a 23 de novembro de 2011 no Setor de Serviço Social.

Seção 7 DA PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

Art. 12 - O estudante para garantir seus benefícios deverá ter:

- a) matrícula regular;
- b) frequência de 75% em cada componente curricular;
- c) situação de vulnerabilidade social.

§ 1º - No início de cada semestre, conforme o caso, ou no término do período de recebimento do auxílio, estipulado no estudo socioeconômico de cada estudante, a situação de vulnerabilidade social será reavaliada para verificar a continuidade do direito, apresentando a(s) condição(ões) exigida(s) para recebimento dos auxílios.

§ 2º - A qualquer tempo poderão ser efetuadas, pela Comissão de Assistência Estudantil, novas entrevistas, visitas domiciliares e/ou solicitação de documentação para acompanhamento da situação do estudante beneficiado pelos auxílios.

Seção 8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 – A seleção da Residência Estudantil, para o 1º e 2º semestres, foi realizada no início do ano letivo (2011.1), podendo os excedentes serem convocados a ocupar as vagas a qualquer momento.

Art. 14 – obtendo os requisitos presentes no artigo 8º, todos os excedentes da Residência Estudantil estão automaticamente inscritos para receber o Auxílio Moradia. Entretanto, não há garantia de que os mesmos serão beneficiados.

Art. 15 – Tendo em vista a garantia das refeições diárias pelo Setor de Alimentação e Nutrição (SAN/ CGAE) para todos os estudantes deste *Campus*, não há necessidade da oferta do Auxílio Alimentação (Art. 2º, inciso IV).

Art. 16 – Como a CGAE já garante parte do custeio do material de reprografia para os estudantes, o Auxílio Cópia e Impressão não será ofertado por este campus.

Art. 17 – Após a publicação do resultado, os estudantes que se sentirem prejudicados poderão, mediante requerimento, interpor recurso junto à Comissão de Assistência Estudantil do *Campus* para análise da situação, nos dias 21 e 22 de novembro de 2011 no Setor de Serviço Social.

Art. 18 - Denúncias de qualquer inverdade na apresentação de informações ou documentos entregues poderão ser dirigidas à Comissão de Assistência Estudantil a qualquer tempo.

§ 1º - Será resguardado o sigilo da denúncia.

§ 2º - As denúncias serão averiguadas pela Comissão de Assistência Estudantil.

§ 3º - Comprovada a má-fé ou omissão nas informações declaradas, o estudante perde o direito ao recebimento dos benefícios e pode responder penalmente pelo uso indevido de recurso público.

Art. 19 - Sob nenhuma hipótese poderá ser exigida dos estudantes contrapartida de trabalho como requisito para o repasse financeiro de auxílios.

Art. 20 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano.

Guanambi - BA, 1º de novembro de 2011.

Ana Patrícia Bezerra

Fábio dos Santos

Ivonete Nascimento Castro

Comissão de Assistência Estudantil do *Campus* Guanambi

Carlos Elísio Cotrim

Diretor do *Campus* Guanambi

Anexo F – Questionário para Avaliação Socioeconômico do Estudante



Ministério
da Educação

COORDENAÇÃO GERAL DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO - CGAE
SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTUDANTE

1. MARQUE A SOLICITAÇÃO DESEJADA:

() Residência Estudantil () Outro Benefício

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Sexo: () F () M Idade: _____

RG: _____ Órgão Expedidor _____ CPF: _____

Nome do Pai: _____

Nome da Mãe: _____

Endereço: _____

Nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Ponto de Referência: _____

Telefones para contato: Residencial: _____ Celular: _____

Outros Contatos: _____

Tipo sanguíneo _____ Fator RH _____

Possui doença hereditária ou deficiência? () Sim () Não. Qual? _____

Faz uso de medicação? () Sim () Não. Qual? _____

Tem alergia a algum medicamento? () Sim () Não. Qual? _____

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:

Matrícula: _____ Turno: () matutino () vespertino () noturno

() Médio integrado. Área: _____ Turma: _____

() Pós-médio. Área: _____ Turma: _____

() Proeja. Área: _____ Turma: _____

() Superior. Área: _____ Semestre _____

Observações: _____

Declaro para os devidos fins que as informações acima são a pura expressão da verdade.

_____ (BA), _____ de _____ de _____

Assinatura: _____

7 APÊNDICES

Apêndice A - Questionário aplicado aos Alunos do PROEJA do IF Baiano - *Campus Guanambi*



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Projeto de Pesquisa: A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF BAIANO - *Campus Guanambi*

Mestranda: Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim
Orientadora: Celia Regina Otranto
Co-Orientadora: Maria da Conceição Calmon Arruda

Prezado(a) Aluno(a),

Este questionário faz parte do Projeto de Pesquisa “*A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF BAIANO - Campus Guanambi*”, desenvolvido pela mestranda Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim, que se compromete com a utilização confidencial dos dados obtidos nesse instrumento.

Desde já agradeço pela colaboração.

QUESTIONÁRIO - DISCENTES DO PROEJA

01. Você estuda no turno:

() Matutino () Noturno

02. Qual seu nível de escolaridade:

- (a) Ensino Fundamental Completo.
- (b) Ensino Médio Incompleto.
- (c) Ensino Médio Completo.
- (d) Superior Incompleto.
- (e) Superior Completo.

03. Onde você cursou o ensino fundamental?

- (a) Em escola pública.
- (b) Em escola particular.
- (c) Parte em escola pública, parte em escola particular.
- (d) EJA escola pública.
- (e) Parte ensino fundamental regular, parte EJA.
- (f) EJA particular.
- (g) Outros: _____

04. Você já repetiu o ano?

- (a) Não.
- (b) Sim, 1 vez.
- (c) Sim, 2 vezes.
- (d) Sim, 3 vezes ou mais.

05. Quantas vezes você parou de estudar:

- (a) Nunca parei de estudar.
- (b) Menos de 1 ano.
- (c) Entre 1 e 2 anos .
- (d) Entre 3 e 5 anos.
- (e) Entre 6 a 10 anos.
- (f) Mais de 10 anos.

06. Se você parou de estudar, indique o motivo:

07. Qual o principal motivo que o (a) levou a se matricular no PROEJA do IF Guanambi?

- (a) Repeti o ano no ensino médio regular.
- (b) Ensino público e de qualidade
- (c) Realização pessoal.
- (d) Concluir o ensino médio com o técnico.

Outros: _____

08. O que você pretende fazer ao terminar o curso técnico em informática:

- (a) Ir para a universidade.
- (b) Conseguir um emprego melhor.
- (c) Trabalhar.
- (d) Ainda não me decidi.
- (e) Outros: _____

09. Você tem acesso ao computador:

- (a) somente na escola.
- (b) na escola e no trabalho.
- (c) na escola e em casa.
- (d) na escola e lan house.
- (e) na escola, no trabalho e em casa.
- (f) na escola, no trabalho e na lan house.

Outros: _____

10. A conclusão do curso técnico em informática irá facilitar a sua inclusão no mercado de trabalho?

- (a) Sim, pois em Guanambi e na região o mercado de trabalho nesta área é muito bom.
- (b) Não, pois em Guanambi e na região não há muitas vagas para trabalho nesta área.
- (c) Terei dificuldades para inserir no mercado de trabalho, pois em Guanambi e região o mercado já está saturado nesta área.
- (d) Ainda não sei, porque até o presente momento não procurei trabalho.

Outro:

11. No curso Técnico em Informática a coordenação de ensino:

- (a) Auxilia alunos e professores.
- (b) Ajuda os alunos que apresentam dificuldades.
- (c) Auxilia somente os professores a superar dificuldades.
- (d) Não interfere em assuntos da sala de aula.
- (e) Tem dificuldades em passar informações sobre o curso.

12. Em relação à infraestrutura (sala de aula, biblioteca, laboratórios) disponível para o curso Técnico em Informática, como você avalia?

- (a) Adequados.
 - (b) Não adequados.
 - (c) Parcialmente adequados.
 - (d) Justifique sua resposta: _____
-

13. Quais as principais dificuldades que você encontra para fazer o curso?

() Não tenho dificuldades.

14. Você costuma faltar às aulas?

- (a) Nunca falto.
- (b) Uma vez por semana.
- (c) 2 vezes por semana .
- (d) 2 vezes por mês.
- (e) Outros: _____.

15. Você já pensou em desistir do curso?

() sim () não

Justifique: _____

16. Você recebe a bolsa de R\$ 100,00?

() Sim () Não

17. Qual o principal fator relacionado ao curso e/ou a instituição que favorece a sua permanência na escola?

- (a) considero o curso de boa qualidade
- (b) sinto-me bem acolhido no *Campus* Guanambi
- (c) o subsídio mensal de R\$ 100 (cem reais)
- (d) Outro:
Qual? _____

18. Mudou alguma coisa em sua vida desde que você começou esse curso? Se sim, o quê?

19. Tendo em vista a desistência de muitos alunos no decorrer do curso, o que você sugere para evitar o abandono escolar?

20. Outras considerações (reclamações, sugestões, elogios, etc.) _____

RELAÇÃO AO TRABALHO

21. Você está trabalhando?

() Sim. Em quê? _____

() Não. Por quê? _____

SE VOCÊ TRABALHA

22. Qual o seu tipo de trabalho?

- (a) Autônomo (por conta própria).
- (b) Servidor Público Concursado.
- (c) Trabalho informal (sem carteira registrada)
- (d) Trabalho formal (com carteira registrada)
- (e) Empresa da Família.
- (f) Outro. Qual? _____

23. Quantas horas por dia você trabalha? _____

24. Você contribui com as despesas de sua casa?

- (a) Sim, sou eu quem pago as despesas.
- (b) Sim, contribuo parcialmente com as despesas de casa.
- (c) Não.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

25. Em relação à escolaridade de seus pais, mães, padrastos, madrastas ou responsáveis, assinale:

MÃE	PAI	ESCOLARIDADE
		Não estudou.
		Não completou a 4ª série
		Completou a 4ª série (antigo primário)
		Não completou a 8ª série.
		Completou a 8ª série (antigo ginásio).
		Ensino Médio Incompleto (antigo 2º grau).
		Ensino Médio Completo (antigo 2º grau).
		Superior Incompleto.
		Superior Completo
		Não sei.

26. Assinale seu sexo:

- (a) Masculino

(b) Feminino

27. Você tem filhos?

(a) Sim. Quantos? _____

(b) Não

28. Qual o seu estado civil?

(a) Solteiro.

(b) Tenho um companheiro (a).

(c) Casado.

(d) Divorciado.

(e) Separado.

(f) Viúvo.

(g) Outros.

29. Qual a faixa de renda mensal da sua família?

(a) Até 1 salário mínimo.

(b) De 2 a 3 salários mínimos.

(c) De 4 a 5 salários mínimos.

(d) Mais de 5 salários mínimos.

(e) Não sei.

30. Como você se considera?

(a) Branco(a).

(b) Pardo(a).

(c) Preto(a).

(d) Amarelo(a).

(e) Indígena.

31. Idade: _____

32. Cidade onde reside: _____

33. Origem: () Urbana () Rural

Apêndice B - Questionário aplicado aos Professores do PROEJA do IF Baiano -
Campus Guanambi



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Projeto de Pesquisa: A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no
IF BAIANO - *Campus Guanambi*

Mestranda: Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim
Orientadora: Celia Regina Otranto
Co-Orientadora: Maria da Calmon Calmon Arruda

Este questionário faz parte do Projeto de Pesquisa “*A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF BAIANO - Campus Guanambi*”, desenvolvido pela mestranda Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim, que se compromete com a utilização confidencial dos dados obtidos nesse instrumento.

Desde já agradeço pela colaboração.

QUESTIONÁRIO - PROFESSORES DO PROEJA

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Faixa Etária:

() De 18 a 20 anos () De 21 a 30 anos

() De 31 a 40 anos () De 41 a 50 anos () Acima de 50

3. Área de atuação na instituição:

() Disciplinas do Núcleo Comum () Disciplinas Profissionalizantes

4. Qual o seu nível de formação?

.....
.....

5. Relate um pouco da sua experiência com a Educação de Jovens e Adultos.

.....
.....
.....

6. Você tem conhecimento da legislação básica do PROEJA?

.....
.....

7. A instituição tem proporcionado cursos de capacitação na modalidade EJA?

.....
.....
.....

8. Existe alguma diferença entre o trabalho pedagógico com alunos da faixa etária considerada regular (07 a 17 anos) e o aluno jovem e adulto? Qual (is) seria (m)?

.....
.....
.....

9. Você sabe como funciona o processo seletivo para o acesso ao Proeja no Campus Guanambi? Você o considera adequado para incluir o público específico da EJA?

.....
.....
.....

10. Em sua opinião:

a) Quais fatores favorecem a permanência do aluno do Proeja na instituição?

.....
.....
.....

b) Quais fatores provocam a evasão escolar dos discentes do Proeja na instituição?

.....
.....
.....

c) O curso Técnico em Informática é adequado para o público da EJA?

.....
.....
.....

11. Qual a sua visão sobre o futuro acadêmico e profissional dos egressos do Proeja do Campus Guanambi?

.....
.....
.....

12. Quais as três maiores dificuldades que você encontra no seu trabalho junto ao Proeja?

1.....
2.....
3.....

Apêndice C - Roteiro de Entrevista para os discentes evadidos do PROEJA do IF Baiano - *Campus* Guanambi



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola



Projeto de Pesquisa: A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF BAIANO - *Campus* Guanambi

Mestranda: Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim

Orientadora: Celia Regina Otranto

Co-Orientadora: Maria da Conceição Calmon Arruda

Prezado(a) Entrevistado(a),

Esta entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A problemática da evasão de estudantes vinculados ao PROEJA no IF BAIANO - Campus Guanambi*”, desenvolvido pela mestranda Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim, que se compromete com a utilização confidencial dos dados obtidos nesse instrumento.

Desde já agradeço pela colaboração.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

01. Desejo neste primeiro momento conhecer um pouco da sua trajetória de vida (nome, idade, cidade, origem (urbana/rural)).
02. Quando foi que o(a) Sr./você concluiu o ensino fundamental?
03. Quais foram os principais motivos que o levou a desistir do curso Técnico em Informática?
04. Quanto a empregabilidade, o(a) Sr./você está trabalhando?
05. Tendo em vista a desistência de muitos alunos no decorrer do curso, o que o Sr./você sugere para evitar o abandono escolar?